

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**Representação Partidária e a Presença dos  
Evangélicos na Política Brasileira**

**Tiago Daher Padovezi Borges**

**São Paulo**  
**2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**Representação Partidária e a Presença dos  
Evangélicos na Política Brasileira**

**Tiago Daher Padovezi Borges**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação do Departamento  
de Ciência Política da Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo para a  
obtenção do título de Mestre em  
Ciência Política.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria D'Alva Gil Kinzo**

**São Paulo  
2007**

## AGRADECIMENTOS

Tenho a satisfação de afirmar que o presente trabalho contou com a contribuição de inúmeras pessoas que a cada conversa, a cada debate, a cada aula proporcionavam a valorização da reflexão, da leitura, da argumentação, do suor da atividade escrita. Antes de qualquer coisa, agradeço a todos que fizeram e ainda fazem parte do meu convívio e que contribuíram de algum modo para que esta etapa de meu aprendizado fosse concretizada.

Agradeço aos meus pais por todo carinho, zelo, por terem oferecido condições para que eu me dedicasse aos estudos, por terem me incentivado a estar sempre atento ao mundo em minha volta. Agradeço pelas discussões intermináveis sobre a política cotidiana com meu pai, Wanderley José Borges; pelas fundamentais orientações de minha mãe, Maria Inês Padovezi Borges, à sua paciência em acompanhar a lenta construção da presente dissertação e pela constante presença das letras em minha vida. Destaco a fundamental presença de minha namorada Chantal Rangel nesses anos: agradeço-lhe pelo amor, dedicação e paciência durante as crises que permearam a pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, Maria D'Alva Kinzo que, desde a Iniciação Científica, acompanha meu desenvolvimento, sempre me incentivando a desbravar áreas pouco exploradas da Ciência Política. Destaco seu apoio em minhas mudanças no decorrer do mestrado, sua persistência em permanecer me orientando, suas fundamentais contribuições, críticas na construção de um tema que sempre me pareceu aberto e nebuloso. Destaco a contribuição de Maria do Socorro Braga, fundamental, principalmente, no início da elaboração da pesquisa.

Aos professores Mathew Taylor e Gildo Marçal Brandão, por seus importantes questionamentos e alertas no exame de qualificação. Agradeço a Örjan Olsén por toda ajuda oferecida e por ter disponibilizado um rico conjunto de dados eleitorais. A todos os funcionários do Departamento de Ciência Política (DCP), por todo auxílio oferecido não apenas no mestrado, como também na minha graduação. Agradeço aos professores: Fernando Limongi, Maria Hermínia Almeida, Leandro Piquet Carneiro, Marta Arretche, Brasília Sallum, e tantos outros professores que contribuíram para minha formação a partir de suas disciplinas. Aos amigos, José Veríssimo, Diego Coelho, Nílian C. Silva, Dorival Machado, Hilton Fernandes, Jairo Pimentel, Luisa Soler, Fernando Borsato que,

mesmo sem um contato direto com a pesquisa, tiveram marcante importância nesses dois anos e meio.

Finalizando, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa usufruída nos anos de 2005 e 2006.

## RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de compreender um pouco da inserção dos evangélicos nas instituições políticas brasileiras, em uma tentativa de articular tal fenômeno com o debate sobre a representação partidária. Por que um “Partido Evangélico” não foi formado, embora tal grupo eleja uma quantidade expressiva de representantes em grande parte das eleições desde a última Constituinte? O trabalho empírico consistiu no teste da hipótese de inexistência de uma identidade entre os evangélicos que justificasse o fato de um partido político não ter sido criado. Através de um conjunto de dados sobre os eleitores e outro sobre os deputados estaduais de todo o país, não foi observada a presença de posicionamentos distintos, de uma identidade política que tornasse, tanto os eleitores quanto os deputados evangélicos singulares, diferenciados dos demais grupos. Também foi constatada a fragilidade do modelo de formação de partidos a partir de identidades políticas no caso brasileiro, caracterizado pela alta fragmentação partidária e por uma falta de distinção na maioria dos partidos.

**Palavras Chave:** representação política, partidos políticos, separação Estado - Igreja, evangélicos, identidade política.

## **ABSTRACT**

This research was developed with the purpose of understanding the insertion of the evangelicals in the Brazilian political institutions, an attempt to articulate such phenomena with the debate on the partisan representation. It's puzzling that an "Evangelical Party" was not formed even after the expressive amount of elected representatives this group has had since the last Constituent Assembly. Why is it so? The empirical work consisted in testing the hypothesis that there is no common identity among the various evangelical groups that would justify the existence of a political party. Through a data set of the voters and another one of the representatives of the whole country, the presence of distinct positions was not observed. There isn't a political identity that would turn the evangelical voters and representatives distinguished from the others groups. This work also evidenced the fragility of the political parties' formation model based on identities. In the Brazilian case, this is characterized by a high partisan fragmentation and a lack of distinction between most of the many political parties.

**Key Words:** political representation, party politics, Church and State, evangelicals, political identity.

# SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1 - Formulações Teóricas acerca da Emergência dos Partidos Políticos: o debate em democracias consolidadas.....	05
1.1 Seqüências Históricas e o Nascimento dos Sistemas Partidários Europeus.....	07
1.2. As Elites Políticas e os Sistemas Partidários na Teoria da Escolha Racional .....	13
1.3. Do Sistema para a Unidade: Um Modelo de Conciliação e o Nascimento dos Partidos Confessionais .....	19
1.4. Adendo: Pluralismo Religioso, Desregulamentação Estatal e Partidos Políticos .....	25
Capítulo 2 - Considerações Sobre os Sistemas Partidários Brasileiros.....	32
2.1. O Getulismo e a Fragmentação na Segunda República Brasileira .....	32
2.2. A Nova República e seu Novo Sistema Partidário.....	40
Capítulo 3 - A Clivagem Religiosa Brasileira e a Hipótese Identitária.....	53
3.1. Igreja e Estado e o Predomínio Político e Social do Catolicismo.....	54
3. 2. .Os Evangélicos e a Política.....	65
3. 3. Identidade Evangélica e a Não Formação de um Partido Confessional.....	69
Capítulo 4 - Eleitores Evangélicos e suas Identidades em 2002.....	76
4.1. Contexto Econômico-Político do ano de 2002.....	76
4.2. Considerações Preliminares sobre o Survey dos Eleitores.....	79

4.3. Auto Posicionamento na Escala Esquerda- Direita.....	84
4. 4. Posicionamento diante de Posturas Repressivas por parte do Estado.....	88
4. 5. Presença do Estado na Economia.....	92
4. 6. O Comportamento do Eleitor Evangélico nas Eleições Presidenciais de 2002.....	98
Capítulo 5 - Os Deputados Estaduais de Base Eleitoral Evangélica e seus Vínculos Identitários.....	106
5.1. Considerações Preliminares.....	107
5.2. Comparação I – Evangélicos e Católicos.....	111
A. Auto Posicionamento na Escala Esquerda-Direita.....	111
B. Postura Repressiva do Estado.....	115
C. Intervenção Estatal na Economia.....	119
5.3. Comparação II - Posicionamentos dos Deputados e o Sistema Partidário Brasileiro.....	122
Considerações Finais.....	131
Referências Bibliográficas.....	136



## Índice de Quadros e Tabelas

### Lista de quadros:

Quadro 1- Modelo de Formação Partidária de Kalyvas.....24

Quadro 2 - Partidos Protestantes levantados por Paul Freston.....27/28

### Lista de Tabelas:

Tabela 1- Evolução da Religião Declarada pelo Brasileiro.....63

Tabela 2- Deputados Evangélicos na Câmara dos Deputados (Titulares).....67

Tabela 3 - Filiação Religiosa dos eleitores.....80

Tabela 4 – “Grupos Religiosos” dos Eleitores que serão analisados .....81

Tabela 5 - Filiação Religiosa e Frequência aos Cultos dos Eleitores.....82

Tabela 6 - Informações Demográficas e Filiação Religiosa dos Eleitores.....83

Tabela 7 – Auto posicionamento Ideológico e Filiação Religiosa dos Eleitores.....85

Tabela 8 - Auto Posicionamento Ideológico, Filiação Religiosa e Frequência em Cultos dos Eleitores.....86

Tabela 9- Auto Posicionamento Médio dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita e Filiação Religiosa dos Eleitores.....87

Tabela 10 - Itens de Autoritarismo e Filiação Religiosa dos Eleitores.....89

Tabela 11 - Índice de Autoritarismo e Filiação Religiosa dos Eleitores.....90

Tabela 12 - Autoritarismo, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos dos Eleitores.....91

Tabela 13 - Autoritarismo Médio (7-28) e Filiação Religiosa dos Eleitores.....92

Tabela 14 - Itens de Estatismo/Proteccionismo e Filiação Religiosa dos Eleitores.....94

Tabela 15 - Índice de Estatismo/Proteccionismo e Filiação Religiosa dos Eleitores..... 95

Tabela 16 – Estatismo/ Proteccionismo, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos dos Eleitores.....96

Tabela 17 - Estatismo/Proteccionismo Médio (9-45) e Filiação Religiosa dos Eleitores.....	97
Tabela 18 - Intenção de voto no 1º turno em 2002 e Filiação Religiosa dos Eleitores.....	99
Tabela 19 - Intenção de voto no 1º turno em 2002, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos.....	100
Tabela 20 - Intenção de voto no 2º turno em 2002 e Filiação Religiosa.....	101
Tabela 21 - Intenção de voto no 1º turno em 2002, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos.....	101
Tabela 22 - Intenção de Voto em 2006 e Filiação Religiosa.....	102
Tabela 23 - Partidos Políticos e os Eleitores Evangélicos.....	104
Tabela 24 - Os Deputados Estaduais e suas Bases Religiosas.....	108
Tabela 25 - “Grupos” de Deputados que serão analisados.....	109
Tabela 26 - Distribuição Regional dos Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	110
Tabela 27 - Deputados de Base Eleitoral Religiosa e Auto Posicionamento Ideológico.....	111
Tabela 28 - Média do Auto Posicionamento Ideológico e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	112
Tabela 29 - Filiação Partidária e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	113
Tabela 30 - Localização Ideológica do Próprio Partido à Direita e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	114
Tabela 31 - Itens de Autoritarismo e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	117
Tabela 32- Índice de Autoritarismo e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	118
Tabela 33 - Média do Índice de Autoritarismo (0-8) e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	118
Tabela 34 - Itens de Estatismo e Proteccionismo Econômico e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	120

Tabela 35 - Índice de Estatismo/Protecionismo e Protecionismo Econômico e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	121
Tabela 36 - Média do Índice de Estatismo/Protecionismo (0-10) e Deputados de Base Eleitoral Religiosa.....	121
Tabela 37 - Tabela Comparativa: Sistema partidário com e sem partido Evangélico (PE).....	124
Tabela 38 - Sistema Partidário Hipotético e o Auto-Posicionamento Ideológico (0-10).....	126
Tabela 39 - Sistema partidário Simulado e o Índice de Autoritarismo (0-8).....	127
Tabela 40 - Sistema partidário Simulado e o Índice de Estatismo e Protecionismo Econômico (0-10).....	129

## INTRODUÇÃO

Recentemente, o jornal Folha de São Paulo (06/05/2007) apresentou uma pesquisa que aponta para a continuidade de uma tendência que vem se desenhando nos últimos censos e pesquisas de opinião pública: há uma progressiva diminuição da quantidade de católicos no Brasil, acompanhada de um crescimento do número de evangélicos<sup>1</sup>. Inserida em uma matéria acerca da visita do papa Bento XVI ao Brasil e sobre os desafios a serem enfrentados pela maior liderança católica do mundo, o jornal estampava a seguinte manchete: “Após dez anos, papa encontra Brasil menos católico”. Meses atrás, o mesmo jornal noticiava que o Brasil era “o maior país pentecostal” (29/01/2007), de acordo com os dados do *World Christian Database* para o qual a quantidade de pessoas ligadas hoje às igrejas evangélicas pentecostais supera a encontrada nos Estados Unidos, país de origem de muitas delas.

Tal fenômeno, longe de ficar restrito aos números populacionais, ecoou também em nossas instituições políticas, com a entrada de representantes dessa crescente população. Jornais, revistas, artigos e livros acadêmicos apresentam, a cada eleição, dados a respeito desse grupo, denominado por muitos como “bancada evangélica”. Espalhados em diversos partidos<sup>2</sup>, os “políticos de Cristo” têm mobilizado atenção da opinião pública, embora muitos aspectos de sua inserção no mercado eleitoral, o modo como eles se vinculam aos partidos políticos, ainda permaneçam nebulosos. Como compreender tal significativa presença que tem se caracterizado pela dispersão em diversos partidos? Quais são os fatores que levam à manutenção de tal dispersão e a não reunião em um único partido? São tais questões que o presente trabalho procurará explorar.

Política e Religião têm sido assuntos vistos como conflitantes, de difícil coexistência no debate político contemporâneo. Vivemos um período histórico marcado pelo significativo distanciamento entre a esfera política e a religiosa. Modernização,

---

<sup>1</sup>Um esclarecimento terminológico prévio refere-se aos termos que serão utilizados para nos referir ao grupo religioso em questão. Como sugere Ricardo Mariano (1999), o “termo evangélico, na América Latina, recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante européia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus etc.)” (Mariano, 1999: 10).

<sup>2</sup> Segundo dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Acessoria Parlamentar (DIAP), os evangélicos eleitos em 2006 estavam dispersos em 12 partidos no Congresso.

Desencantamento do Mundo, Secularização, são termos que nos remetem à diminuição da influência da religião nos espaços públicos, principalmente, no Estado. Max Weber (1991) assim afirma a respeito do mundo moderno: “o destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo ‘desencantamento do mundo’ levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes” (Weber, 1991: 51). Outro importante autor, Peter Berger (1985), caracteriza do seguinte modo um dos mais importantes fenômenos encontrados no mundo moderno: “por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (Berger, 1985: 119).

No entanto, a religião não deixou de ocupar o espaço público, como se pôde observar nas eleições de 2006. Uma das revistas de ampla circulação noticiava a “corrida” dos candidatos à presidência da República pelos votos de religiosos: “em cima dos púlpitos, à sombra da cruz ou com o terço nas mãos, os candidatos têm procurado os templos e os líderes religiosos para buscar apoios e deixar claro que, sim, são crentes” (Isto é, 30/08/2006). Outro veículo de comunicação divulgava o caminho inverso: o apelo de lideranças evangélicas em favor de um candidato, “em defesa da candidatura de Luis Inácio Lula da Silva à reeleição” (Folha de São Paulo, 08/09/2006). Sem entrar na extensa discussão sobre a plausibilidade das teses da (des) secularização do mundo, estes exemplos retirados do noticiário sugerem que a religião ainda tem, ou passou a ter, um peso significativo na vida política brasileira.

Na verdade, esta presença é tema de um extenso debate em que visões mais críticas a respeito de tal fenômeno<sup>3</sup> se defrontam com outras que ressaltam os ganhos que essa inserção tem proporcionado para algumas camadas da população<sup>4</sup>. Mesmo correndo o risco de construir afirmações simplistas, a relação que tem se estabelecido entre Religião e Política, a inserção dos evangélicos nas instituições democráticas brasileiras, serão vistas, não com espanto ou admiração, mas simplesmente como um fenômeno natural de um ambiente democrático, marcado pelo pluralismo de idéias,

---

<sup>3</sup>O seguinte trecho de Luis Werneck Vianna (2006) exemplifica esta visão: “A emergência de denominações evangélicas no terreno *san phrase* da política republicana é (...) paradoxal (...) porque não apenas contraria a tradição republicana de apartar a esfera da religião da esfera da política, como, principalmente, por adotar um crente (...) como candidato presidencial, após o vertiginoso ciclo de modernização vivenciado pelo país nessas últimas três décadas, circunstância que, na interpretação sociológica dominante, teria aprofundado, em todas as camadas da população, uma atitude em favor dos valores secularizados” (Vianna, 2006: 90).

<sup>4</sup> Talvez o trabalho que apresente de maneira mais enfática os aspectos positivos da inserção dos evangélicos na arena política seja o de Alexandre Fonseca (2002).

crenças políticas, econômicas e também religiosas, em que a esfera pública não deve ser lida como dissociada da privada. Para Chantal Mouffe (2005), “o que a democracia liberal requer não é a eliminação da religião da esfera pública (...). O que um regime liberal requer é que aquelas intervenções sejam feitas nos limites constitucionais definidos por seu princípio de legitimidade” (Mouffe, 2005: 27). Portanto, como afirma Paul Freston, “religião e política podem, sim, ser misturadas. Uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas. Política confessional, sim; Estado confessional não” (Freston, 2006: 10).

A religião e a política serão exploradas a partir de um fundamental debate contemporâneo, que é o da representação partidária. No momento em que muitos estudos apontam para a crise dos partidos políticos como instrumentos de conexão do Estado com o conjunto da sociedade<sup>5</sup>, o presente trabalho procurará lidar com a seguinte questão: como pensar a formação de partidos políticos nos dias atuais e no contexto social e institucional brasileiro? A inserção dos evangélicos na arena política será explorada, portanto, a partir da indagação das condições, incentivos e constrangimentos que levam à não criação de um partido religioso no Brasil. Assim, a ênfase do presente trabalho não é apenas sobre a manifestação religiosa nas instituições políticas, mas também sobre o vínculo que ela tem estabelecido com o sistema de representação partidário brasileiro.

A não formação de um partido pautado em um grupo religioso é o tema a ser desenvolvido e, para isso, foram analisadas, no primeiro capítulo, teses que tratam dos fatores que regem a formação dos partidos políticos modernos em democracias consolidadas, destacando a importância conferida às identidades políticas. No segundo capítulo, será explorado o ambiente político partidário em que a inserção dos evangélicos ocorre, buscando apontar características presentes na constituição dos dois sistemas partidários brasileiros em contexto democrático. Trata-se de uma tentativa de inserir o fenômeno estudado no contexto de representação política brasileira.

---

<sup>5</sup> “A representação política nas democracias contemporâneas sofreu transformações profundas no último quartel do século XX: partidos políticos de massa perderam sua centralidade como ordenadores estáveis das identidades e preferências do eleitorado; a personalização midiática da política sobre a figura de lideranças plebiscitárias tornou-se um fenômeno comum; mudanças no mercado de trabalho tornaram instáveis e fluidas as grandes categorias populacionais outrora passíveis de representação por sua posição na estrutura ocupacional; e, se isso não se bastasse, uma vaga de inovações institucionais tem levado a representação política, no Brasil e no mundo afora, a transbordar as eleições e o legislativo como locus da representação, enveredando para o controle social e para a representação grupal nas funções executivas no governo” (Lavalle, Houtzager, Castello, 2006: 49).

Em seguida, será abordada a literatura a respeito da relação entre a Igreja Católica e o Estado no decorrer da história brasileira, em uma análise das condições históricas para a emergência de um partido pautado em um grupo evangélico. O terceiro capítulo, assim, se preocupará com alguns elementos ligados à experiência religiosa brasileira e, principalmente, como tem sido sua relação com o Estado e, mais recentemente, com as instituições democráticas. Os dois últimos capítulos consistirão em um esforço de compreensão do fenômeno empiricamente através da análise de dados relativos aos eleitores e à representação política nas assembleias estaduais. A busca de “pontos em comum” norteará a investigação empírica, com ênfase na análise da comparação de “grupos”. Certamente, muitas questões que aqui serão desenvolvidas permanecerão sem respostas satisfatórias, entretanto trata-se de uma tentativa de pensar a representação política brasileira a partir da experiência de um grupo social e político que tem adquirido importância significativa.

# CAPÍTULO 1

## FORMULAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA EMERGÊNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS: O DEBATE EM DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS

A preocupação com a formação dos partidos políticos gerou importantes estudos sob diferentes referenciais teóricos cujo exame é fundamental para a análise dos problemas que o presente estudo pretende levantar. O propósito do primeiro capítulo é, portanto, explorar as abordagens contidas nas principais obras produzidas sobre a questão partidária e enfatizar um ponto de convergência em que a presente dissertação irá se debruçar. Trata-se de uma tentativa de organizar um debate que, apesar de já ter proporcionado ricas abordagens, pouco foi sistematizado.

Uma limitação que existe neste capítulo reside no tipo de organização que será feita, isto é, uma visão *sincrônica* das obras em questão. Trata-se de uma opção analítica que deslocará as abordagens de seu contexto geográfico e histórico, o que poderá trazer algumas generalizações imprecisas, mas que, por sua vez, proporcionará um ganho analítico na organização teórica. Em uma tentativa de minimizar esse problema, é possível, mesmo que sumariamente, situar historicamente o objeto de estudo de tais obras.

A criação dos partidos políticos, principalmente no continente europeu, teve início na segunda metade do Séc. XIX e perdurou até o início do Séc. XX. Anteriormente, os agrupamentos políticos, denominados partidos, formavam-se apenas em períodos eleitorais e se caracterizavam pela ausência de continuidade organizativa e pela alta dependência em relação aos parlamentares que os formavam. Sigmund Neumann (1965) assim caracteriza tal tipo partidário, rotulando-o de “*partido de representação individual*”: “su principal función es la selección de los representantes, que tan pronto son elegidos gozan de un ‘mandato libre y absoluto’, y son responsables exclusivamente ante sus propias conciencias” (Neumann, 1965: 609).

A partir de um determinado momento, tais agrupamentos sofreram uma profunda transformação em um amplo processo de mudança da própria noção de representação política. Os *partidos políticos modernos* nasceram a partir de um ambiente histórico específico que levou à alteração dos partidos de “representação individual” para os usualmente conhecidos como “*partidos de massa*”. Transformações



importantes desse período se deram no plano das idéias, da estrutura social e das instituições e podem ser enumeradas do seguinte modo: 1- emergência de demandas que contestavam as autoridades vigentes e exigiam a participação de um conjunto mais amplo da população na vida política dos Estados (Lapalombara e Weimer, 1966); 2- estabelecimento de uma cultura política em que o dissenso passou a ser aceito e valorizado (Sartori, 1982); 3- transformações econômicas importantes (Revolução Industrial) que proporcionaram a emergência de grupos sociais bem definidos e não mais caracterizados por uma hierarquia estática e divina; 4- aumento da importância política dos Parlamentos (Weber, 1991); 5- progressiva extensão dos direitos políticos aos setores populares.

Trata-se de um período de nascimento dos sistemas democráticos em que são verificadas mudanças que levavam ao aumento da “contestação pública” (liberalização) e da “participação” (inclusão); eixos apontados por Robert Dahl (1997) como fundamentais para a consolidação de uma democracia, ou poliarquia - utilizando o termo sugerido pelo autor. No caso dos Estados Unidos, além de seus partidos terem emergido em um período de “poliarquização” de suas instituições políticas, há o processo de formação do próprio Estado Nacional<sup>6</sup>. Portanto, a formação dos partidos políticos, tanto no continente Europeu, quanto nos Estados Unidos, está inserida em um contexto de fundação da democracia e, no caso dos Estados Unidos, de fundação de um novo Estado.

Assim, apesar de a proposta do presente capítulo ser uma construção de uma problemática teórica para o exame de um importante fenômeno contemporâneo brasileiro, o objeto de pesquisa que tais estudos exploram, a formação dos partidos políticos em democracias consolidadas, está localizado em um período de profundas transformações de diversos âmbitos da vida social, a partir da segunda metade do século XIX, no continente europeu e nos EUA. Porém, esta delimitação histórica e geográfica não significa necessariamente que a emergência de partidos com características semelhantes não pudesse ocorrer em outras localidades e em outros períodos. O exemplo chileno vem-nos à mente como manifestação da construção de um padrão similar ao europeu, apesar da grande distância geográfica e da defasagem no tempo (Scully, 1999).

---

<sup>6</sup> Como aponta Theda Skocpol, Margaret Weir e Ann Orloff (1988), em um estudo sobre a natureza das políticas públicas norte-americanas, a democratização de seu sistema político se dá antes da burocratização do Estado, no momento de sua formação.

Os estudos que buscaram teorizar sobre a formação dos partidos políticos podem ser organizados a partir de um pêndulo que se move da ênfase no papel do conjunto da sociedade à centralidade do papel das elites. Utilizando a terminologia de Maurice Duverger (1957), mesmo de maneira imprecisa, é possível identificar a existência de estudos que se atêm aos partidos criados “externamente” e àqueles que exploram os partidos de criação “interna”. Será feito um esforço de abordar tais teorias a partir de um ponto que as une, *a relevância da existência de identidades políticas para a formação dos partidos políticos*. Ora entre as elites, ora entre o conjunto da sociedade, a formação de vínculos identitários, de questões comuns a um grupo em oposição a outro, aparece como fundamental para a emergência de uma organização partidária<sup>7</sup>.

Um ponto de extrema importância que deve ser enfatizado aqui é o cuidado em não se confundir duas diferentes escalas de análise. Como ficará evidente, grande parte das abordagens sobre o nascimento dos partidos políticos tem como foco de análise a formação de “sistemas partidários” e não de partidos específicos. E a despeito de estarmos preocupados com a formação (ou não) de um partido, é importante um exame da literatura sobre a formação dos sistemas partidários, dado que um determinado partido é parte de um sistema. Assim, o movimento que percorrerá o capítulo será do “sistema” para a “unidade”, escala que se encaixa ao problema que aqui será construído: as duas primeiras abordagens explorarão a formação de sistemas partidários, enquanto a última construirá uma proposta analítica conciliatória para lidar com a formação de uma “unidade” partidária.

### 1.1. *Seqüências Históricas e o Nascimento dos Sistemas Partidários Europeus*

“Cleavages Structure, Party Systems, and Voter Alignments”, de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1990), talvez seja o mais influente artigo que lida com a formação dos sistemas partidários. Publicado em 1967, este estudo parte de uma abordagem que enfatiza a importância das clivagens sociais, construídas por processos que podem ser exógenos ao sistema político. Segundo os autores, tal fenômeno está ligado a macro-processos históricos, que acabam por criar identidades políticas que abrangem não só as elites, como também o conjunto da sociedade.

---

<sup>7</sup> Uma definição de identidade próxima da que será explorada em tal trabalho é a seguinte: “as identidades são fabricadas por meio da marcação das diferenças. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (Woodward, 2000: 39-40).

Certamente, não se trata da primeira explicação de como os sistemas partidários emergem, como podemos notar em algumas formulações que derivam a existência de tal fenômeno diretamente da estrutura social (Marx, 2002; Lipset, 1967), associando a origem de determinado partido à emergência política de uma classe<sup>8</sup>. Mas é possível afirmar que a abordagem de Lipset e Rokkan não considera os fenômenos políticos, em especial o sistema de partidos, como mero reflexo da estrutura social, mesmo sem desprezar sua conexão com o conjunto da sociedade. *Ao apontarem para a complexidade do fenômeno de formação dos partidos, os autores enfatizam a centralidade dos processos que levam à emergência dos principais veículos de representação política em democracias modernas.*

Para os autores, o partido político é entendido como expressão política de conflitos presentes na sociedade, denominados clivagens sociais. É importante definir com precisão o que está sendo entendido por *clivagem*, diferenciando-a da mera estratificação social. Tratam-se de características presentes na sociedade que entram em situação de conflito, o que proporciona a emergência de identidades políticas divergentes. Assim, a íntima ligação do partido com o plano social não é genérica, mas deve ser entendida como a expressão de tensões sociais: os partidos “ajudam a cristalizar e tornar explícitos os conflitos de interesse e tensões latentes e contrastes existentes na estrutura social” (Lipset e Rokkan, 1990: 93).

Ao relacionar o texto ao tema do presente trabalho, a criação de clivagens políticas pode ser interpretada como o fomento de identidades políticas, que são compreendidas a partir do *estabelecimento de limites simbólicos (“eu” e o “outro”; “dentro” e “fora”)* e da *existência de valores em comum em determinado grupo social*. Trata-se de um processo que Bartolini e Mair (1990) denominam de “fechamento” do mercado eleitoral, em que a mobilidade dos eleitores entre os “grupos” é reduzida: “a cleavage is structured by a process in which mobility is closed in a number of different ways: through marriage, educational, institutional, the urban and spatial setting of the population, social customs, religious practices, and so on” (Bartolini e Mair, 1990: 219). Dessa forma, para tal abordagem, em situações de grandes conflitos presentes no

---

<sup>8</sup> Assim Marx apresenta a relação estabelecida entre Partido e Classe: “O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que estão na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos literários de uma classe e a classe que representam” (Marx, 2002: 55).

desenvolvimento histórico de uma sociedade, identidades *políticas são construídas e consolidadas e é a partir delas que os partidos se constituem.*

Outro fundamental ponto reside no fato de que tais conflitos devem ser compreendidos como *momentos de uma determinada seqüência histórica.* O vínculo estabelecido entre a sociedade e o partido, em Lipset e Rokkan, deve ser colocado de maneira precisa: o desenvolvimento histórico assume centralidade na geração de partidos políticos. Os grupos sociais (classes sociais, por exemplo) têm enorme importância, entretanto estes devem ser inseridos em um contexto histórico específico. Trata-se de uma abordagem que tem íntima relação com trabalhos pertencentes à categoria do *institucionalismo histórico*, que priorizam abordagens de longo prazo e enfatizam a relevância das seqüências históricas para a explicação de fenômenos políticos (Skocpol e Somers, 1980).

Segundo Lipset e Rokkan, os sistemas partidários da Europa foram formados a partir de conflitos que podem ser organizados em dois eixos analíticos que permitem uma compreensão mais precisa dos fenômenos utilizados como variáveis independentes. O primeiro é denominado “territorial” e nele se situam, principalmente, conflitos entre o “centro” e a “periferia” de um determinado país. Trata-se de um eixo que traduz analiticamente o processo de formação dos Estados nacionais, visto pelos autores como de extrema relevância para a compreensão dos partidos políticos. Os conflitos ideológicos e de motivação econômica são incluídos no “eixo funcional”, que nos sugere a importância também de tensões posteriores à consolidação territorial dos Estados europeus. Assim, fica evidente o argumento de que *o germe dos sistemas partidários precede a democratização dos países europeu; ele está na formação do Estado Nacional e do sistema econômico.* Dois momentos históricos são identificados pelos autores, exemplificando empiricamente os eixos construídos: a Revolução Nacional e a Industrial.

Em relação ao primeiro momento, destaca-se o conflito entre Igreja e Estado pelo controle da educação: “the development of compulsory education under centralized secular control for all children of the nation came into direct conflict with the established rights of the religious *pouvoirs intermediaires* and triggered waves of mass mobilization into nationwide parties of protest” (Lipset e Rokkan, 1990: 102). Em suma, tratam-se de conflitos que emergiram de Revoluções Nacionais, tal como a Revolução Francesa em que a formação do Estado-Nação é central e em que se destacam processos de monopolização de atividades da vida social e política. Já no

segundo, há a emergência de clivagens ligadas às tensões entre “fazendeiros” e “industriais” e entre “trabalhadores” e “capitalistas”, de natureza tanto econômica quanto ideológica.

Construídas as clivagens sociais a partir de tais “momentos críticos”, como compreender sua tradução em sistemas partidários? Ao procurar evitar uma concepção mecânica da ligação entre sociedade e política, Lipset e Rokkan defendem que determinada clivagem social só poderá ser incorporada quando valores e instituições ligadas à democracia estiverem consolidados, proporcionando a inclusão de tais clivagens no sistema político nacional<sup>9</sup>. Portanto, as clivagens sociais foram geradas no momento de formação dos Estados e da Revolução Industrial, porém estas só foram absorvidas quando etapas referentes à “poliarquização” do sistema político começaram a ser efetivadas.

A diversidade dos sistemas partidários europeus é explicada a partir de um modelo histórico de “três etapas”, em que são esquematizadas a natureza e a intensidade das transformações em três momentos. É neste ponto que a importância conferida à sequência histórica ganha força e é formalizada de maneira mais precisa. Três são os “momentos limiares”: 1- a Reforma Religiosa (controle estatal de organizações eclesiais); 2- a Revolução Democrática (conflito em relação ao sistema educacional); 3- a primeira fase da Revolução Industrial, em que se opõem produtores rurais e industriais. Com isso, a ligação de um sistema partidário com determinadas clivagens deriva da existência e da intensidade de conflitos nesses três momentos delineados.

Embora o estudo não deixe muito claro o modo como as diferentes experiências se situam nesse esquema analítico, é perceptível a grande importância atribuída ao primeiro momento histórico, cujo peso nas escolhas subsequentes é fundamental. Um resultado inicial leva às novas opções as quais inviabilizam a possibilidade de um retorno a alternativas oferecidas previamente. O processo se assemelha às ramificações de uma “árvore” em que, a cada passo, outras “alternativas” emergem, porém outras são negadas. Um sistema partidário que expresse uma clivagem religiosa, por exemplo, surgiu a partir de um conflito baseado no momento de Reforma Religiosa ou no momento da Revolução Democrática, no processo de secularização do Estado moderno.

---

<sup>9</sup> A inclusão dos partidos no sistema democrático é de extrema relevância, pois ajuda a diferenciar a abordagem em questão da marxista, por exemplo, que concebe de maneira automática a ligação entre classe e representantes, sem qualquer mediação pautada em valores e instituições democráticas.

A incorporação das classes trabalhadoras ao sistema político também é um momento importante apontado, mas por ser uma transformação que atingiu toda Europa, não foi incluído no modelo por não explicar distinções entre os sistemas políticos. Esse ponto é de extrema relevância para a compreensão da proposta analítica dos autores, pois é a explicação de padrões históricos que formaram experiências partidárias diversas a que Lipset e Rokkan procuraram se ater. Todavia, mesmo tendo ocorrido em todos países europeus estudados, os efeitos gerados por tal acontecimento não foram uniformes, com variações conforme a estratificação da sociedade: quanto mais rígidas foram as diferenças de classe, maior probabilidade de coesão entre os trabalhadores e o conseqüente surgimento de partidos socialistas.

Assim, tal abordagem considera os sistemas partidários como produtos de amplos processos históricos, que constituem clivagens sociais e, portanto, fomentam vínculos identitários entre os eleitores e as lideranças políticas. A existência de divisões presentes na sociedade, em um ambiente marcado por instituições e valores democráticos é, assim, central para a compreensão da formação dos sistemas partidários europeus. Trata-se de uma abordagem que concebe o partido a partir de um estreito vínculo com o conjunto da sociedade e seu desenvolvimento histórico, em uma visão de representação que vislumbra uma conexão clara entre representantes e representados.

Apesar de tal abordagem ser originária do estudo das democracias européias, convém apontar sua utilização também no estudo da formação do sistema partidário norte-americano que, muitas vezes, é visto como um contraponto ao modelo europeu. Um exemplo é o trabalho de Leon Epstein (1967) que trata de examinar o caso americano em comparação com o europeu. Segundo o autor, a ausência de partidos operários nos Estados Unidos é explicada a partir da sua seqüência histórica que em muito diferiu da européia: “American parties secured the votes of large numbers of ordinary electors long before the electors were primarily industrial and urban workers” (Epstein, 1967: 138). Deste modo, a ausência de partidos trabalhistas e socialistas e a possibilidade de que a clivagem do federalismo tivesse primazia deve-se ao fato de que, nos Estados Unidos, os partidos foram formados em ambiente rural e sem acentuadas desigualdades sociais.

Outro autor que mostra a importância de clivagens na formação do sistema partidário norte-americano é E. E. Schattschneider (1965) que defende a centralidade da divisão regional do país em norte e sul. Após um longo período de hegemonia do Partido Republicano, em que as forças de oposição tinham reduzida organização, o

sistema político partidário sofreu uma profunda transformação no fim do século XIX, ao expressar rígidas divisões regionais. Trata-se do momento de constituição do Partido Democrata que passava a estabelecer sólidas raízes com os estados do Sul. Schattschneider aponta que a principal consequência de tal divisão foi a ausência de competição partidária em grande parte dos estados norte-americanos: “la competencia entre los partidos era bastante considerable en los estados fronterizos (...). Pero en el resto de los Estados Unidos las luchas electorales estaban a veces tan descompensadas que, en realidad, los electores carecían de una autentica alternativa electoral” (Schattschneider, 1965: 319). O fator que levava à redução da competição política regionalmente em um longo período da história americana foi encontrado, não nas instituições que regulavam o processo eleitoral, mas em um substrato cultural da sociedade: “el pueblo americano no constituía una comunidad nacional. No existía base alguna para la formación de un intenso sentimiento nacional” (Schattschneider, 1965: 320). Trata-se de um padrão de competição eleitoral que permaneceu até a crise de 1929, momento que pode ser apontado como crítico, quando houve uma mudança das elites e uma consequente nacionalização da disputa política.

Portanto, mesmo que tal abordagem tenha maior vínculo com os estudos europeus, é de suma importância mostrar sua aplicação em outro contexto histórico específico, para evitarmos que esta venha a ser considerada inadequada para o estudo do caso brasileiro, simplesmente, por ter origem em outro contexto histórico e geográfico<sup>10</sup>. Como foi salientado anteriormente, muitas das conclusões apontadas pelos autores, aqui apresentados, não podem ser automaticamente transportadas para a análise da constituição de um determinado partido. Por ser uma abordagem que foca os sistemas partidários, a formação de um partido pode ter íntima relação com as teses aqui suscitadas, entretanto tal “importação” deve ser feita com cuidados analíticos.

Apesar de tal dificuldade, é a proposta do presente trabalho explorar alguns pontos sugeridos por esta abordagem, vale dizer, a importância de uma análise histórica dos fenômenos políticos e, principalmente, *a constatação de que a existência de vínculos identitários no conjunto da sociedade tem centralidade na constituição dos partidos políticos modernos*. Como ficará evidente, a importância das identidades políticas

---

<sup>10</sup> Robert Dix (1989) e Roberto Jimenez (2000) procuram, por exemplo, explorar a formação dos sistemas partidários latino-americanos a partir da metodologia defendida por Lipset e Rokkan, em que há um esforço de explicar o nascimento dos partidos latino-americanos (Jimenez, 2000) e sua fragilidade organizacional (Dix, 1989) a partir de seqüências históricas vivenciadas pelos países.

permaneceu central para a compreensão do nascimento dos partidos, embora quase cinquenta anos tenham se passado desde a publicação do trabalho de Lipset e Rokkan.

### *1.2. As Elites Políticas e os Sistemas Partidários na Teoria da Escolha Racional*

Em um artigo crítico aos estudos sobre sistemas partidários baseados apenas em variáveis macro-estruturais, Giovanni Sartori (1990) aponta o problema de se lidar apenas com os “consumidores”, esquecendo-se dos “produtores”. A Ciência Política, portanto, deve explicar também a ação política das elites: “a party system is not only a response to the consumer’s demand, but is equally a feedback of producer’s options” (Sartori, 1990: 179). Tal clamor não é recente e encontra uma estreita ligação na definição schumpeteriana de democracia, que enfatiza o papel das elites políticas: “the democratic method is that institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people’s vote” (Schumpeter, 1975: 269). Em uma democracia, portanto, é de extrema relevância atentar-se para a “livre competição entre líderes pelo voto dos eleitores” (Schumpeter, 1975: 285).

Pode-se afirmar que uma orientação teórica que responde à necessidade de estudo das elites de maneira mais radical, em relação aos partidos políticos, é a denominada *teoria da escolha racional*, que tem sido utilizada por grande parte dos estudos recentes em Ciência Política<sup>11</sup>. Nos trabalhos que serão analisados nesta segunda parte do capítulo, há ênfase na ação das elites políticas na formação dos sistemas partidários, em detrimento de teses que sustentam a importância de grupos sociais. O que será destacado em tal escola é a existência também de uma motivação identitária entre os líderes na criação dos partidos políticos, além de questões referentes às instituições que regem determinado sistema político. Mesmo partindo de uma abordagem diversa da anterior, pretende-se enfatizar a complementaridade que pode trazer tal escola, ao destacar o papel desempenhado pelas elites na formação dos partidos. É importante salientar que, novamente, assim como a abordagem anterior, os

---

<sup>11</sup> Apesar de tal abordagem ter se destacado nos últimos anos, é importante ressaltar que não se trata do único nem do primeiro conjunto de trabalhos que centralizam sua análise nas elites políticas. Um exemplo de tal ênfase pode ser encontrado nos dispersos escritos políticos de Edmund Burke (1790), que concebe o partido como “um grupo de homens unidos para fomentar, mediante ações conjuntas, o interesse nacional, sobre a base de algum determinado princípio que todos estão de acordo” (Burke, 1790: 289).



parágrafos que seguem exploram a importante contribuição da “teoria da escolha racional” na constituição de *sistemas partidários* e não de um determinado partido.

Inicialmente, cabe destacar os pilares básicos em que se assenta a teoria da escolha racional: a- suposição de que os atores envolvidos no fenômeno estudado agem a partir de um cálculo racional, que pode ser entendido como a procura do melhor meio para atingir a maximização de determinado fim, em um processo que envolve a ordenação e a hierarquização das preferências, tornando-as comparáveis entre si<sup>12</sup>; b- fixidez das preferências dos atores no momento investigado (Hall, Taylor, 1996), diferindo, portanto, das que buscam compreender a mudança e a transformação das preferências<sup>13</sup>; c- defesa da idéia de que a interação entre os atores envolvidos é potencialmente conflituosa e a cooperação não é facilmente atingida, o que torna os problemas de ação coletiva constitutivos da vida social e política; d- visão das instituições como funcionais às preferências dos atores envolvidos (Hall, Taylor, 1996).

*Why Parties?* (1995), de John Aldrich, talvez seja a principal obra a explorar a formação dos partidos a partir da teoria da escolha racional. Aldrich parte da experiência democrática norte-americana, para conciliar a existência de partidos em um sistema democrático, com os dilemas de ação coletiva enfrentados individualmente pelos políticos<sup>14</sup>. Longe de defender uma automática criação dos partidos a partir da mera agregação de preferências, Aldrich sustenta que *os partidos consistem em soluções encontradas pelos políticos para resolverem problemas resultantes da interação entre eles*. Esta proposição, de extrema relevância na argumentação de Aldrich, já havia sido desenvolvida por Joseph Schlesinger (1991) em seu importante estudo sobre a experiência norte-americana. Preocupado mais com o aspecto organizacional dos partidos, Schlesinger salientou seu papel como fator de redução da incerteza dos políticos individuais.

Começemos com a definição de Aldrich de partido político: “the Political Party is (...) an ‘endogenous’ institution – an institution shaped by (...) political actors”

---

<sup>12</sup> Como aponta Elster, “rational choice is concerned with finding the best means to given ends” (Elster, 1989: 24). Assim, “an object is a rational choice if no other available object is better according to the chooser’s preferences” (Shepsle, Bonchek, 1997: 25).

<sup>13</sup> Trata-se menos de uma crença na imutabilidade real das preferências e mais um recorte analítico; o que deixa evidente a pretensão desses estudos de se distanciar de uma mera descrição da realidade para atingir as explicações (Elster, 1989). Em tais análises, a mudança reside não na transformação das preferências, mas sim na alteração dos fatores exógenos ao “jogo” estudado.

<sup>14</sup> Tal ponto deve ser compreendido como inserido no clássico debate entre a obra de Antony Downs (1999) e David Mayhew (1974). Enquanto o primeiro apresenta os partidos como derivados diretamente da motivação dos políticos, o segundo enfatiza os problemas existentes na interação entre os políticos envolvidos.

(Aldrich, 1995: 04). Mesmo reconhecendo também incentivos existentes para o eleitor (atalho de informação), há ênfase nos políticos individuais e, em particular, nos parlamentares. Os partidos, portanto, não são instituições formadas por macro processos sociais, por fatores exógenos ao sistema político no período investigado, mas sim produtos dos atores envolvidos, dos congressistas: “political party is the creature of politicians” (Aldrich, 1995: 04).

Para Aldrich, os partidos são desejáveis aos políticos por possibilitar que políticas, tanto de longo quanto de pequeno alcance, sejam aprovadas; o que faz com que o interesse maior do legislador - ser reeleito - seja concretizado. Dois são os dilemas enfrentados pelos congressistas quando agem de modo independente: a) qualquer proposta política tende a ser rejeitada pelo Congresso e, assim, é atingido sempre um resultado sub-ótimo (*Pareto Inferior*), em um problema semelhante ao “dilema do prisioneiro”<sup>15</sup>; b) as escolhas no Congresso variam constantemente (maiorias cíclicas<sup>16</sup>), o que inviabiliza qualquer decisão estável. Para o autor, *é vantajoso para um congressista formar uma coalizão estável, pois aumentaria a probabilidade de seu projeto ser aprovado e, conseqüentemente, dele ser reeleito*: “the reason to enter a party is to win more, and here that means reducing the uncertainty over future outcomes” (Aldrich, 1995: 35). Outro importante incentivo apontado pelo autor reside na relação com o eleitor que passa a ver o partido como vantajoso, pois permite uma diminuição dos custos contidos no voto, ao servir como um atalho de informação.

Ao analisar o nascimento dos partidos norte-americanos, Aldrich explora a transformação verificada nas três primeiras formações do Congresso. Em meados de 1780, no primeiro Congresso norte-americano, duas propostas receberam maior atenção do autor, além do embate em torno da Constituição do País: a localização da Capital e a política fiscal de Hamilton. Trata-se de um momento de clara instabilidade nas decisões dos congressistas, de constante mudança em suas escolhas: “a complicated set of maneuvers and compacts among small numbers of individuals led to a great many shifts in votes on these two concerns” (Aldrich, 1995: 71). Aldrich mostra uma grande volatilidade de comportamentos dos atores envolvidos, levando a elevados custos para

---

<sup>15</sup> Trata-se de um problema de interação entre os indivíduos, que pode ser lido sob a ótica do exemplo descrito por Hume, relatado por K. Shepsle & M. Bonchek (1997). Em tal dilema, há um rio que, se drenado, traria benefícios para dois fazendeiros: se os dois cooperassem, os custos seriam divididos e os benefícios compartilhados, porém se apenas um fizer a drenagem, apenas uma pessoa arcaria com os custos. O risco de a pessoa ficar com todos os custos e a possibilidade de outro fazer tudo, faz com que o indivíduo, racionalmente, opte por não fazer nada.

<sup>16</sup> “This is called majority “cycle”, since voting can cycle the social choice from Z to Y to X and back to Z” (Aldrich, 1995: 38).

os congressistas. Tal problema se intensificava à medida que a política em questão adquiria um caráter multidimensional, em que era difícil identificar a posição do “eleitor médio”. Configura-se uma situação de impossibilidade de formulação de qualquer política pública de longo alcance, cuja conseqüência era a desconfiança nas emergentes instituições políticas norte-americanas: “these costs included uncertainty in the nation about the effectiveness and even the feasibility of the new constitutional order and, more directly, resolution of remaining ambiguity over the Constitution itself” (Aldrich, 1995: 71).

Algumas considerações devem ser feitas em relação a *aspectos que não são incorporados ao modelo analítico do autor*. A ênfase em políticas multidimensionais não é aleatória; está relacionada com o momento histórico abordado, o período de fundação e consolidação do Estado e das instituições representativas, demandando, portanto, políticas de diferentes naturezas. Trata-se de uma variável exógena que tornava “incômoda” a improdutividade do Congresso, com alto custo para todos os atores.

Outro agravante são o *princípios que orientam a ação do congressista*. Embora não seja condição suficiente, Aldrich considera-os importantes na explicação do surgimento dos partidos norte-americanos. A não realização de determinados princípios políticos também tinha custos significativos, gerando incentivos para a formação de partidos. Nessa questão, é importante ressaltar que Aldrich vê emergirem vínculos identitários referentes a algumas questões, como a centralização administrativa, que também orientam a ação do congressista e permitem o surgimento de constrangimentos institucionais que tornem possível o nascimento de um sistema de partidos políticos.

A partir do Segundo Congresso, nasciam instituições que começavam a constranger as ações dos congressistas e a induzir um equilíbrio necessário à sobrevivência do sistema democrático. Trata-se de um processo iniciado com o estabelecimento de coalizões permanentes que já coordenavam estratégias para que projetos fossem vetados ou aprovados. No Terceiro e Quarto Congresso, observa-se a ação dos partidos, diminuindo as mudanças de votos internas aos “blocos”. Logo, padrões de votação por parte dos congressistas começaram a ser identificados, evidenciando a criação de constrangimentos à ação dos congressistas individuais e, conseqüentemente, de incentivos à formação de partidos políticos.

Assim, é necessário destacar que “princípios políticos” são necessários, porém insuficientes para que um sistema partidário surja. Constitui-se um ponto de sensível

diferença entre o argumento de Lipset e Rokkan, pois é necessário atentar-se para o arranjo institucional de determinado país, em determinado momento histórico. No início da democracia americana, havia um conjunto de regras que não oferecia qualquer constrangimento à ação individual, o que levou a formação de uma maioria instável e caótica. Logo, além de princípios políticos, de vínculos identitários entre as elites, é importante enfatizar que Aldrich aponta a existência de um problema de ação coletiva, gerado pela ausência de mecanismos institucionais que induzissem a um equilíbrio. É interessante acrescentar que, além de observarmos a existência de clivagens sociais e de princípios políticos comuns a grupos de congressistas, *é fundamental nos atentarmos para o arranjo institucional de determinada localidade e questionar se os anseios políticos de determinado grupo (unidos por identidades ou, para usar a terminologia de Aldrich, por princípios) podem ser satisfeitos a partir de um determinado arranjo institucional.*

É importante evitarmos considerar a “teoria da escolha racional” adequada apenas para o caso norte-americano. Gary W. Cox, em seu livro *The Efficient Secret* (1987), apresenta de maneira clara a importância das estratégias das elites políticas e dos arranjos institucionais no processo de formação do sistema partidário britânico. É certo que o estudo de Cox está voltado menos para a formação dos partidos políticos britânicos do que para o exame da emergência de um comportamento partidário, tanto das elites quanto dos eleitores. Entretanto, a partir de seu trabalho, é possível identificar a importância das estratégias das elites e das instituições políticas criadas para a estruturação do sistema partidário.

Em um diálogo com o clássico estudo de Ostrogorski, que se pautava na extensão do sufrágio para explicar a criação de organizações partidárias, Cox constata um fenômeno fundamental para a explicação de um comportamento orientado por partidos: a centralização do poder Executivo e Legislativo no gabinete em detrimento das iniciativas individuais dos parlamentares. Um ponto curioso é que tal concentração ocorreu no momento em que a demanda pela produção legislativa crescia, em função do aumento populacional nos grandes centros urbanos. Assim, paradoxalmente, apesar de tal impulso na produção legislativa, o parlamentar optou por enfraquecer seu poder. Cox argumenta que esta transferência de poder legislativo foi fruto de um problema de ação coletiva com que os parlamentares se defrontavam quando demandas pela produção legislativa passaram a se intensificar. Em uma situação em que os parlamentares desfrutavam de amplos poderes legislativos, Cox identifica um problema similar ao

destacado por Aldrich no caso norte-americano, o da impossibilidade de definições de políticas num contexto de caos decisório no parlamento:

“When more and more MPs<sup>17</sup> became active in parliamentary affairs, thus increasing the aggregate demand for legislative time, the amount of time the average member could dispose of in ordinary course of business had necessarily decline. But if members had unrestrained extraordinary power to seize the attention of the House at any virtually time, they would use this power, and business would become chaotic. The Commons, in other words, faced the ‘tragedy of commons’” (Cox, 1987:60).

Tal centralização do poder, portanto, foi uma estratégia dos parlamentares a fim de resolverem o problema de ação coletiva, para que, assim, políticas pudessem ser aprovadas e eles reeleitos. Um ponto de extrema importância é a relação estabelecida na formação e dissolução do gabinete: o parlamentar, para ascender politicamente, precisava estar ligado a um partido político. Trata-se de uma questão que teve como maior efeito político a emergência de um comportamento partidário também no eleitor que, racionalmente, escolhe seus candidatos a partir do pertencimento a um partido, entre aqueles que detêm o real poder no sistema político britânico:

“As the Cabinet grew in importance, electors became interested in the control of the Cabinet. Since the only means available to them to affect the executive was to vote for an MP affiliated with one of major parties, voters became increasingly party oriented, casting their votes not for individual candidates so much as for their parties to which they belonged” (Cox, 1987: 170).

Portanto, é importante enfatizar o papel que as instituições políticas desempenham no processo de constituição da conexão dos partidos com os eleitores, que não deve ser visto de maneira automática, mas mediado pelo modo como é constituída a estrutura de oportunidades em um sistema político. Há “regras” e procedimentos (leis eleitorais, arranjo de distribuição do poder no Parlamento e no conjunto do sistema político) que tornam o ambiente mais propício para a constituição

---

<sup>17</sup> Cox utiliza “MP” para designar os parlamentares.

de um sistema representativo pautado nos partidos. Trata-se de uma importante variável que não deve ser ignorada em uma análise que busque lidar com os incentivos de formação de sistemas partidários em qualquer democracia moderna. Uma questão que tal abordagem conduz, que será também incorporada ao presente estudo, é relativa aos incentivos institucionais à formação de partidos políticos.

Um segundo aspecto levantado por tal literatura refere-se à separação analítica de “elite política” e eleitores. Trata-se de um pressuposto que nos sugere um alerta: *é possível que identidades encontradas dentro do Congresso não correspondam às de grupos existentes no conjunto da sociedade*. Convém, portanto, considerar separadamente as elites e o conjunto da sociedade. Trata-se de um ponto que o presente estudo irá absorver na análise empírica, em que dados referentes aos deputados estaduais serão analisados.

Embora a “teoria da escolha racional” tenha gerado importantes contribuições, *permanece a relevância das identidades políticas na constituição dos partidos políticos*: o fato de um congressista se alinhar com um determinado “grupo” e não com outro foge do modelo proposto, o que Aldrich explica através de “princípios políticos” compartilhados que, apesar de se restringirem às elites políticas, não guardam muitas diferenças com a proposição de Lipset e Rokkan acerca das identidades.

### *1.3. Do Sistema para a Unidade: Um Modelo de Conciliação e o Nascimento dos Partidos Confessionais*

Ao contrário dos estudos aqui discutidos, voltados para a questão de emergência de um sistema de partidos, a terceira abordagem que será tratada volta-se para um objeto mais específico, o partido e, mais especificamente, a formação dos partidos confessionais europeus. Para isso, ater-nos-emos no exame do livro de Stathis Kalyvas, *The Rise of Christian Democracy in Europe* (1996). Trata-se de um estudo vinculado aos desenvolvimentos recentes do institucionalismo histórico, em que os atores políticos são incorporados na análise histórica<sup>18</sup>, isto é, estratégias de atores racionais são

---

<sup>18</sup> Um trabalho, que sistematiza de maneira cuidadosa tais estudos, é o recente livro de Paul Pierson, *Politics In Time* (2004). Para Pierson, a análise política deve se ater às seqüências históricas que levam a determinado fenômeno político, mas também é de extrema importância observar as escolhas dos atores, procurando explorar a formação e transformação das preferências através dos processos históricos. Assim, trata-se de uma tentativa de conciliação da abordagem de Lipset e Rokkan com a “teoria da escolha racional”, em que as clivagens são vistas como resultados da ação de atores racionais, inseridos em longas seqüências históricas.

inseridas em seqüências históricas que tornaram possível a emergência dos partidos confessionais europeus no final do século XIX.

Tal como Lipset e Rokkan, Kalyvas destaca a centralidade das seqüências históricas no processo de formação dos partidos confessionais. No entanto, ele se distancia de tal paradigma ao considerar identidade religiosa como produto da ação e interação de elites políticas e religiosas. Como salienta o autor, a abordagem de Lipset e Rokkan faz uma associação quase que automática entre conflitos sociais, a produção de clivagens e a formação dos partidos, ignorando o papel dos atores políticos, suas estratégias e dilemas<sup>19</sup>. Portanto, para Kalyvas, a relação entre os partidos e as clivagens sociais é *mediada e construída pelos atores envolvidos*. Todavia, apesar da importância das preferências e escolhas feitas por eles, os resultados atingidos não devem ser derivados delas, sendo importante considerar a não correspondência de muitos resultados com as preferências que iniciaram o processo. Para Kalyvas, “os partidos confessionais são formados apesar das e não (...) devido às intenções e ações da Igreja” (Kalyvas, 1996: 18).

Para explicar a formação dos partidos confessionais, Kalyvas defende a centralidade da interação entre a Igreja hegemônica de um país e os partidos conservadores, em um ambiente de ataques às fontes de poder da Igreja, como o monopólio à educação da população e os recursos financeiros providos pelo Estado. É importante destacar tal ambiente, pois, como em Lipset e Rokkan, o conflito entre o Estado e a Igreja assume extrema relevância, determinando a existência das etapas iniciais da geração de partidos ligados à religião. Logo, em uma situação de intenso ataque liberal às prerrogativas eclesiais, *Igrejas de países como a Itália, Bélgica, Alemanha, Holanda e Áustria buscaram a manutenção e a retomada do poder na sociedade, procurando minimizar o principal custo: o enfraquecimento do controle organizativo da hierarquia eclesiástica*.

Kalyvas identifica três momentos históricos, todos derivados de escolhas dos atores envolvidos. No primeiro, devido ao impacto dos ataques anti-clericais, as Igrejas tiveram a opção de conciliação com o Estado, ou de entrarem em um embate, a princípio, não eleitoral. Trata-se do momento em que a estratégia de criação de

---

<sup>19</sup> A seguinte passagem apresenta mais claramente o posicionamento do autor a respeito da obra de Lipset e Rokkan: “according to this approach, conflicts (...) produce cleavages, which are articulated by political parties; the emergence of a religious cleavage and the subsequent formation of confessional parties is therefore seen as the automatic consequence of the conflict between state and the church (...). But conflicts and cleavages, even mass mobilization, need not translate into parties, and organization of politics in terms of confession is not inevitable” (Kalyvas, 1996: 13-4).

organizações católicas foi adotada, na tentativa de fortalecimento da Igreja, a partir de uma expansão organizativa; o que levou ao estabelecimento de relações mais próximas com o conjunto da sociedade. Foi também um período de recusa da Igreja de aceitar as transformações democráticas, apoiando-se em um discurso “alarmista, que rejeitava os fundamentos da política moderna, da democracia representativa e das liberdades modernas” (Kalyvas, 1996: 64).

Em um segundo momento, a partir da constatação de que o “caminho organizativo” tinha sido insuficiente, uma nova estratégia foi adotada, passando-se para outro espaço de atuação. Na “estratégia de participação” foram feitas alianças entre a Igreja e os Partidos Conservadores. Trata-se de uma tímida entrada na arena política, sem os enormes custos da criação de um partido confessional: “the participation strategy introduced Catholic organizations into electoral politics and gradually transformed them into the foundation of the yet unformed confessional parties” (Kalyvas, 1996: 79). Além de analisar os custos e benefícios dessa opção, Kalyvas aponta uma transformação nas preferências dos atores: a progressiva aceitação de ideais democráticos por parte de setores da Igreja que, aos poucos, deixam de lado a aversão inicial que os caracterizava.

A última fase, a criação de um partido confessional, é aquela que ocorreu a partir do sucesso eleitoral conquistado pela aliança entre os conservadores e os católicos. Trata-se de um resultado considerado surpreendente, tanto para a Igreja quanto para os “conservadores”, mas que decorreu da seqüência dos fatos ocorridos. *A estratégia organizacional deu condições para a construção de uma identidade católica, que pôde ser convertida em comportamento político.* Os resultados eleitorais, embora tenham surpreendido os atores envolvidos, são construções endógenas ao processo, que envolvem, primeiramente, uma diferenciação identitária e, em seguida, a construção de uma complementaridade com os conservadores e com o próprio sistema democrático.

Nota-se que, enquanto para Lipset e Rokkan, a identidade religiosa é apresentada como característica natural de uma sociedade que atravessa conflitos religiosos, em Kalyvas há a construção da identidade cristã a partir do esforço de elites religiosas e políticas<sup>20</sup>. Trata-se de uma identidade que produz efeitos eleitorais e também favorece

---

<sup>20</sup> Em um interessante artigo (2003), Kalyvas assim afirma sobre o papel das lideranças e partidos na formação dos movimentos religiosos: “religious movements constitute a social and political phenomenon that cannot be reduced to the religions from which they sprang. While they emerge in the context of a broad societal religious revival, characterized by the enforcement of stricter standard of piety and the wide diffusion of religion symbols, they not merely mobilize existing religious identities; they reconstruct them by blending religious, social, economic, and political concerns, by synthesizing traditional and modern appeals, and by mixing utopian millenarist messages with concrete political action. In short,



uma coesão entre os líderes. Assim, a partir de significativa tradução eleitoral dessa identidade, a criação de um partido confessional passou a ser cogitada por setores da Igreja que vislumbraram benefícios que superavam os problemas que poderiam ser gerados e que, até então, impediam a formação de um partido confessional.

Pouco foi dito sobre os custos envolvidos que levaram a Igreja a não optar pela formação de um partido político logo no primeiro momento. Em todo o percurso explorado nos parágrafos anteriores, há um significativo custo com que a Igreja se defrontou, que consistiu no enfraquecimento dos vínculos com a instituição, na criação de lideranças legitimadas externamente; ou seja, na diminuição do controle por parte da hierarquia central, tornando a instituição menos coesa: "the creation of mass organizations generates organizational dynamics that spawn several detrimental effects for a centralized and hierarchical organization such as the church" (Kalyvas, 1996: 36). Assim, dois são os principais custos envolvidos em tais escolhas: 1- criação de hierarquias paralelas, fundadas na ligação com a população, no relacionamento com os partidos existentes e no vínculo estabelecido com os eleitores; 2- conseqüente enfraquecimento da ligação entre o fiel e a hierarquia central da Igreja. Portanto, o autor mostra que na Alemanha, Bélgica, Itália, Áustria e Holanda, tais custos, progressivamente, ficavam menores que os benefícios de se adotar uma postura combativa no plano eleitoral.

As igrejas são descritas por Kalyvas como atores instáveis repletos de conflitos internos que aumentavam no decorrer do processo. Ou seja, o fato de ter sido adotada determinada estratégia não significou que todos os setores da Igreja estavam satisfeitos com os acontecimentos, muito pelo contrário. Como Kalyvas salienta a respeito da repressão aos movimentos católicos, em países que viram nascer partidos confessionais: "the pattern of repression and obstruction is consistent across the cases. Yet obstruction failed and confessional parties emerged" (Kalyvas, 1996: 181). Dessa forma, é ressaltada a importância dos processos anteriores, pois estes criaram novos atores e interesses, como pode ser visto nos casos investigados por Kalyvas, em que as Igrejas hegemônicas, progressivamente, se fragmentavam com a criação de zonas de legitimação que transcendiam suas hierarquias.

Cabe aqui discorrer sobre o caso da França, analisado pelo autor como exemplo de um contexto em que não houve o surgimento de um partido confessional. Neste país,

---

these parties are not just an expression of dormant identities; they can redefine identities" (Kalyvas, 2003: 303)

tanto os interesses da Igreja, quanto os das elites conservadoras não se diferenciavam das de países em que emergiram partidos confessionais. Ou seja, também na França, a Igreja procurava maximizar sua influência na sociedade e os conservadores também buscavam ser reeleitos. O ataque liberal, longe de ser tímido, existiu e acabou com a influência da religião na educação pública e criou mecanismos de regulamentação da vida religiosa francesa. Assim, uma vez que as preferências eram as mesmas e que os ataques foram acentuados, por que não emergiu um partido religioso na França?

Ao analisar o caso francês, Kalyvas constata a ausência de uma postura combativa por parte da Igreja. Apesar dos intensos ataques a sua área de influência na sociedade, a Igreja Católica francesa não entrou em conflito com o Estado<sup>21</sup>. Ao contrário, optou pela estratégia conciliatória, proibindo a criação das organizações católicas de massa<sup>22</sup>. Trata-se de um fato que parece indicar a irracionalidade da Igreja, ao não combater um regime que progressivamente acabava com áreas de sua atuação. Afinal, o que levava a Igreja a tal estratégia de “prudência” ante tão intensos ataques?

A resposta, segundo Kalyvas, não está relacionada a fatores socioeconômicos ou à ausência de religiosidade do povo francês, e sim a mudanças nos “custos de oportunidade”. Dada a centralidade da questão da continuidade do regime republicano na França, esta temática, além de ocupar integralmente as elites partidárias, alterou a estratégia da Igreja que preferiu não entrar em confronto e aguardar um possível retorno a uma situação de sua grande influência na sociedade francesa:

“(…) the church’s opportunity costs were affected by the probability of an overthrow of the Republic. Since the Republic was equated with anticlericalism and its fall was perceived as very likely, it made more sense for the church to wait on the side for the collapse of the Republic than to engage in a costly and risky active resistance and organization building” (Kalyvas, 1996: 141).

Posteriormente, com a consolidação do Regime Republicano, houve tentativas de maior participação da Igreja nos partidos políticos. No entanto, esta tentativa de “estratégia participativa” foi feita sem que houvesse um esforço organizacional prévio. Tal combinação (estratégia participativa, sem organizações de massas) produziu

---

<sup>21</sup> “The church did not condemn the Ferry laws, did not impose religious sanctions on Republicans, and did not appeal for a campaign of civil disobedience. On the contrary, in refined from further action, decided against fighting, and adopted a conciliatory attitude” (Kalyvas, 1996: 124).

<sup>22</sup> Cabe destacar que o autor ignora a repressão sofrida pelo clero católico no período.

resultados eleitorais pífios que não representaram qualquer incentivo à formação de um partido religioso. Esse ponto revela a centralidade que as organizações de massa desempenharam em outros países, em um processo de construção de uma identidade cristã capaz de produzir efeitos políticos significativos. Assim, a existência de uma adesão ao catolicismo é insuficiente, pois é necessário o esforço por parte das elites católicas para que tal crença compartilhada se converta em apoio político. Podemos apresentar o argumento de Kalyvas do seguinte modo, a partir de um quadro inspirado em um modelo oferecido por Terry Mulhall e Jorge Morais (1998):

<b>Quadro 1 – Modelo de Formação Partidária de Kalyvas</b>			
<b>Casos</b>	<b>Variáveis Independentes</b>		<b>Variável Dependente</b>
<b>Países</b>	<b>Organizações Católicas</b>	<b>Participação Eleitoral</b>	<b>Partidos Confessionais</b>
Alemanha	Sim	Sim	Sim
Áustria	Sim	Sim	Sim
Bélgica	Sim	Sim	Sim
Holanda	Sim	Sim	Sim
Itália	Sim	Sim	Sim
França	<i>Não</i>	Sim	<i>Não</i>

Em suma, para Kalyvas, as identidades políticas no conjunto da população, centrais na formação dos partidos confessionais, são geradas através de elites políticas que estão inseridas em longos processos históricos como, por exemplo, a secularização do Estado. Nota-se que tal abordagem não se opõe às anteriores; apenas aponta para ação das lideranças, de suas estratégias em um arranjo histórico, específico na construção de identidades<sup>23</sup>.

Neste capítulo, tratamos de discutir alguns trabalhos que, utilizando-se de diferentes abordagens, examinaram a formação das instituições partidárias, seja enquanto sistema seja enquanto organização. No estudo de Lipset e Rokkan (1990), é importante ressaltar o vínculo da formação dos partidos com a emergência de clivagens sociais. Os sistemas partidários refletem, portanto, identidades políticas constituídas em uma determinada sociedade a partir de um desenvolvimento histórico específico. Pode-se afirmar que tal estudo da década de 60 permanece central para a compreensão da

<sup>23</sup> É importante destacar que o papel das elites na formação de identidades é também destacado por Angelo Panebianco (2005, pg. 100), embora seu foco resida na questão organizacional.

formação dos partidos políticos modernos, pois tanto entre as elites quanto entre os eleitores, a relevância das identidades políticas continua sendo uma importante variável na explicação da emergência do jogo partidário, como se pode observar nas outras abordagens tratadas. Mesmo quando focamos na ação racional das elites, como em Aldrich e em Kalyvas, é através da identificação com idéias, valores, que elas se reúnem, passam a se contrapor a outros grupos e almejar a constituição de um partido, propagando ideais e estreitando seus vínculos com o restante da sociedade. Portanto, apesar de ter havido novas contribuições, as proposições iniciais (a constituição de clivagens sociais e a conseqüente emergência de identidades políticas) de Lipset e Rokkan permanecem fortes e é nelas que o presente trabalho irá se debruçar nos próximos capítulos.

Apesar de não haver um rompimento com esse clássico estudo, as demais abordagens nos apresentaram importantes críticas e alertas a uma obra que lida apenas com macro processos sociais. Enquanto Aldrich e Cox apontam para a importância de se considerar a estratégia das elites em meio a uma estrutura institucional, Kalyvas apresenta a necessidade de se atentar para a interação das elites na constituição de identidades no conjunto da sociedade, em uma abordagem que busca, assim como Lipset e Rokkan, construir uma investigação a partir das específicas seqüências históricas dos países. Tratam-se de contribuições que proporcionarão um ganho analítico para os capítulos posteriores.

#### *1.4. Adendo: Pluralismo Religioso, Desregulamentação Estatal e Partidos Políticos*

Uma produção bibliográfica significativa lidou com o nascimento e desenvolvimento das principais manifestações partidárias da clivagem religiosa: os “Partidos Democratas Cristãos”<sup>24</sup> que, como apontam Lipset e Rokkan (1990) e Kalyvas (1996), nascem do conflito entre o Estado e a Igreja, principalmente, a católica. Tratam-se de partidos que emergiram a partir de instituições religiosas que tiveram uma enorme influência no poder público e, conseqüentemente, no conjunto da sociedade. Como foi visto, o principal foco de conflito se deu no momento em que as igrejas deixaram de monopolizar a educação em alguns países da Europa. Portanto, é possível

---

<sup>24</sup> Além do trabalho de Kalyvas (1996), é possível identificar as seguintes obras: Almond (1948), Burks (1952), Kselman e Buttigieg (2003) e, sobre os Partidos Democratas Cristãos Latino-Americanos, Mainwaring e Scully (2003).

afirmar que, para tal literatura, a clivagem religiosa nasceu da perda de status de elites religiosas que desfrutavam do poder político.

Contudo, tais obras, mesmo lidando com a tradução política de divisões religiosas, mostram-se insuficientes para o tema aqui proposto, que consiste na investigação dos fatores que levaram à não formação de um partido de uma religião minoritária. Nota-se a escassez de estudos que lidam com a formação de partidos baseados em religiões que não vivenciaram estreita ligação com o Estado. Outro foco de problemas à questão suscitada pelo presente estudo refere-se à inexistência de trabalhos que teorizem a constituição de partidos originados a partir de igrejas protestantes ou, segundo a terminologia que aqui será mais utilizada, evangélicas (pentecostais ou não). Assim, a literatura apresentada anteriormente nos oferece importantes referenciais teóricos para explorarmos o caso brasileiro, entretanto não parece ser suficiente para uma delimitação precisa do problema de pesquisa.

Talvez o único trabalho que nos aponte a existência de casos de formação de partidos protestantes em locais que igrejas de tal vertente do cristianismo não vivenciaram conexão com o Estado, seja o de Paul Freston, contido no livro *Protestant Political Parties: a Global Survey* (2004). O seguinte quadro (Quadro 2) nos mostra que, apesar de a participação católica na política partidária ter sido mais freqüente, há uma quantidade significativa de casos de partidos criados por instituições, grupos ligados a igrejas protestantes. Outro ponto importante refere-se à existência de tal fenômeno em diferentes democracias do mundo, o que proporciona um quadro mais complexo quando procuramos desvendar seqüências históricas que levaram à constituição de tal fenômeno:

“Contrary to another popular assumption, Christian Parties are not restricted to those inspired by Catholicism. There is also a large growing contingent of Protestant ones. There are to be found, *not just traditionally Protestant countries of northern Europe* [grifo meu], but also (and primarily) in the Americas, Africa, Asia and Australasia” (Freston, 2004: 01).

A presença de partidos, mesmo com pequena força eleitoral em muitos casos, ligados às igrejas protestantes na América Latina, Ásia e África, nos mostra a existência de múltiplos caminhos para a constituição de clivagens religiosas e de sua representação no sistema partidário. São praticamente inexistentes estudos que exploraram de maneira

mais cuidadosa a constituição de tal fenômeno em democracias recentes, em regiões que foram colonizadas e que, em muitos casos, passaram por interrupções autoritárias no decorrer de sua história. Não será o intuito do presente trabalho investigar esta variedade, mas apenas salientar que o problema que será estudado nas páginas seguintes está sustentado em uma multiplicidade de “seqüências históricas” ainda não exploradas pela literatura.

<b>Quadro 2- Partidos Protestantes levantados por Paul Freston</b>				
<b>Região</b>	<b>País</b>	<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>	<b>Ano de Fundação</b>
<b>“The European Hearland”</b>	<b>Holanda</b>	ARP*	Anti-Revolutionary Party	1879
		CHU*	Christian Historical Union	1894
		CGP	Political Reformed Party	1918
		GPV	Reformed Political Union	1948
		RPF	Reformed Political Federation	1975
		CDA*	Christian Democratic Appeal	1980
		EVP	Evangelische Volkspartei	1981
	<b>Suíça</b>	EVP	Evangelische Volkspartei der Schweiz	1919
		EDU	Eidgenössisch-Demokratische Union	1975
	<b>Alemanha</b>	CDU*	Christian Democratic Union	1949
		CM	Christliche Mitte	1988
PBC		Partei Bibeltreuer Christen	1989	
<b>Escandinávia e Bálticos</b>	<b>Noruega</b>	KrF	Christian People´s Party	1933
		KS	Kristent Samlingsparti	1993
	<b>Suécia</b>	KD (KDS)	Christian Democratic Society	1964
	<b>Dinamarca</b>	KrF	Christian People´s Party	1970
	<b>Finlândia</b>	SKL	Finnish Christian Union	1958
	<b>Letônia</b>	LKDS	Latvijas kristīgi Demokrātu Savienība	1991
		KTP	Kristīgo Tautas Partija	1996
		LPP	Latvijas Pirma Partija	2002
	<b>Estônia</b>	EKDE	Eesti Kristlik Demokraatlik Erakond	1988
EKDL		Eesti Kristlik Demokraatlik Liit	1988	
<b>“The English-Speaking World”</b>	<b>UK</b>	DUP	Democratic Unionist Party (Irlanda do Norte)	1971
		SPL	Scottish protestant League	1931
		PAS	Protestant Action Society	1933
		CPA*	Christian People Alliance (Escócia)	2000
	<b>Canada</b>	CHP*	Chistian Heritage Party	1987
	<b>Nova Zelândia</b>	CHP*	Chistian Heritage Party	1989
	<b>Austrália</b>	CDP*	Chistian Democratic party	1977
<b>Ásia e o Pacífico</b>	<b>Fiji</b>	VLV	Veitokani Ni Lewenivanua Vakarisito	1999
		SDL	Soqosoqo Duavata ni Lewenivanua	2001

<b>Ásia e Pacífico (Cont.)</b>	<b>Coréia do Norte</b>	CSD	Christian Social Democratic Party	1945
		KDP	Korean Democratic Party	1945
	<b>Indonésia</b>	PKI	Partai Kristen Indonesia	1945
		PDKB	Partai Demokrasi Kasih Bangsa	1998
	<b>Índia</b>	PMLD	Punjab Maishi Lok Dalh	2001
		MNF*	Mizo National Front	1987
		UNC*	United Naga Council	-
		NPC*	Nagaland People´s Council	-
		NDP*	Nagaland Democratic Party	-
		NNP*	Naga National Party	-
<b>África</b>	<b>Namíbia</b>	MAG (ACN)	Monitor Action Group	1994
	<b>Zâmbia</b>	NCC	National Christian Coalition	1997
	<b>África do Sul</b>	ACDP	African Christian Democratic Party	1993
		UCDP	United Christian Democratic Party	1998
<b>América Latina</b>	<b>Nicarágua</b>	PJN	Partido de Justicia Nacional	1992
		CCN	Camino Cristiano Nicaragüense	1995
		MUC	Movimiento de Unidad Cristiana	2000
	<b>Colômbia</b>	MUC	Movimiento Unión Cristiana	1990
		C4	Compromiso Cívico Cristiano com la Comunidad	1990
		PNC	Partido Nacional Cristiano	1990
	<b>Venezuela</b>	ORA	Organización Renovadora Auténtica	1986
	<b>Costa Rica</b>	PANC	Partido Alianza Nacional Cristiana	1981
		PRC	Partido Renovación Costarricense	1995
	<b>Guatemala</b>	ARDE	Acción Reconciliadora Democrática	1999
		MPV	Movimiento de Principios y Valores	2003
	<b>El Salvador</b>	MSN	Movimiento de Solidaridad Nacional	1991
		M U	Movimiento de Unidad	
	<b>Argentina</b>	MCI	Movimiento Cristiano Independente	-
		MRI	Movimiento Reformista Independente	-
	<b>Peru</b>	MPC	Movimiento Presencia Cristiana	-
		MRN*	Movimiento de restauración Nacional	2000
	<b>Chile</b>	ANC	Alianza Nacional Cristiana	1995
	<b>Panamá</b>	MUN	Misión de Unidad Nacional	1993
	<b>República Dominicana</b>	MIC	Movimiento de integración Cristiana	2000
<b>Paraguai</b>	MORENA	Movimiento Renovación Nacional	1998*	

\*Partidos que, segundo Freston, foram formados ou em algum momento de seu desenvolvimento uniram católicos e protestantes.

Obs. 1. Alguns dos partidos listados deixaram de existir ou mudaram de nome, agregando novas forças. Esse desenvolvimento dos partidos listados, infelizmente, não pôde ser traduzido no quadro.

Obs. 2. Trata-se de uma organização a partir do trabalho de Freston, ou seja, o mesmo quadro não se encontra em sua obra.

**Fonte:** Freston, Paul, *Political Parties: a Global Survey* (2004).

Talvez os casos mais curiosos encontrem-se na América Latina, local majoritariamente colonizado por países sem qualquer vínculo com igrejas protestantes (Espanha e Portugal), as quais sempre foram marginalizadas e muitas vezes oprimidas pelo Estado intimamente conectado à Igreja Católica. Freston aponta os seguintes fatores que influenciaram a formação de partidos protestantes nesse ambiente inusitado: a - crescimento da população que declara pertencer a igrejas protestantes (históricas e/ou pentecostais); b- percepção de marginalização, em uma situação em que a separação Estado/Igreja Católica é vista como insuficiente. É preciso salientar que *algum grau de “secularização” é uma condição primordial, tanto para que ocorra um crescimento de adeptos de igrejas protestantes, como também para que seja possível a sua expressão em partidos políticos*. Assim, tal percepção de insuficiência não deve ser confundida com a inexistência de qualquer distanciamento entre o Estado e a Igreja Católica.

Ao pensar no crescimento da população protestante na América Latina, talvez seja interessante fazer algumas ponderações baseadas em trabalhos da sociologia da religião, que conectam a emergência de um “mercado religioso” mais plural com a secularização do Estado. Para autores como Rodney Stark e Roger Fink (1998), Lawrence Young (1997), Laurence Iannaccone (1992), Mark Chaves (1994), que se utilizam de alguns pressupostos da micro-economia para o estudo da religião, a separação Estado/Igreja proporciona a quebra do monopólio na esfera religiosa e a conseqüente abertura à expressão de outras religiões. Os autores apontam duas conseqüências principais de tal fenômeno: 1- crescimento da oferta de “produtos religiosos”, em um ambiente de ampliação da competição por fiéis<sup>25</sup>; 2- aumento da religiosidade dos fiéis que, agora, podem se converter à religião de maior preferência<sup>26</sup>. Portanto, segundo tais trabalhos, a ausência de monopólio religioso, na ligação com o poder público, cria condições para a *formação de uma esfera religiosa mais plural, mais competitiva e com maiores índices de participação*. Transpor esse ambiente da esfera religiosa para a política é perigoso, entretanto é possível afirmar que tais teses apontam

---

<sup>25</sup> “Religion in modern, pluralistic societies is very much a market phenomenon. It is an industry that is easy to enter, highly competitive and virtually devoid of intellectual property rights” (Iannaccone, 1992: 272).

<sup>26</sup> Como sugere uma hipótese testada por Fink e Stark (1998), “the overall level of religious commitment will be higher were pluralism is higher or were the regulation is lower” (Fink e Stark, 1998: 762). Tal proposição é confirmada por Chaves, Schraeder e Sprindys (1994) “In sort, more regulation of the religious market is associated with lower levels of religion participation even among minority segments of that market”(Chaves, Schraeder, Sprindys, 1994: 1094)



para a constituição de um ambiente social que possibilita, dentro de instituições democráticas, a expressão de demandas de grupos religiosos minoritários.

Constata-se que o divórcio Estado/ Igreja proporciona não apenas maiores possibilidades de que uma esfera mais plural surja, mas que, em um sistema democrático, outros credos possam expressar politicamente suas demandas e reivindicações. Como Ricardo Mariano (2001) afirma a respeito da experiência brasileira, “sem liberdade, por certo os pentecostais não teriam como assim proceder para estender seu poder e influência religiosa e defender seus interesses institucionais” (Mariano, 2001:14). Portanto, *a secularização do Estado deve ser entendida não apenas como o declínio da influência de determinada Igreja, mas também como o nascimento da possibilidade de expressão política de outros grupos religiosos.*

Para ilustrar tal ponto, é possível destacar, no levantamento feito por Freston (2004), o caso boliviano e o paquistanês, pois são países que não vivenciaram a constituição de um partido político protestante, embora tenham existido algumas iniciativas. Freston explica a “não formação” em tais casos pelo fato de o Estado impor constrangimentos à abertura do “mercado político” a outras religiões que não a católica, no caso boliviano, ou a muçumana, no caso paquistanês. Portanto, uma mínima secularização do Estado é fundamental para que um partido surja, não apenas de religiões majoritárias que perdem privilégios durante a separação, mas também para que anseios de outras religiões minoritárias possam ser expressos.

Como nos demais estudos, a separação entre Igreja e Estado continua sendo central para o nascimento de um partido religioso, porém ele pode emergir não apenas de demandas para o retorno a uma situação de privilégios por parte de uma instituição religiosa, mas também a partir da constituição de uma realidade mais plural e competitiva, em que dissensões internas na esfera religiosa e em oposição a outros atores sociais e políticos possam emergir e, em um ambiente democrático, serem expressas politicamente. É importante salientar que, tal como Kalyvas sustenta, a secularização do Estado não pode ser vista como uma condição suficiente para o nascimento de um partido confessional, entretanto ela é imprescindível, pois apenas a partir desse processo é possível encontrar condições para que um grupo religioso se expresse politicamente.

Assim, é possível afirmar que identidades políticas religiosas podem também ser construídas em religiões minoritárias, em ambientes de competição dentro da esfera religiosa, em que há também liberdade para a expressão política de demandas de tais

grupos. Como fica evidente, tratam-se de proposições ainda embrionárias nos estudos sobre os partidos políticos que devem ser exploradas com cuidado, entretanto torna-se necessário incorporá-las ao presente estudo. É de suma importância destacar a insuficiência de estudos sobre a formação dos sistemas partidários em democracias recentes que nos sugerem uma multiplicidade de seqüências históricas, contextos, atores até então pouco explorados.

## CAPÍTULO 2

### CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SISTEMAS PARTIDÁRIOS BRASILEIROS

Como no capítulo anterior, partiremos da análise do “sistema partidário” para então tratarmos da “unidade partidária”. Analisar os fatores que levaram à constituição do sistema partidário brasileiro será de suma importância para apresentarmos o “ambiente político” em que está situado o fenômeno a ser explorado nos capítulos seguintes. O exame da literatura sobre a formação do sistema partidário brasileiro será norteado por duas premissas: 1- a existência de vínculos identitários que podem ser fomentados, ora por clivagens sociais, ora por divergências entre elites (Lipset, Rokkan, 1990; Kalyvas, 1995); 2- o papel da estrutura institucional que regula a competição partidária e que tem enorme importância na definição dos custos e incentivos para se formar um partido político (Cox, 1987; Aldrich, 1995).

Estudar a formação do sistema partidário brasileiro não é uma tarefa simples, devido a sua extrema descontinuidade. Como aponta Kinzo, “até hoje tivemos nada menos do que oito configurações partidárias, praticamente sem elementos de continuidade na passagem de cada uma à seguinte” (Kinzo, 1993: 05). Assim, qualquer análise histórica sobre o sistema partidário brasileiro é dificultada por tais descontinuidades que, no século XX, foram causadas por longas interrupções autoritárias. Nossa análise estará focada, primordialmente, na formação do atual sistema partidário, entretanto será também explorado o sistema partidário da democracia de 1946, dado sua importância.

#### *2.1. O Getulismo e a Fragmentação na Segunda República Brasileira*

O período entre 1946 e 1964 pode ser considerado o primeiro período democrático da história do país. Apesar de haver eleições desde o Império, inexistiam até então os princípios básicos apontados por Dahl (1997) como necessários para a constituição de uma “poliarquia”. Como uma extensa bibliografia aponta, na Primeira República, que poderia ter dado início à era democrática no Brasil, a competitividade política era reduzida por acordos entre as elites locais e as estaduais (Leal, 1949,

Carvalho, 2002)<sup>27</sup>, além de poucos terem acesso ao exercício do voto (Carvalho, 2001)<sup>28</sup>. Portanto, é somente a partir da Segunda República que os traços essenciais de uma “poliarquia”, apesar de imperfeições<sup>29</sup>, são instituídos e temos a primeira experiência de partidos em contexto democrático.

Uma parte significativa da literatura sobre a experiência democrática de 1946 a 1964 enfatiza os profundos laços entre o sistema partidário nascente com os arranjos institucionais fincados no período anterior, uma ditadura que transformou em muito a organização do Estado. Maria do Carmo Campelo de Souza, na principal obra sobre o período, *Estado e Partidos Políticos no Brasil* (1990), mostra importantes continuidades não apenas na estrutura do Estado, como também na própria elite política que formou os partidos:

“(...) se em 1945 foi deposto o presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em ponto cruciais, o arcabouço institucional do estado Novo” (Souza, 1990: 64).

Edson Nunes (1997) também ressalta tal traço da transformação das instituições políticas brasileiras e da elite política do período:

“O novo regime emergiu das entranhas da ditadura que ele ousou substituir, e as elites que administraram a transição e que, em última análise, controlaram o período constitucional e democrático pós-45 eram compostas pelas mesmas pessoas que apoiaram o regime anterior ou dele se beneficiaram” (Nunes, 1997: 68).

---

<sup>27</sup> Para autores como Leal (1949) e Carvalho (2001), a ausência de competitividade durante a Primeira República brasileira está assentada em duas causas: 1- estrutura institucional brasileira, em que se configura um federalismo acentuado; 2- estrutura socioeconômica (desigualdade social e dispersão populacional em áreas rurais) que possibilita um controle dos eleitores pelas elites políticas locais.

<sup>28</sup> Convém citar uma importante observação de José Murilo de Carvalho (2001) que observa uma restrição ao direito ao voto há alguns anos antes da proclamação da República, em 1881. Durante grande parte do período Imperial do Brasil, a “inclusividade” do sistema político brasileiro era muito maior que em muitos países europeus, como a Inglaterra, a França, Holanda, Itália e Portugal.

<sup>29</sup> A proibição da existência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a maior das imperfeições do período.

Como nota Souza, a liberalização do sistema político brasileiro se dá menos por pressões sociais e mais por uma estratégia de elites que anteriormente haviam defendido o regime que banira os partidos políticos. Portanto, por mais que manifestações populares pudessem ter ocorrido em favor da “poliarquização”, o fator propulsor da mudança não residia em movimentos de oposição populares, mas em um ambiente internacional ideológico contrário à continuidade de regimes fascistas<sup>30</sup>, incentivando, assim, a constituição de partidos políticos. Sob tal contexto, não é estranho que os principais partidos políticos que emergiram no início da democratização tenham sido marcados pelos conflitos pautados no Estado Novo e na figura de Getúlio Vargas. Como aponta Bolívar Lamounier, embora existissem outros focos de embates, o getulismo aparecia como questão de maior centralidade no período: “o Brasil dos anos 50 estava rachado ao meio, dividido por uma clivagem profunda, uma complexa falha geológica que atravessava diversas camadas sedimentares, mas tinha um foco extremamente definido: o antagonismo entre getulismo e antigetulismo” (Lamounier, 2005: 119).

Quando observamos a formação dos partidos individualmente, vemos de maneira clara tal clivagem política: o PSD nasceu das antigas interventorias varguistas, das elites políticas locais que estavam alocadas em instituições que no Estado Novo proporcionaram a centralização do poder em torno do Governo federal; o PTB teve sua origem fundada em Vargas (que veio a ser eleito presidente) e no aparelho sindical criado também no período anterior. Lamounier e Rachel Meneguelo chegam a apontar o PSD, o partido de centro no período, como “um prolongamento partidário, com extensa base eleitoral, do Estado Novo getulista” (Lamounier, Meneguelo, 1986: 44). Já a UDN, outra grande força do período, emerge de grupos opositores a Vargas, das antigas oligarquias estaduais que foram alijadas durante o Estado Novo. Como caracteriza Nunes (1997), tanto o PSD, quanto o PTB foram “partidos mobilizados internamente” (Nunes, 1997: 68) que herdaram recursos organizacionais e simbólicos do período anterior. Em contrapartida, a UDN foi “mobilizada externamente”, entretanto sem qualquer ligação com grupos sociais. Muito pelo contrário, o partido era constituído por elites políticas já existentes que haviam sido marginalizadas durante o período varguista.

---

<sup>30</sup> Segundo a autora, “a restauração democrática em 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dissensões econômicas internas graves que estabelecessem sério conflito de classes, não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional” (Souza, 1990: 64);

Lamounier (2005) oferece dois exemplos que sustentam a preponderância da “clivagem do getulismo”: a aliança entre o PSD e o PTB contra a anti-getulista UDN e o fato deste partido, presumidamente de perfil anti-estatista, ter defendido o monopólio estatal da Petrobrás para se contrapor a Vargas que era a favor da gestão mista. Bastante eloqüente a afirmação de Maria Vitória Benevides (1989) a respeito da centralidade que Getúlio Vargas e seu governo ocupavam na constituição do sistema partidário brasileiro:

“Costuma-se dizer que Getúlio criou o Partido Social Democrático com a mão direita e o Partido Trabalhista Brasileiro com a mão esquerda. A União Democrática Nacional, por sua vez (...), só foi criada para derrubar Getúlio e vingar a ditadura estadonovista. É nesse sentido que, por paradoxal e perverso que pareça, a *UND da ‘eterna vigilância’ acaba sendo, também, uma criatura de Getúlio Vargas*” (Benevides, 1989: 31).

O arranjo institucional que favoreceu o sucesso de tais forças foi instituído pela reforma eleitoral de 1946, denominada “Lei Agamenon”, cujos dispositivos contribuía para fortalecer grupos previamente nacionalizados. Como não havia um passado de partidos nacionais, as únicas elites capazes de se adequar a tal legislação eram aquelas que mantinham estreito vínculo com o aparato estatal getulista. Souza enumera algumas regras (por exemplo, obrigatoriedade de representação mínima em cinco estados para o registro dos partidos) que favoreceram elites já existentes e impediram que novas fossem incluídas na disputa partidária (como no caso do PCB). Assim,

“O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de um Estado” (Souza, 1990: 105-6).

Os parágrafos anteriores exploram bem o início do primeiro período democrático brasileiro, entretanto, principalmente após 1950, houve uma importante

transformação institucional que modificou o modo como o sistema se desenvolveu. Curiosamente, mesmo no início, a estrutura institucional brasileira montada no período, além de fortalecer os partidos maiores, continha mecanismos que incentivavam a fragmentação do sistema. Um importante elemento que, mesmo sem uma relação necessária com a fragmentação, enfraquecia os vínculos entre os partidos e os eleitores foi a adoção, desde 1945, do sistema de lista aberta para as eleições proporcionais (Nicolau, 1999). Tratava-se de um procedimento que favorecia o político individual em detrimento do partido, o que reduzia também os custos eleitorais de trocar de partido ou de se criar um novo. É possível afirmar que, mesmo com uma legislação que favorecia os maiores partidos, a adoção da lista aberta dificultava a cristalização deles no conjunto da sociedade.

Em relação ao registro dos partidos, Souza ressalta que, apesar de prever a representação (assinaturas e quantidade de votos mínimos) em cinco estados diferentes, “os requisitos para o registro dos partidos foram na realidade bem tímidos” (Souza, 1990: 115). Como Wanderley Guilherme dos Santos (2003) observa, com o aumento do eleitorado e a manutenção do número mínimo de votos (50.000), “a regra de exclusão era inútil para efeitos práticos, pois sempre esteve consideravelmente abaixo do mínimo possível para obtenção de representação, caso não houvesse regra alguma” (Santos, 2003: 158). Assim, as regras para criação dos partidos, tão destacadas por favorecerem as forças já existentes, não continham grandes impedimentos para a criação de novos partidos e a entrada destes na arena parlamentar.

É um ponto praticamente consensual na literatura que o elemento da legislação que possibilitava a fragmentação do sistema foi a combinação, a partir de 1950, do sistema proporcional com a possibilidade de criação de coligações nos pleitos legislativos. Gláucio Soares (1964, 2001) destaca que a prática das coligações envolvia um comportamento racional dos atores envolvidos, em meio a um arranjo institucional que não apenas se omitia quanto a sua proibição, como também a incentivava, através do mecanismo de conversão de votos em cadeiras (método das maiores sobras D’Hondt<sup>31</sup>, que favorecia não os maiores partidos individualmente, mas as coligações mais votadas). Como aponta o autor, “os votos eram computados para a coligação como um todo, e não separadamente por partido participante dela”, o que proporcionava o aumento de “desvios em relação à proporcionalidade” (Soares, 2001: 138). É importante

---

<sup>31</sup> O método D’Hondt foi introduzido em 1950 (Nicolau, 1999).

observar que o método de conversão de votos em cadeiras D'Hondt, adotado em 1950, elevava o quociente eleitoral e dificultava a entrada de partidos com pouca quantidade de votos nas arenas parlamentares. Porém, a permissão de coligações acabava por sanar o problema da incerteza quanto à representação dos partidos: “tratava-se apenas de um recurso para, ao reduzir a taxa de desperdício de votos do sistema, fazê-lo em benefício de todos os partidos” (Santos, 2003: 159)<sup>32</sup>.

Ocorria, portanto, através desse mecanismo, o inverso do conhecido “desvio” do sistema majoritário, com a acentuada dispersão da representação que não correspondia aos resultados eleitorais. A racionalidade na adoção de tal estratégia não é difícil de ser compreendida em um sistema partidário recente, com disposições institucionais que facilitavam tal comportamento. Como salienta Santos, “os partidos nada tinham a perder com as coligações” (Santos, 2003:157). A eficácia de tal procedimento pode ser visualizada por sua crescente “popularização” em todos os Estados, não apenas entre os menos desenvolvidos<sup>33</sup>. Logo, a partir de 1950, “o recurso a alianças cresce em ambas as regiões [desenvolvidas ou não], indicando que, a despeito da persistência de ritmos diversos, dava-se um padrão comum de aliancismo crescente” (Souza, 1990: 159).

Como já havia sido salientado, a principal consequência dessa prática foi a fragmentação do sistema partidário, que passou a não corresponder aos resultados eleitorais. É possível afirmar que, aos poucos, a partir de uma combinação institucional permissiva, o sistema de representação partidário se distanciava das escolhas dos eleitores, em um sentido diferente do observado pela maioria das democracias do mundo, inclusive no período em questão: a desproporcionalidade caminhava de modo a dispersar o poder no parlamento, não no sentido inverso, como é usual. “É isso que explica o esdrúxulo resultado obtido em 1962, quando o número de partidos parlamentares é superior ao número de partidos eleitorais” (Santos, 2003: 161).

Em íntima ligação com a fragmentação do sistema, ocorreu, principalmente, nos últimos anos da Segunda República, a descaracterização da própria disputa partidária, com a existência de coligações ideologicamente heterogêneas. Trata-se, portanto, de um

---

<sup>32</sup> Olavo Brasil de Lima Jr. (1983), em uma análise das dinâmicas partidárias estaduais, ressalta que um partido tinha como motivação a busca de uma aliança não apenas por uma maximização de votos, mas também com o objetivo de enfraquecer outros partidos que regionalmente eram seus opositores. Embora o autor aponte para o fato de que a fragmentação em nível estadual não ser acentuada, são destacados também efeitos “consociativos” por parte da legislação que, em muitos casos, sobre-representava alguns partidos pequenos. Para o autor, “o sistema garantia, então, não só a representação dos pequenos partidos a nível estadual, como também os sobre-representava” (Lima Jr., 1983: 121).

<sup>33</sup> A tese de que as coligações eram mais frequentes em estados menos desenvolvidos, com população predominantemente rural, foi formulada por Soares (1964).



recurso que promoveu a fragmentação do sistema partidário e um enfraquecimento ideológico, fundamentalmente, dos maiores partidos (Soares, 2001), em uma estratégia de evitar a constituição de constrangimentos internos aos partidos para aliar-se. Assim, um dos efeitos de tal sistema foi a dificuldade de diferenciação dos partidos políticos com o passar do tempo. Em um debate com teses que justificavam as coligações pela via ideológica, Santos (2003) apresenta dados que contrariam a suposição de que a agregação de forças partidárias desfrutava de consistência: a partir de 1950, em todos os pleitos proporcionais, as “coligações inconsistentes” sempre foram maiores que 50%, chegando a 76% em 1958. Após a clivagem que deu origem ao sistema, o getulismo, é possível afirmar que o surgimento de novas questões que dividiam o sistema partidário era dificultado por tal estrutura institucional. Assim, “o efeito inevitável do mecanismo foi a descaracterização da representação, tendo em vista a alta probabilidade de um voto conservador vir a eleger um representante progressista e vice-versa” (Santos, 2003: 160).

A partir desse ponto, é possível compreender o diagnóstico de Lamounier e Meneguelo (1986) ao apontar a fragilidade dos vínculos entre os partidos e os eleitores, devido a escolhas (principalmente, institucionais) realizadas pela elite política do período<sup>34</sup>. Por haver uma competição política “caótica”, em que alianças políticas ideologicamente estranhas se constituíam, para os autores,

“A política é percebida (...) como uma interminável manobra que não visa a nenhum objetivo determinado e não sinaliza quaisquer preferências sociais ou econômicas. Este tipo partidário pode ter relevância para a preservação da continuidade formal das instituições, mas não as protege contra os açoitamentos da mobilização social e eventualmente da deslegitimação” (Lamounier, Meneguelo, 1986:53).

Tal avaliação da ligação do sistema de partidos do período com os eleitores não é consensual como, por exemplo, sugere Soares (2001) e Antônio Lavareda (1991). Para Soares, tanto a UDN quanto o PSD estariam vinculados aos setores rurais brasileiros, enquanto o PTB teria seu apoio eleitoral concentrado nos centros urbanos. É importante

---

<sup>34</sup> Como afirmam os autores, “a taxa de identificação subjetiva com esses partidos, no que se refere à massa, parece ter sido sempre muito baixa, sendo também pálido o índice de reconhecimento deles como entidades ideologicamente diferenciadas, por parte dos eleitores mais escolarizados” (Lamounier, Meneguelo, 1986: 49).

salientar que tal diferenciação na distribuição dos votos ocorre menos por iniciativas autônomas da sociedade civil e mais por uma herança do período varguista, pois a distribuição coincidia com a disposição das “heranças” do Regime anterior. Lavareda (1991) também constata um processo de constituição de raízes dos partidos com os eleitores brasileiros. Como sugere o autor, a “análise evidencia o fato de que um processo de consolidação do sistema partidário, em termos de seus vínculos psicológicos com o eleitorado, estava em marcha pelo menos nos últimos dez anos daquela fase republicana” (Lavareda, 1991: 181). Assim, o autor mostra que laços entre os eleitores e os partidos existiam, entretanto é mais adequado apontar que havia um processo em consolidação no país. Portanto, o sistema partidário de 46-64 iniciou uma aproximação com os eleitores apenas no período final da Segunda República, o que inviabiliza a constatação de que o sistema partidário do período exprimia clivagens presentes na sociedade.

No entanto, o processo apontado por Lavareda foi interrompido e uma das explicações sugeridas pela literatura reside na alta fragmentação, aliada a uma polarização ideológica no parlamento. Logo, mesmo com alguns indícios de estreitamento do sistema com os eleitores, tal processo foi dificultado e interrompido por dinâmicas que o levavam ao distanciamento do conjunto da sociedade e a ingovernabilidade. Como defende Santos:

“Embora bastante representativo ao longo de sua história de quase vinte anos, o sistema parlamentar brasileiro acolheu e explorou, a partir de 1950, um mecanismo de conversão de votos em cadeiras que minou endogenamente, diminuindo gradativamente sua representatividade substantiva, embora do ponto de vista estritamente formal ainda fosse razoavelmente representativo, tornando-o vulnerável às pressões e turbulências do meio ambiente político” (Santos, 2003: 161).

Portanto, o período conhecido como a Segunda República brasileira teve um sistema partidário formado a partir de posicionamentos de estruturas administrativas fundadas na era Vargas. Trata-se de uma formação que pouco se assemelha com a de Lipset e Rokkan, por não desfrutar de claros vínculos com o restante da sociedade. O modelo sugerido por Aldrich, que separa analiticamente a elite política e suas estratégias do restante da sociedade, parece ser mais adequado para compreender tal

formação. É importante destacar as conseqüências que um arranjo institucional permissivo à constituição de novos partidos teve para o sistema. Longe de proporcionar uma reunião de políticos que desfrutavam de alguma identidade, o quadro partidário foi se tornando cada vez menos diferenciado, com poucas clivagens claras e duráveis que cindiam o sistema em partidos políticos.

## *2.2. A Nova República e seu Novo Sistema Partidário*

Assim como no período democrático anterior, a Terceira República brasileira nasceu após um período ditatorial que teve grande importância no modo como o sistema partidário se configurou. Como ficará evidente, a “herança autoritária” não deve ser vista como equivalente nos dois períodos, pois uma experiência democrática existiu antes de 1964 e seus efeitos não devem ser desprezados. Entretanto, é necessário destacar que os fatores que levaram à configuração partidária nos dois períodos devem ser buscados, principalmente, nos períodos autoritários precedentes. A continuidade, não a ruptura, parece ser a grande característica das transições democráticas brasileiras, em que há significativos efeitos na constituição dos sistemas partidários.

Antes de qualquer análise sobre o período posterior a 1985, é importante salientar algumas particularidades do Regime Militar que o país vivenciou entre os anos de 1964 e 1985. Uma das principais características de tal período é a continuidade dos arranjos institucionais de um regime democrático, como a manutenção de eleições periódicas, partidos políticos, Legislativo e Judiciário. Embora muitas destas instituições tivessem seu poder reduzido, tendo desempenhado um papel figurativo em muitas ocasiões, a continuidade das eleições e a constituição de um sistema de dois partidos tiveram um enorme peso na vida política brasileira durante e após o Regime Militar. “Surgiu, assim, um regime de natureza híbrida, em que antigos procedimentos constitucionais se misturavam aos poderes arbitrários do Executivo” (Kinzo, 1988: 20)<sup>35</sup>.

Tanto o partido oposicionista, MDB, quanto o da situação, ARENA, surgiram a partir de um ato institucional que colocou fim ao sistema partidário anterior, interrompendo o processo de sua consolidação na Segunda República. Por serem os

---

<sup>35</sup> Kinzo (1988) aponta que o principal fator que levou a “hibridez” institucional no período autoritário residia na ausência de um projeto único das elites que apoiaram o golpe, caracterizando-se por uma grande heterogeneidade entre os civis e, inclusive, entre os militares.

únicos veículos de representação do período, ambos os partidos se caracterizaram por uma grande heterogeneidade, em que os vínculos se sustentavam em apenas uma questão: aceitação/ rejeição ao governo militar. Tratava-se de uma clivagem entre as elites políticas que, principalmente, na segunda metade da década de 70, começava a repercutir no conjunto do eleitorado. Um significativo exemplo são as eleições para o Senado em 1974, que adquiriram um significado “plebiscitário” (Lamounier, 2005) em torno do posicionamento diante do Regime Militar.

É possível caracterizar os partidos do período tal como Mainwaring (2003) sugere para os Partidos Democratas Cristãos latino-americanos, em períodos autoritários: os partidos existentes se ocupavam, não apenas de objetivos eleitorais (“*electoral games*”), mas também possuíam motivações relacionadas à manutenção ou superação do regime (“*regime games*”). Devido ao pouco peso decisório conferido ao Legislativo e à atuação dos partidos políticos, MDB e ARENA pareciam ter cristalizado sua imagem no eleitor em torno do segundo “jogo” desempenhado pelos partidos, o da manutenção/superação do regime autoritário. Fernando Henrique Cardoso (1975) indica a existência de um esforço das elites políticas de criar e reforçar tal identidade entre os eleitores: “o MDB na campanha soube expressar símbolos que atraíam o eleitorado e marcou seu distanciamento do Estado (enquanto a ARENA com ele foi confundida, para desdouro do próprio Estado)” (Cardoso, 1975: 57).

Em um artigo sobre a disputa de 1974, Carlos Estevam Martins (1975) também sugere a existência de iniciativas de transmissão de tal “clivagem” por parte das elites, em um estudo sobre a propaganda política do MDB, partido que não apenas representava o desejo de mudança no sistema político, mas passava à população a importância do voto, de “desvendar” a função das eleições:

“A candidatura de protesto do MDB foi, assim, a inspiração primeira que abriu caminho para o voto de protesto do eleitorado: assim como o MDB concorreu à eleição presidencial não por concorrer, mas para desvendar, o povo votou nas eleições parlamentares não por votar, mas para desvendar” (Martins, 1975: 80).

Há, portanto, a constituição de uma identificação partidária pautada, sobretudo, na aceitação ou não do arranjo político instaurado na segunda metade da década de 60. Além de tal clivagem, estudos realizados em algumas cidades, no fim da década de 70, indicaram a estreita associação do MDB aos setores populares da população, enquanto a

ARENA tinha maior aceitação entre os estratos mais ricos. Como aponta Lamounier, “a ARENA passou a ser vista como um partido ‘do governo’, ‘dos ricos’, ‘da elite’, e o MDB como o partido dos ‘underdogs’, ‘dos pobres’, ‘da oposição’” (Lamounier, 1988: 115). Entretanto, esta imagem não pode ser considerada como derivada da estreita ligação dos partidos com grupos sociais. Como salienta Martins, a campanha das eleições de 1974 em São Paulo “não foi representativa das tendências, divisões e conflitos existentes na sociedade” (Martins, 1978: 78). É possível afirmar, portanto, que apesar de os partidos possuírem “imagens” vinculadas às classes sociais, a clivagem que cindia a disputa era a do regime.

Embora a clareza de tal diferenciação devesse à própria natureza do regime, é digno de nota que o sistema eleitoral instaurado guardava algumas diferenças do anterior, em um esforço de lidar com a crise parlamentar de 1968 (Kinzo, 1988). Principalmente, a partir de 1971, uma série de dispositivos passaram a constranger a ação do político individual, fortalecendo os dois partidos existentes:

“Os representantes agora perderiam o mandato por votar contra a liderança partidária, sempre que esta última convocasse para votar de acordo com a linha do partido. Eles também perderiam seu mandato por deixarem o partido. Finalmente, criticar o programa do partido também poderia levar a perda do mandato” (Mainwaring, 1991: 52).

É claro que, em um sistema partidário marcado pela coerção quanto à quantidade e a atuação dos partidos, muitos desses mecanismos careciam de legitimidade. Todavia, é importante salientar que havia uma estrutura institucional que favorecia a cristalização de claras distinções entre os partidos que foram transmitidas aos eleitores.

Em 1974, o presidente Ernesto Geisel iniciou um longo processo de abertura política que teve, como uma das medidas, a reforma do sistema partidário. O bipartidarismo compulsório foi substituído pela liberdade de criação de partidos políticos, desde que os mesmos possuíssem a palavra “partido” no início do nome<sup>36</sup>. A partir desse momento, novos partidos foram criados e os dois anteriores continuaram existindo, embora com modificações na sigla. Iniciou-se, assim, um processo de constituição das instituições que regeriam a Terceira República que viria a se consolidar apenas em 1988 com a Constituinte. Como ficará evidente, as reformas das instituições

---

<sup>36</sup> Um dos fatores apontados para essa “descompressão” na arena partidária, foi o incentivo do governo de fragmentar o apoio eleitoral ao partido oposicionista.

que regulavam a representação partidária buscaram romper com aquelas impostas pelo Regime Militar, com o retorno de muitas medidas que existiam no período de 1946-1964. Devido a tal “resgate institucional”, alguns pontos que serão explorados se assemelham ao que foi dito na caracterização do período de 1945-64. Alta fragmentação, fragilidade dos partidos são traços que também serão destacados a partir de estudos sobre a representação partidária na Nova República.

Assim, é curioso notar que, mesmo após uma interrupção de aproximadamente vinte anos, o sistema eleitoral permaneceu muito parecido com o da experiência anterior: eleições majoritárias para cargos executivos e para o Senado e proporcionais para as demais casas legislativas. A adoção de “lista aberta”, a fórmula “D’ Hondt” de alocação de cadeiras, a alta magnitude dos distritos eleitorais, além da possibilidade de constituição de coligações para eleições proporcionais, também foram traços que indicaram uma continuidade institucional significativa entre os dois períodos, apesar do longo período autoritário que o país vivenciou. Tal semelhança, em meio à descontinuidade partidária, nos leva a compreender a seguinte afirmação de Lamounier (1989): “pode-se afirmar, grosso modo, que os procedimentos e práticas eleitorais (com exceção das eleições presidenciais) são mais institucionalizadas que as organizações partidárias” (Lamounier, 1989: 21).

Um dos elementos de continuidade mais significativo foi a “lista aberta” como método de seleção de candidatos, o que, como no período anterior, dificultou a sedimentação de raízes dos partidos com o conjunto da sociedade. Como salienta Scott Mainwaring (1991), “ainda que o número de representantes seja determinado pelos votos partidários, a eleição ou não de um candidato depende de sua capacidade de obter votos individualmente” (Mainwaring, 1991: 39). Portanto, houve o reforço do político individual e um conseqüente enfraquecimento, tanto dos laços entre os partidos e os eleitores (que se vinculam às personalidades políticas apenas), quanto dos vínculos entre os políticos dentro do próprio partido<sup>37</sup>. A fragilidade interna proporcionada aos partidos é destacada por Barry Ames (2003) ao afirmar que “os sistemas de lista aberta deslocam o poder dos líderes partidários para os candidatos individuais” (Ames, 2003: 62)<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Como destaca Mainwaring (2001), “esse sistema favorece campanhas individualizadas, principalmente porque quanto mais votos um candidato recebe cresce seu poder e prestígio” (Mainwaring, 2001: 302).

<sup>38</sup> Lamounier (1992) sugere que, a partir de uma ideologia que ressalta a artificialidade das agremiações partidárias, “enraizou-se no Brasil a convicção de que escolher um indivíduo numa lista do partido, em

É interessante notar que o vínculo entre o político individual e o eleitor é apontado também como rarefeito, incapaz de proporcionar aos cidadãos controle dos atos de seus representantes. Devido à existência de um ambiente com alta quantidade de candidatos e partidos, o *accountability* vertical é dificultado. Como salienta Mainwaring, “é paradoxal que no Brasil, onde o grau de personalismo da política é alto, os políticos não sejam individualmente responsabilizados por seus atos” (Mainwaring, 2001: 388). Kinzo (2004) também aborda tal questão ao destacar o excesso de candidatos, em um distrito de alta magnitude, aliado ao mecanismo da lista aberta, como responsáveis pelos “problemas em torno da capacidade de o sistema proporcionar um vínculo representacional” (Kinzo, 2004: 28). Assim, segundo a autora, “o conjunto desses fatores impede a *accountability* vertical efetiva, produzindo uma situação que tende a distanciar os eleitores de seus representantes” (Kinzo, 2004: 29).

Outro traço institucional semelhante ao do período democrático anterior é a possibilidade de coligar-se em eleições proporcionais. Em um estudo sobre os fatores que levam à alta fragmentação do sistema partidário, Jairo Marconi Nicolau (1996) testa a influência de vários mecanismos (como a fórmula eleitoral, a lista aberta) e conclui que a fragmentação do sistema partidário tem como maior causa a coligação em pleitos proporcionais, além da possibilidade de troca de partido durante a legislatura. Apesar de o Brasil ter mecanismos que fortalecem os maiores partidos (fórmula D’Hondt e a inclusão dos votos brancos no cálculo do quociente eleitoral<sup>39</sup>), o efeito de dispersão provocado pelas coligações é importante e responde a necessidades dos dirigentes partidários. Como expõe o autor, “as coligações parlamentares têm sido um instrumento fundamental para a montagem das estratégias eleitorais no Brasil, sobretudo porque, maximizando seu uso, os partidos têm escapado do efeito mecânico produzido pelo sistema eleitoral” (Nicolau, 1996: 74).

Novamente, trata-se de uma situação que beneficia os partidos pequenos, incapazes de conseguir representação por outros meios e também os grandes, apesar de transferirem votos a outros de suas coligações:

“Poderíamos indagar que os partidos maiores (...) tivessem todo o interesse na extinção das coligações. No entanto, o federalismo partidário, graças ao qual

---

um regime proporcional, é a única forma possível, senão a mais acabada de prática democrática” (Lamounier, 1992: 37).

<sup>39</sup> Esse mecanismo perdurou até 1994. A partir de 1998, apenas os votos válidos foram computados no cálculo do quociente eleitoral.

partidos relevantes em alguns estados são irrelevantes em outros, faz com que até os maiores partidos nacionais se beneficiem das coligações em estados onde são mais fracos em termos eleitorais. Portanto, por um caminho ou por outro, a coligação eleitoral nas eleições parlamentares interessa a todos” (Nicolau, 1996: 79-80).

Assim, em um ambiente de fragilidade dos partidos no plano nacional, em que há incerteza quanto aos resultados eleitorais fora de suas bases estaduais, os dirigentes partidários buscam coligar-se.

É importante ressaltar que, recentemente, a questão das coligações tem sido alvo de algumas mudanças que buscam dar maior coerência às alianças eleitorais, como a proposta de correspondência no plano estadual e federal (“verticalização”). Entretanto, nenhuma modificação se consolidou a ponto de alterar tal quadro. Outro efeito destacado foi a fragilidade partidária, tanto entre os eleitores, quanto entre as próprias elites políticas, com a valorização do político individual em detrimento do partido político. Assim, “os políticos individualmente, e não os partidos, são os agentes da representação” (Mainwaring, 1991: 52) É possível afirmar que há, portanto, elementos que levam à pouca clareza e à plasticidade dos “princípios” dos partidos políticos brasileiros.

Como foi destacado em relação ao período anterior, um dos efeitos proporcionados por tal arranjo institucional é a baixa diferenciação dos partidos políticos em termos ideológico-programáticos. Barry Ames (2003), por exemplo, salienta o recurso da lista aberta, além da magnitude do distrito eleitoral, como um incentivo a práticas clientelistas de relação entre os deputados e seus eleitores. Para o autor, o sistema eleitoral favorece o uso do aparelho estatal para a realização de políticas locais em municípios vulneráveis. Além de apontar a personalização da representação, Ames sugere que a estratégia dos políticos seria a de esvaziar ideologicamente as propostas e programas: “diante de um sistema eleitoral que inclui entre suas principais características a representação proporcional de lista aberta, grandes distritos de mais de um representante (...), a maioria dos deputados dá pouca atenção aos apelos ideológicos” (Ames, 2003: 130).

Em um dos poucos estudos que procuram investigar empiricamente as diferenciações entre os partidos, Kinzo (1993) aponta que, no fim da década de 80, havia distinções entre os partidos em posicionamentos referentes ao “estatismo” e ao



“nacionalismo”. Entretanto, como a autora salienta, “os posicionamentos dos partidos sugerem mais uma gradação que uma polarização de opiniões” (Kinzo, 1993: 83). A ausência de marcantes diferenças ocorre principalmente nos partidos considerados de direita, que são os mais numerosos quando os comparamos com os outros pontos do espectro ideológico. Embora Kinzo sustente que “os principais [partidos] se diferenciam de maneira inteligível” (Kinzo, 1993: 85), sem uma polarização que inviabilize negociações, cabe questionar a magnitude das distinções existentes dentro do próprio ponto de uma escala ideológica. Em recente artigo (2007), a autora chega a conclusões semelhantes a respeito das bancadas estaduais de 2002, em uma análise da aderência da clivagem socioeconômica no sistema partidário brasileiro: alguns partidos guardam diferenças significativas entre si, mas não há distinções suficientes que justifiquem a alta quantidade de partidos. Se os numerosos partidos de direita pouco se diferem quanto a seus posicionamentos, por que esse espaço ideológico é tão fragmentado?

Em um estudo recente, semelhante ao feito no período da Constituinte (1987), Leôncio Martins Rodrigues (2002) também destaca a existência de diferenciações entre os partidos, ao analisar a composição das bancadas através das profissões de origem. Todavia, novamente, as distinções mais significativas se dão entre os pontos da escala esquerda-direita, não entre os partidos que estão próximos do *continuum* ideológico. Por exemplo, o PT e o PFL apresentam diferenças significativas, entretanto não há evidências de que o PFL e o PTB tenham posicionamentos ou mesmo composições singulares que justifiquem sua existência enquanto unidades partidárias distintas<sup>40</sup>.

Mainwaring, Meneguelo e Power, em um trabalho sobre os partidos conservadores (2000), constatam que, embora seja verificada a existência de posicionamentos conservadores no sistema partidário brasileiro, sua tradução em partidos é confusa: “a fragmentação partidária da direita não resulta de claras diferenças ideológicas ou políticas” (Mainwaring, Meneguelo, Power, 2000: 54). Segundo os autores, “as diferenças entre os conservadores tendem a ser mais individuais e idiossincráticas, em vez de refletir diretrizes partidárias coerentes” (Mainwaring, Meneguelo, Power, 2000: 55). Assim, novamente, o quadro partidário brasileiro nos é apresentado pela literatura como um ambiente de poucas diferenciações, que não justificam a quantidade de partidos existentes.

---

<sup>40</sup> Um ponto importante é o fato de os partidos de menor representação na Câmara dos Deputados também não serem analisados empiricamente, embora sua presença tenha sido constante desde o início da Terceira República.

Quando observamos o nascimento dos principais partidos brasileiros individualmente, é possível notar a existência de um padrão de plasticidade identitária, talvez mais acentuada que no período democrático anterior. A “origem interna” dos partidos também foi regra na Nova República, em um processo de constantes cisões dos antigos partidos do regime. Apesar de alguns estudos apontarem razões programáticas para a separação e criação de novos partidos, estas sempre foram circunstanciais e carregadas de ambigüidades. Porém, é importante destacar, desde logo, o Partido dos Trabalhadores (PT) como uma exceção nestes padrões identificados.

Em relação ao antigo MDB, depois da reforma eleitoral de 1979, é apenas acrescentada ao nome a palavra “partido”, herdando, obviamente, os vínculos simbólicos construídos com os eleitores e toda a estrutura organizacional do partido de oposição ao regime militar. Tal ponto nos ajuda a compreender o grande sucesso eleitoral obtido pelo PMDB nas primeiras eleições após a reforma partidária, em que o sistema chegou a ser caracterizado por ter um “partido hegemônico”. Sua associação à luta pela democracia, mesmo após a adoção do pluripartidarismo, resultou em grande sucesso eleitoral durante quase toda a década de 80.

É possível afirmar que a temática do regime teve importância na formação do sistema partidário brasileiro. Entretanto, à medida que o país foi se democratizando e as incertezas quanto ao estabelecimento de instituições democráticas diminuíram, tal questão, que unia os partidos em torno de um vínculo identitário, passou a perder sentido. O caso do PMDB é emblemático neste ponto, pois, após enorme sucesso eleitoral no início da década de 80, passou por significativas cisões, embora tenha continuado a ser um partido de enorme força eleitoral. A persistência da força do partido talvez possa ser atribuída a dois fatores: 1. embora pautado na identidade de oposição ao regime, o PMDB carrega consigo desde sua origem a característica de agregar uma elite extremamente heterogênea<sup>41</sup>; 2. a herança da estrutura do antigo MDB, em um país de partidos frágeis organizacionalmente, ofereceu enormes incentivos para a permanência de suas lideranças.

De qualquer modo, o problema do progressivo enfraquecimento identitário do PMDB não pode ser minimizado, pois ele fez com que seu desenvolvimento fosse marcado por grande plasticidade e independência de suas lideranças. Como aponta

---

<sup>41</sup> Como aponta Kinzo, “o PMDB formou-se e se desenvolveu com base em um movimento de resistência ao regime militar-autoritário. Seu êxito nesse processo decorreu justamente de sua capacidade de agregar grupos heterogêneos” (Kinzo, 1993: 26).

Kinzo, “com o tempo (...) foi-se criando uma situação em que essa identidade [de oposição ao Regime Militar] passou a significar coisas diversas para os diferentes grupos que participavam do partido ou lhe davam apoio eleitoral” (Kinzo, 1993: 26). De um partido unido a partir de um vínculo de oposição ao regime, o PMDB passa a conviver com a fragilidade de propostas, ausência de ideais comuns, incapazes de nos sugerir a existência de vínculos identitários claros no mais antigo partido brasileiro. Assim, “é certo que, desde sua fundação, o PMDB incorporou um discurso reformista e popular, mas esse discurso sempre foi genérico, insuficiente para acirrar clivagens no interior do partido” (Kinzo, 1993: 26).

Mesmo sem ter tido grandes perdas, a separação mais importante ocorrida no PMDB foi a que propiciou o nascimento do PSDB. Os fatores que levaram à sua criação foram a disputa entre lideranças (Franco Montoro e Orestes Quércia) e também a existência de motivações programáticas, de reforma política (defesa do parlamentarismo). Como aponta Kinzo (1990), na Constituinte, momento em que se deu a ruptura, era possível identificar distinções ideológicas importantes entre os parlamentares do PMDB que vieram a constituir o PSDB: “se a criação do PSDB teve a ver com a disputa política a nível regional, isso ocorreu apenas na medida em que a questão regional refletia clivagens político - ideológicas substantivas” (Kinzo, 1990: 126). Celso R. Roma (1999) também vislumbra uma unidade identitária na formação do PSDB que passou a defender a racionalização das atividades econômicas e a descentralização do poder político. Entretanto, o autor ressalta que o partido foi constituído por uma unidade ideológica ambígua e que tem passado por um dilema identitário: “a construção da identidade partidária está num dilema entre se declarar ideologicamente social democrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais” (Roma, 1999: 52). É possível afirmar que, após momentos de reformas importantes (a Constituinte e o Plebiscito), os componentes identitários mais salientes, como a implantação do parlamentarismo, passaram a perder força e ceder espaço para outras questões, o que proporcionou significativa ambigüidade no discurso dos psdebistas.

Enquanto o PMDB teve um enfraquecimento moderado, a ARENA acabou sofrendo transformações mais acentuadas, em uma tentativa de se desvincular da associação ao “regime” que cada vez mais se tornava impopular. Surgiu, no início, o PDS que logo mudou seu nome para PPR, depois para PPB e, finalmente, para PP. Enquanto o início do PMDB foi extremamente próspero eleitoralmente, o herdeiro da

estrutura e da imagem ligadas à ARENA teve sua origem marcada por constantes divisões e perdas de membros. Assim, a clivagem do regime, ainda presente nos partidos formados após a reforma eleitoral, manteve o vínculo do PDS com o Regime Militar, o que, além de disputas internas, propiciou seu contínuo esvaziamento<sup>42</sup>.

Dos partidos que romperam com o PDS, o PFL é o mais representativo, possuindo até hoje grande força eleitoral, principalmente, nos estados nordestinos. Além de conflitos relativos à distribuição de cargos e às lideranças, a criação do PFL pode ser atribuída, essencialmente, ao desejo de se distanciar da associação ao Regime. Além da herança do período anterior, muito pouco foi explorado a respeito de posicionamentos que uniam o PFL, prevalecendo teses que enfatizam disputas por espaço político interno (Paulo Maluf e Tancredo Neves), de frágil conteúdo ideológico<sup>43</sup>. Assim, o PFL teve como ímpeto para sua formação entraves internos, além da motivação de se distanciar do impopular vínculo com o PDS, com o antigo partido da situação.

Diferente dos demais, o Partido dos Trabalhadores (PT) nasceu como uma exceção no sistema partidário brasileiro, por ter se originado “fora” do Parlamento, o que lhe conferiu especificidades organizacionais e programáticas. Assim Meneguello destaca a singularidade da origem desse partido:

“(...) o PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a Reforma Partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares” (Meneguello, 1989: 21).

O PT foi constituído a partir de grupos sindicais do ABC, de intelectuais e de setores progressistas da Igreja que se uniram em torno de um conteúdo programático. Como salienta Rodrigues (1990), “o lado singular do PT é a união, numa mesma organização, de católicos e marxistas de diferentes tendências” (Rodrigues, 1990: 29). A identidade do partido estava fundada em dois pontos de extrema relevância: a luta pelos direitos das classes trabalhadoras e a defesa de um ideal de democracia que buscava

---

<sup>42</sup> Como salienta Ludmila C. Almeida (2004), mesmo depois da completa redemocratização do país, a imagem de “sócios do regime” ficou associada ao PDS.

<sup>43</sup> Gabriela da Silva Tarouco (2002) ressalta o elemento estratégico na constituição do PFL, em que uma ala do PDS, “antevendo a insuficiência de uma alternativa exclusivamente governista para a sucessão, apoiava a negociação de uma alternativa de consenso entre o governo e a oposição” (Tarouco, 2002: 141).

uma ampliação da participação política às camadas cada vez mais amplas da população. Apesar de possuir certas ambigüidades e problemas em tal vínculo identitário<sup>44</sup>, é possível afirmar que o PT se constituiu a partir da clivagem “socioeconômica”, ou seja, as relações entre capital e trabalho eram centrais no discurso petista.

Os parágrafos anteriores lidaram exclusivamente com vínculos identitários entre as elites políticas que constituíram os principais partidos políticos brasileiros. Algumas conclusões podem ser apontadas: 1- apenas no início da Nova República, há a centralidade da clivagem política pautada no vínculo com o Regime anterior que motivou cisões, principalmente no PDS, e criações de novos partidos; 2- após os primeiros anos de pluripartidarismo, os estudos feitos apontam a existência de frágeis e ambíguos vínculos identitários entre os parlamentares dos partidos; 3- apesar de a regra geral ter sido a criação “interna” de partidos e sua fraqueza ideológica, o PT se configura como uma importante exceção, por ter nascido de grupos externos ao Parlamento e por ter relativamente claros os “princípios” orientadores do partido, pelo menos entre as elites que o constituíam.

Mas, afinal, tais posicionamentos (apesar de frágeis em alguns casos), mesmo no caso do PT, podem ser considerados evidências da existência de clivagens sociais na constituição do sistema partidário brasileiro? Passado autoritário, defesa do parlamentarismo, de um Estado “menor”, defesa dos direitos dos trabalhadores têm ligação com as escolhas políticas do conjunto dos eleitores? A origem dos partidos políticos da Nova República está ligada a clivagens sociais, tal como Lipset e Rokkan sustentam no caso dos partidos europeus?

Mainwaring (2001) talvez seja o único autor que busca explorar tal questão, ao constatar a ineficiência do modelo proposto por Lipset e Rokkan para investigar os partidos brasileiros. O brasilianista sugere, a partir da análise de *surveys* eleitorais, que as principais divisões existentes na sociedade (classe, região e raça) não possuem qualquer expressão nos partidos existentes. Para o autor,

---

<sup>44</sup> Como Meneguelo afirma em relação ao primeiro ponto, a visão classista petista não era coesa, pois “ora define-se pelo recorte estreito do operariado empresarial, ora define-se pelos amplos segmentos assalariados do país” (Meneguelo, 1989: 106). Rodrigues também constata certa fragilidade ideológica no PT, ao ressaltar “a existência de concepções socialistas muito vagas e difíceis de definir e que terão muita dificuldade de adquirir contornos mais precisos porque a opção, numa ou noutra direção, arrisca aumentar o coeficiente de conflito interno e, no limite, põe em risco a unidade do partido” (Rodrigues, 1990: 29).

“(...) o Brasil (...) é uma sociedade hierárquica, profundamente dividida por linhas de classe, raça e região. Contudo, essas evidentes divisões não tiveram grande impacto no sistema partidário pós-85, deixando claro que até as clivagens sociais mais visíveis não geram automaticamente divisões partidárias” (Mainwaring, 2001: 81).

É fundamental explorarmos, de maneira mais detalhada, a clivagem socioeconômica, devido a importância do Partido dos Trabalhadores (PT) no sistema partidário. Por tratar-se de um partido cuja identidade está pautada na defesa dos direitos dos menos favorecidos, dos trabalhadores, esperava-se maior adesão dos mais pobres, o que configuraria a existência de uma clivagem social socioeconômica, nos moldes propostos por Lipset e Rokkan. Porém, ao analisar a distribuição das escolhas eleitorais pela renda e escolaridade, Mainwaring constata seu maior sucesso eleitoral na camada social mais rica e escolarizada: “O PT conquista mais votos nos segmentos sociais de melhor situação financeira e nível educacional mais alto, e não entre os mais pobres como seria de esperar ante o programa e o discurso do partido” (Mainwaring, 2001: 82). Assim conclui o autor: “poucos países têm desigualdades de classe tão profundas quanto o Brasil. (...) Entretanto, nenhum dos partidos do período pós-1945 pode ser considerado a expressão clara de uma clivagem de classe como já o foram muitos partidos europeus” (Mainwaring, 2001: 81)<sup>45</sup>.

Como já foi possível perceber, o modelo de Lipset e Rokkan é pouco apropriado para compreendermos o modo como se constituiu o atual sistema partidário brasileiro. A experiência autoritária anterior foi fundamental em ambos os períodos democráticos brasileiros, o que representa um traço fundamental e ainda pouco explorado nas análises sobre a constituição dos partidos brasileiros. Podemos afirmar que há carência de um modelo de formação de sistemas partidários com experiências semelhantes à brasileira, marcada por descontinuidades de arranjos partidários.

Tal como foi concluído a respeito do sistema partidário do período 46-64, a abordagem centrada no papel das elites e das instituições que regem suas ações parece

---

<sup>45</sup> Talvez esta afirmação deixe de ser correta se o padrão observado em 2006 se repetir nos próximos pleitos. Como uma pesquisa do Datafolha (coleta nos dias 28 a 29/09/2006) do mês de setembro de 2006 nos mostra, a intenção de voto em Lula se concentrava em setores mais pobres (49% entre aqueles com Renda Familiar de até 5 Salários Mínimos) e entre aqueles de menor escolaridade (53%). O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, apresentava um padrão de intenção de voto inverso, como uma maior tendência de voto dos mais ricos (51%) e daqueles com maior escolaridade (45%).

ser a mais adequada para explicar o nascimento do sistema partidário brasileiro. Não será o nosso propósito exaurir tão complexo tema, entretanto é possível sugerir que os sistemas partidários brasileiros, abordados nesse capítulo, parecem ter sua formação melhor explicada quando examinamos as estratégias e vínculos estabelecidos pelas elites políticas. Assim, dada a fragilidade dos vínculos entre os partidos e os conflitos existentes no conjunto da sociedade, convém supor que um modelo como a teoria da escolha racional parece ser mais adequado para se compreender como se constituiu o sistema partidário brasileiro atual e também o da Segunda República.

Outro ponto enfatizado no capítulo refere-se à pouca clareza das questões que unem os partidos políticos brasileiros, em que se constata a existência de pontos circunstanciais de “união” (a transição política, a constituinte e o plebiscito) que, após um certo período, cede espaço para ambigüidades e fraqueza ideológica. Trata-se de uma importante diferença do estudo de Aldrich sobre o nascimento do sistema partidário norte-americano, em que havia claros “princípios orientadores” que distinguiam as forças partidárias. Com exceção do PT, nenhum dos estudos explorados indicam forte associação do PFL, PP, PMDB e PSDB com alguma temática específica. Portanto, utilizando a terminologia de Aldrich, “princípios gerais” existiram (o parlamentarismo no PSDB é um exemplo), porém pelo que nos sugere a literatura, eles foram pouco relevantes; muitas vezes apenas oportunos para um determinado período.

A partir de tais conclusões, é curiosa a constatação da existência de um grupo dentro do Congresso Nacional que se denomina “evangélico” e declara representar determinadas igrejas e seus fiéis. Além de ser uma clara postura de traçar limites entre aqueles que pertencem a um grupo, tal fenômeno também nos sugere um aparente vínculo com setores da sociedade brasileira (igrejas evangélicas e seus fiéis). Em um ambiente partidário em que é pouco comum vínculos estreitos, como explicar a existência deste grupo? Como explicar a saliência de uma questão religiosa, em um sistema político que, conforme os estudos mostraram, pouco se prende a conflitos existentes na sociedade? Por que foi constituída apenas uma “frente parlamentar” e não um partido político evangélico? São tais questões a que os próximos capítulos irão se ater.

### **CAPÍTULO 3**

## **A CLIVAGEM RELIGIOSA BRASILEIRA E A HIPÓTESE IDENTITÁRIA**

Este capítulo ocupar-se-á de um importante processo que a literatura aponta como fundamental para a compreensão da formação dos partidos cristãos: a secularização do Estado. Como o capítulo anterior sugeriu, uma das características do sistema partidário brasileiro é a ausência de grandes constrangimentos para a formação de partidos; ou seja, em tese, o sistema político brasileiro favorece a representação de minorias. Entretanto, apesar da freqüente presença dos evangélicos nas instituições legislativas, um partido ancorado nesse “grupo” não foi constituído. Para entender tal questão é necessário começar pelo exame do modo como se desenvolveu a relação entre Estado e Igreja Católica no Brasil.

Como ressalta Kalyvas, no trabalho já discutido, uma análise das seqüências históricas é fundamental para se compreender os fatores que levam à constituição de partidos. Em referência aos partidos religiosos, a relação estabelecida entre a Igreja hegemônica e o Estado é central, principalmente quanto aos partidos católicos, mas também, como já foi explorado a partir do trabalho de Freston (2004), no caso dos partidos protestantes. Assim, além da perda de privilégios de uma Igreja hegemônica, a liberdade de culto e a de expressão política de grupos minoritários são temas de extrema importância para a compreensão da formação ou não de partidos ligados a alguma religião.

Como será visto, a partir dos últimos vinte anos, há significativas evidências de que tem ocorrido um distanciamento entre a Igreja Católica e o Estado, o que tem alterado sensivelmente a experiência religiosa brasileira e o modo como esta tem sido expressa politicamente. A partir da segunda metade do século XX, o país tem vivenciado uma abertura do “mercado religioso” e político, em que se constata um aumento populacional de religiões minoritárias e, recentemente, de sua representação nas arenas legislativas. A presença dos evangélicos na política será explorada após a parte histórica, em que serão analisados estudos que lidaram com tal fenômeno, principalmente no que se refere a sua recente participação nas instituições democráticas. Trata-se de uma tentativa de mapear a produção sobre esse importante fenômeno



brasileiro, a fim de construir, de maneira mais clara, o problema e as hipóteses que serão investigadas nos capítulos empíricos.

### *3. 1. Igreja e Estado e o Predomínio Político e Social do Catolicismo*

A tese sustentada por parte significativa da literatura é a de que, no Brasil, apenas recentemente, houve a separação entre a Igreja e o Estado. Trata-se de um processo que teve início em meados dos anos 50, acentuou-se durante a ditadura militar e institucionalizou-se na última Constituinte. Esta separação não deve ser compreendida como um fato pontual, como apenas uma mudança institucional, mas como um longo processo ainda em curso no Brasil. Assim, uma breve exposição de algumas passagens da história brasileira se faz necessária para compreender tal movimento de separação, embora este seja permeado também por movimentos refratários<sup>46</sup>.

Até o fim do Império (1822-1889), houve uma ligação formal entre a Igreja Católica e o Estado, sendo o catolicismo a religião oficial brasileira. Note-se que, mesmo antes da Independência, havia repressão às manifestações religiosas não católicas (indígenas e africanas). No século XIX, com o aumento do fluxo migratório ao Brasil, houve crescimento da demanda por liberdade religiosa pelos grupos protestantes que começaram a chegar. A Constituição de 1824 estabeleceu o reconhecimento da diversidade religiosa brasileira, porém o catolicismo continuava sendo a única manifestação religiosa permitida em espaços públicos. Dom Pedro I assim afirmou: “A Igreja Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas em seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior ao templo” (D. Pedro I citado por Lustosa, 1977: 22).

Mas a relação entre a Igreja Católica e o Estado, neste período, deve ser qualificada com maior precisão, pois ela trouxe conseqüências para o modo como a Igreja se organizou e relacionou-se com o conjunto sociedade. A literatura sobre o

---

<sup>46</sup> O artigo de Jonathan Fox e Shmuel Sandler (2005) sustenta que a secularização deve ser vista como um longo processo histórico e que os países não podem ser considerados como inteiramente “secularizados”. Através de um estudo comparado sobre os “graus de secularização” do Estado em democracias ocidentais (Europa e Estados Unidos) e países do Oriente Médio e do norte da África, os autores constatam que nenhum dos países investigados desfruta de uma total separação entre Igreja Hegemônica e Estado; o que se verifica são graus de separação: “liberal democracy is compatible with religion, the majority of western democratic states do not have anything near full separation of religion and state” (Fox e Sandler, 2005: 327).

período do Império aponta uma situação de submissão da Igreja ao Estado, que provia recursos financeiros e permitia que a Igreja Católica desempenhasse determinadas atividades, como as relacionadas à educação e à saúde. O Estado interferia em diversos assuntos da Igreja, que vivia numa situação de ausência de liberdade: “foi tão forte o mando laico sobre o instituto eclesiástico, que se pode falar deste último como uma ‘corporação que foi transformada em serva do poder secular, como um departamento do Estado’” (Romano, 1979: 81). Como aponta Nilo Pereira (1970), “a religião era assim como um ornamento do trono. Devia, por isso, servir de exaltação do trono; e quem exalta, não diverge” (Pereira, 1970: 87)<sup>47</sup>. Tratava-se de uma situação que proporcionava o distanciamento da Igreja Católica brasileira da autoridade papal, pois havia maior dependência do Estado do que do Vaticano.

Mas o Estado também necessitava da Igreja em algumas áreas, como nas atividades eleitorais do Império. Ana Marta R. Bastos (1997) afirma que mais que uma relação de subordinação, “havia uma troca de interesses” (Bastos, 1997:13) e ressalta o importante papel desempenhado por paróquias no funcionamento das eleições, quando o Estado não desfrutava de uma estrutura suficiente para organizá-las. Segundo Bastos, a paróquia “foi durante algum tempo o instrumento básico de produção de cidadania política, constituindo o suporte eleitoral do Império ou o mecanismo fundamental do sistema representativo instituído pela constituição Imperial” (Bastos, 1997:16). Assim, “a partir do católico produziu-se o cidadão do Império - o eleitor” (Bastos, 1997:16). Portanto, havia uma mútua dependência entre Estado e Igreja que começou a ser abalada, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX<sup>48</sup>.

Apesar dos elevados incentivos para a permanência nessa situação, Pereira aponta certo desconforto de setores eclesiais motivados por um movimento, dentro do catolicismo, de valorização da autoridade papal: “a Igreja cansou-se do Estado, como um servo cansa do seu senhor. E cansou-se porque a falta de liberdade asfixia” (Pereira, 1970: 81)<sup>49</sup>. Esta situação foi marcada por um comportamento ambíguo da Igreja Católica que clamava por autonomia e “respeito” do Estado, sem desejar, no entanto, separar-se dele. Além do incômodo por parte dos católicos, setores positivistas do

---

<sup>47</sup> “Sempre a mesma história: templos invadidos pela força armada, desrespeito à Igreja, profanação” (Pereira, 1970: 127).

<sup>48</sup> É possível afirmar que as considerações de Bastos apontam menos para a existência de uma “Igreja estruturada” em todo o país e mais para a insuficiência da “máquina estatal” na gestão da sociedade.

<sup>49</sup> É importante destacar um evento importante que levou a um acentuado atrito da Igreja com o Estado: a “questão religiosa” ocorreu devido a iniciativas da Igreja de punir padres e bispos por suas referências à maçonaria. Trata-se de um conflito baseado na luta por autonomia da Igreja para controlar seus sacerdotes, uma atividade em que o Estado até então tinha enorme influência (Fausto, 1994).

Império passaram a defender a separação da Igreja e do Estado (Fausto, 1994). Um ponto que não deve ser desprezado, conforme sustenta Bastos (1997), é o progressivo aumento da burocracia estatal que acabou por substituir a tarefa das paróquias nas eleições. Portanto, a separação formal da Igreja nasceu de tais desconfortos que emergiam também dentro da Igreja e de um processo de extensão das “teias burocráticas” do Estado brasileiro.

Com a República e a separação Estado-Igreja, instituída através da Constituição de 1891, a Igreja Católica pôde estreitar os laços com o Vaticano e, principalmente, desenvolver-se organizacionalmente, “estadualizando-se” (Miceli, 1988). Assim, convém salientar que, na Primeira República, a Igreja Católica passou por um enorme fortalecimento, ao deixar de ser um departamento do Estado, para se configurar como representante da religião da quase totalidade dos brasileiros. Assim como Kalyvas sugere nos casos europeus em relação à “estratégia organizativa”, Fonseca (2002) aponta que tal estratégia visava ao restabelecimento das prerrogativas conferidas à Igreja no período do Império. Mas é necessário destacar uma importante diferença salientada por Ralph Della Cava (1975), para quem o esforço de estruturação da Igreja se restringiu à construção de uma sólida hierarquia eclesial, intimamente ligada a Roma, sem o estreitamento dos laços com a sociedade. O sucesso da postura de D. Sebastião Leme, que “exigia que se ‘recatolizasse’ o Brasil de ‘cima para baixo’” (Della Cava, 1975: 11), ante as propostas de Pe. Julio Maria, que defendia o inverso, exemplifica tal ponto: “Por razões que os historiadores ainda precisam explicar plenamente, a Igreja parece não ter dado ouvidos a um dos seus pensadores mais brilhantes, que tinha um plano para evangelizar o Brasil ‘de baixo para cima’” (Della Cava, 1975: 11).

A partir do trabalho de Sérgio Miceli (1988), é possível destacar dois procedimentos da Igreja no período republicano com o objetivo de restabelecer privilégios sem a criação de estreitos vínculos com o conjunto da sociedade: 1- permissão da influência laica em muitas de suas decisões, em uma busca de “melhores condições na concessão de subsídios de toda a ordem por parte das autoridades públicas do novo regime” (Miceli, 1988: 20); 2- “estadualização” da organização eclesial, adequando-se à nova realidade política brasileira, marcada também pela descentralização administrativa e pelo poder das oligarquias locais. Assim, para Miceli, a Igreja se ajustou à realidade da Primeira República brasileira, à nova estrutura política instaurada, em um movimento de adaptação e não de rompimento com o Estado:

“A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas de setores sociais subalternos” (Miceli, 1988: 21).

Outro traço de continuidade é a persistência de práticas repressivas a religiões minoritárias. De acordo com Emerson Giumbelli (2002, 2003), a Constituição de 1891 pode ter representado um marco na relação entre Estado e Igreja, porém não propiciou uma ruptura. Foi a partir dela que o Estado deixou de ter religião oficial, ao assumir uma postura próxima da ideologia liberal, que previa a constituição de um Estado laico. Porém, apesar de avanços nessa direção, que não podem ser considerados insignificantes, a Constituição de 1891 preservou traços discriminatórios a outras religiões e proporcionou a construção de um novo tipo de relação entre a Igreja Católica e o Estado<sup>50</sup>. Em relação à legislação que emergia, cabe notar a permanência de alguns dispositivos legais que suprimiam a liberdade religiosa, principalmente, em relação às religiões afro-brasileiras. Através de uma análise da legislação e das práticas policiais do período, Giumbelli (2003) constata uma situação que em muito diferia de uma igualdade religiosa: “a prática do espiritismo foi incluída entre os crimes contra a saúde pública, figurando ao lado da condenação do exercício da medicina sem título acadêmico e do curanderismo” (Giumbelli, 2003: 248).

Não deve ser desprezada a influência que a Igreja continuou a manter na formação das elites brasileiras e na vida cultural do país. Para Damião Duque de Farias,

“O clero fora importante elemento na constituição de grupos dirigentes destas oligarquias em todas as regiões do país, mediante a formação intelectual dessa elite dirigente (pois a Igreja detinha praticamente o monopólio das escolas destinadas a esse grupo social) ou mesmo pelo fato de muitos clérigos serem oriundos desta mesma elite” (Farias, 1998: 94-5).

---

<sup>50</sup> Em *Fim da Religião* (2002), Giumbelli constata que o aparato legal brasileiro, em contraposição com o francês, é marcado por uma ausência de definição da esfera religiosa no plano jurídico. Como afirma o autor, “é a ausência de uma figura jurídica específica para enquadrar os coletivos religiosos que solapará as garantias do princípio de separação: não existindo distinção entre o ‘religioso’ e outras finalidades assumidas por outras associações, a relação com o Estado (...) pode se realizar por outras justificativas” (Giumbelli, 2002: 261).

O papel desempenhado nos ritos da vida social brasileira é outro ponto, salientado por Miceli, como um traço de continuidade da hegemonia católica em diversos âmbitos da vida social brasileira:

“Nas condições da época, a Igreja ainda ocupava espaços consideráveis nas áreas de saúde, educação, lazer e cultura. Presidia a organização das festas e comemorações coletivas (procissões, quermesses, etc.), fazendo praticamente coincidir o calendário de festas e eventos religiosos com os momentos fortes de efusão coletiva e doméstica. A administração dos sacramentos, por sua vez, ritmava e sancionava os eventos chaves do itinerário pessoal e familiar dos grupos dirigentes. Ungia os dirigentes das irmandades, os detentores de mandatos parlamentares e executivos, dispensava diplomas e certificados escolares, sacramentava formaturas, inaugurações, posses e acordos políticos, benzia prédios públicos, residências, fazendas, fábricas, geria hospitais, dispensários, asilos, escolas, marcando presença em quaisquer dimensões da vida social” (Miceli, 1988: 29)

Um elemento que deve ser também considerado é o fato de as instituições e valores democráticos, que permitiram a expressão partidária da clivagem religiosa em países europeus, estarem ausentes ou serem incipientes, o que oferecia poucos incentivos para uma mobilização do conjunto da população. Assim, em um ambiente institucional e ideológico, em que as “massas” tinham restrito poder e eram vistas como incapazes de participar politicamente, a construção de organizações populares católicas soava pouco atraente para a Igreja na primeira experiência republicana brasileira.

*Logo, o período que poderia ser interpretado como de secularização do Estado brasileiro, pode ser compreendido como uma reorientação da relação entre a Igreja Católica, que se fortalecia estruturalmente, com o Estado, em um ambiente institucional de fraqueza das instituições democráticas. Além da clara fragilidade das instituições representativas na Primeira República, o “divórcio” entre Estado e Igreja, portanto deve ser relativizado, o que nos sugere que os incentivos para uma estratégia mais agressiva por parte da Igreja foram poucos.*

No período Vargas, de 1930 a 1945, um vínculo formal entre a Igreja Católica e o Estado foi restabelecido, com o atendimento a muitas exigências católicas: o ensino religioso se tornou obrigatório, o divórcio proibido e o financiamento público às

instituições católicas permitido. Convém observar que tal primazia católica não foi derivada da ausência de demandas por liberdade de outras religiões. Alexandre Fonseca (2002) nos apresenta diversas iniciativas protestantes, espíritas e de religiões afro-brasileiras, como a realização de congressos que denunciavam a ausência de igualdade e de liberdade religiosa. Tal indignação estava pautada em atitudes de repressão religiosa que se acentuaram, principalmente, durante o Estado Novo, quando “estas religiões foram combatidas em nome da defesa da racionalidade e em oposição ao atraso e à ignorância que representavam a magia e as práticas curativas adotadas” (Fonseca, 2002: 84).

Assim, apesar de existirem demandas de intensificação da secularização na “Era Vargas”, a estratégia da Igreja Católica foi vitoriosa, ao manter “seu comportamento tradicional de orbitar em torno do Estado” (Vianna, 1981: 136). Como Luiz Werneck Vianna (1981) enfatiza, a ausência de objetivos eleitorais por parte da Igreja colocou a ligação com a sociedade em segundo plano: a “estratégia de influência não passaria pelo sistema dos partidos políticos. Pensava-se em contorná-lo e se armar no sentido de envolver ‘por cima’ a direção do aparato estatal” (Vianna, 1981: 39). O seguinte trecho de Scott Mainwaring (1989) apresenta uma avaliação semelhante:

“A Igreja desejava que o Estado reinstituísse, de uma maneira informal, a relação de favorecimento que a separação formal entre a Igreja e o Estado terminava do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, segurou essa oportunidade de negociar alguns privilégios” (Mainwaring, 1989: 47).

Segundo Vianna, a ligação estabelecida pela Igreja com o Estado (“por cima”) é vista como o fator responsável pela fragilidade ideológica e pelo baixo desempenho eleitoral do *Partido Democrata Cristão* (PDC), criado após a redemocratização em 1946. Como ressalta o autor, após a ditadura varguista, “com a reabertura de um espaço livre na sociedade civil e a recuperação no sistema partidário, a Igreja emerge sem ligações orgânicas com as classes subalternas dos campos e das cidades, num país que rapidamente se moderniza” (Vianna, 1981: 143). Assim, é possível afirmar que *a estratégia da Igreja em se organizar no período da República Velha pautou-se não em sua inserção no mercado político partidário, mas no estabelecimento de vínculos com o Estado, sem envolvimento com a disputa democrática.* Quando o sistema democrático

se estabeleceu em 1946, um Partido Católico foi criado, entretanto este teve fraco desempenho eleitoral<sup>51</sup>; o que Vianna credits à continuidade da proximidade entre a Igreja e o Estado que se deu sem um vínculo com a população<sup>52</sup>. Assim, a “estratégia organizativa” (Kalyvas, 1996) não ocorreu no Brasil, em um processo marcado por progressivas tentativas de manter ou recuperar zonas de contatos e privilégios, sem qualquer mobilização do conjunto da população.

De qualquer forma, após o período Vargas, com a abertura do sistema político, um maior grau de liberdade religiosa foi atingido, embora permanecessem muitos laços entre o Estado e a Igreja<sup>53</sup>. É importante enfatizar que foi a partir desse momento que se inicia, de maneira mais clara, o processo de distanciamento entre a Igreja Católica e o Estado. Assim, trata-se de um período embrionário de relaxamento de dispositivos repressores a outras religiões que pode ser explicado a partir de dois fatores: 1- constituição de um regime democrático que, apesar de apresentar imperfeições, permitiu a existência de maior diversidade de cultos; 2- transformação sofrida pela Igreja Católica que passou, cada vez mais, a se atritar com o Estado (Mainwaring, 1989).

Em relação a esta última questão, assinala-se que a partir de 1955, a Igreja passou por uma transformação importante, em função de um desconforto diante das mazelas sociais<sup>54</sup> e também por uma mudança de orientação do Vaticano. É interessante notar que o impulso progressista partiu de setores que lidavam com a pobreza mais diretamente, nas regiões Nordeste e Norte, que apresentavam os mais baixos índices de desenvolvimento humano e de renda. Porém, mesmo com o surgimento de um “potencial” de contestação da Igreja na década de 50 e 60, a CNBB permanecia com uma direção “conservadora” que evitava qualquer atrito com o Estado<sup>55</sup>.

Na verdade, foi apenas no Regime Militar, mais precisamente em sua fase de maior repressão, no início dos anos 70, que a Igreja assumiu uma postura contestatória

---

<sup>51</sup> Rogério Schmitt (2000) vê o PDC como a sexta força partidária do período.

<sup>52</sup> Um interessante exemplo de tal explicação é sugerido por Della Cava (1988), ao explorar o comportamento das Associações Católicas que emergiram nas décadas de trinta e quarenta. Para o autor, um traço importante, principalmente da Ação Católica Brasileira (ACB), foi se constituir enquanto grupo de interesse, não como um partido. Trata-se de uma alternativa conciliadora que visava estabelecer laços com o Estado, sem que qualquer conflito político partidário fosse estabelecido.

<sup>53</sup> Ari Pedro Oro (2006) aponta que, na Constituição de 1946, estava prevista uma relação de cooperação entre Estado e Igreja católica.

<sup>54</sup> Por exemplo, Mainwaring (1989) aponta que a Igreja católica adotou uma postura mais combativa diante do tema da Reforma Agrária, central na década de 50 e 60.

<sup>55</sup> E tal hegemonia no período não ficou restrita ao Brasil, como sustenta Jean Pierre Bastian (2001) em relação à América latina: “hasta los años cincuenta, la Iglesia católica seguía ocupando una posición central reguladora a partir de la qual se organizaban todos los procesos religiosos que tenían lugar em la sociedad” (Bastian, 2001: 158).

diante do Estado. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006) denomina tal processo como sendo de “descomprometimento” por parte da Igreja em relação às classes dominantes, as quais iam se “tornando uma fonte de crítica do sistema” (Bresser-Pereira, 2006:108). Convém salientar que, além das transformações ideológicas que estavam ocorrendo, havia um vácuo político, devido à situação de repressão que os partidos políticos e os movimentos sociais viviam na época<sup>56</sup>. Assim, além da uma transformação ideológica na própria Igreja, a situação de fechamento e repressão do Regime Militar fez com que a Igreja Católica se tornasse um veículo de expressão de insatisfações populares: “a Igreja tornou-se a mais importante força de oposição durante grande parte dos anos 70. Era a única instituição que podia criticar o modelo econômico e a repressão, defender os direitos humanos e organizar as classes populares” (Mainwaring, 1988: 125). Como salienta Michael Löwy (2000),

“(...) durante a década de 70, depois de a Esquerda clandestina haver sido eliminada, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como adversário principal do estado autoritário – um inimigo mais poderoso (e radical) que a oposição parlamentar tolerada (e domesticada), o MDB” (Löwy, 2000: 144)<sup>57</sup>.

Outro ponto, não menos importante, foi a aproximação entre governos militares e a Umbanda, vista como exemplo de uma religião nacional por ser essencialmente sincrética. Como salienta Lísias N. Negrão (1996), “se ela [a Umbanda], durante o Estado Novo, fora acusada de simpatizante e mesmo sacralizadora do comunismo (...), na nova situação era apontada como o fator impeditivo da dominação do Brasil pelo comunismo” (Negrão, 1996: 100)<sup>58</sup>. Trata-se de uma aproximação que causou reações de revolta da Igreja Católica que partiu para a “ofensiva ostentando o discurso - até então geralmente utilizado contra ela própria – da existência de separação entre Igreja e

---

<sup>56</sup> Assim, a “Igreja como um todo viu-se galvanizada na liderança de uma campanha mundial contra a tortura no Brasil” (Della Cava, 1988: 237)

<sup>57</sup> Löwy, em uma releitura das teses weberianas sobre o protestantismo, aponta uma tendência do catolicismo em rejeitar o capitalismo e as instituições que o sustentam. Talvez essa “potencialidade crítica” tenha facilitado tal mudança: “a ‘Igreja dos Pobres’ da América Latina é herdeira da rejeição ética do capitalismo pelo catolicismo” (Löwy, 2000: 53)

<sup>58</sup> Fonseca (2002) assim relata a respeito da aproximação entre a Umbanda e setores do Regime Militar: “durante a gestão dos governadores de São Paulo, Ademar de Barros e Laudo Nadel, a Umbanda mereceu apoio dos políticos, o que foi se intensificando no decorrer do governo autoritário em relação baseada em práticas clientelistas” (Fonseca, 2002: 92).



Estado” (Fonseca, 2002: 92). Portanto, além de uma mudança endógena entre os católicos e de fatores de ordem político-institucional, há também a existência de disputa entre religiões por privilégios estatais.

Assim, apenas a partir da década de 70, é possível identificar um claro movimento de separação entre a Igreja Católica e o Estado, que tem como causas a transformação ideológica da Igreja, o comportamento do Estado com as demais religiões e a situação de repressão acentuada no início da década. Além da queda do poder de influência da Igreja Católica no Estado, observa-se um contínuo declínio de adesão ao catolicismo pelos brasileiros. Os dados apresentados na Tabela 1 nos apontam para esse processo: secularização do Estado e diminuição dos católicos entre a população, que de 91% em 1970 declinou para 89% em 1980 e depois para 83% em 1990, chegando a 74% em 2000. Portanto, o período apontado pela literatura em que houve o “rompimento” entre Igreja e o Estado foi seguido de uma diminuição da hegemonia católica na população brasileira, o que se intensificou depois da década de 70. Houve, portanto, perda de poder político da Igreja e, concomitantemente, diminuição das pessoas que se declaram pertencer ao catolicismo<sup>59</sup>.

A queda da população católica foi acompanhada de um crescimento significativo da população de evangélicos (de 5,8% em 1970, para 15,4% em 2000), especialmente, dos pentecostais que chegaram a 10,6% da população brasileira em 2000<sup>60</sup>. Além disso, de acordo com alguns estudos sobre frequência a cultos, a participação dos evangélicos é mais acentuada que a dos católicos, o que diminui o impacto da diferença populacional entre os dois (Fernandes et. al.; 1998)<sup>61</sup>. Ou seja, embora continue a existir uma enorme diferença numérica entre as duas religiões em termos populacionais, quando observamos apenas a proporção de fiéis que participam de cultos religiosos, a filiação evangélica quase equivale à católica.

---

<sup>59</sup> O pluralismo religioso brasileiro é ponderado por Pierucci (2006) na seguinte passagem, contrastando com o festejo dos dados do censo em artigos anteriores (2004, 2004b): “Eu bem que gostaria de dar a todos a boa notícia sociológica de que no Brasil atual as pessoas de fato têm muito mais chances do que nunca de aderir às mais diferentes concepções do divino. Oxalá fosse mesmo verdade no cotidiano das famílias, ao redor do mesmo almoço dominical, já fosse menos insustentável a leveza do conviver pós-tradicional de mãe católica reconvertida pela Renovação Carismática e filha jovem convertida ao budismo ou à União Vegetal” (Pierucci, 2006: 51).

<sup>60</sup> Para manter a comparação dos censos, os evangélicos não foram discriminados em pentecostais e históricos. De qualquer modo, em 2000 o percentual de evangélicos pentecostais foi de 10,6 (Jacob et al, 2004).

<sup>61</sup> Em um estudo sobre o Rio de Janeiro, assim os autores concluem: “mesmo que o número total de católicos apresente uma diferença volumosa, em termos de participação semanais, os dois segmentos populacionais estão muito próximos” (Fernandes et. al, 1998:41).

<b>Religião</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Católicos</b>	95,2	93,7	93,1	91,1	<b>89,2</b>	<b>83,3</b>	<b>73,8</b>
<b>Evangélicos</b>	2,6	3,4	4,0	5,8	<b>6,6</b>	<b>9,0</b>	<b>15,4</b>
<b>Outras Religiões</b>	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5
<b>Sem Religião</b>	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pierucci, 2004 (Censos demográficos do IBGE)

Trata-se de um dado que reforça a tese de um conjunto importante de estudiosos sobre o assunto que vê a “abertura” do mercado religioso como um importante fator para a diminuição da hegemonia católica (Mariano, 2004; Fonseca, 2002). Não pode ser desprezado o fato de a sociedade brasileira estar atravessando importantes transformações socioeconômicas, o que, para alguns autores, era um fator determinante do crescimento evangélico<sup>62</sup>. A urbanização, a migração e a crise econômica foram consideradas por um conjunto significativo da literatura, principalmente da década de 70, como os principais fatores que teriam levado ao crescimento da população evangélica, principalmente da pentecostal, cujas igrejas se tornaram o “refúgio das massas” (D’ Epinay, 1970)<sup>63</sup>. Longe de considerarmos tal tese como suficiente, é importante ressaltar que o movimento de secularização do Estado brasileiro se deu em meio a transformações sociais importantes que não podem ser desprezadas. Outro ponto que não deve ser ignorado é a existência de impulsos endógenos para essas mudanças, relativos à oferta de “bens religiosos”. Como Mariano (2001) defende, é de suma importância para explicar o crescimento da população pentecostal, atentarmos, não apenas para a “demanda”, mas também para a ação da “oferta” de bens religiosos pelas elites evangélicas<sup>64</sup>.

Essas transformações que ocorreram no mundo religioso acabaram influenciando na própria temática dos estudos sobre a religião no Brasil, ao deslocar-se do poder absorvente e hegemônico do catolicismo para a conversão religiosa, para a competição

<sup>62</sup> Tal tese foi muito comum nos anos 60 e 70, em que se destacam o trabalho de Candido Procópio Ferreira Camargo (1968) e Beatriz Muniz de Souza (1969).

<sup>63</sup> Tal citação refere-se a uma obra de Christian D’ Epinay, que aborda a mudança na religiosidade chilena. A apropriação de um termo referente a um estudo sobre o Chile sugere a abrangência do fenômeno.

<sup>64</sup> Um estudo que também enfatiza a postura estratégica das elites das igrejas é o de Leonildo Silveira Campos (1997), que faz uma análise das ações de marketing da igreja evangélica pentecostal que mais se destacou nos últimos anos, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

por fiéis, o que fez com que a esfera religiosa brasileira fosse muitas vezes comparada com o “mercado econômico”:

“Como serviço que se consome ou não, porque não é mais compulsória ou única, obrigada a concorrer com um número cada vez maior de ofertas diferentes, a religião se privatiza e, ao se privatizar, atende apenas uma parte da população. A religião que era, em geral, única para toda a sociedade, passa a ser de poucos. Ela já não junta, mas separa” (Prandi, 1996: 272).

O sincretismo brasileiro, mesmo continuando a ser um tema de extrema relevância (Sanchis, 2001; Negrão, 2002), passou a conviver com a competição, a disputa, em um ambiente permeado por conflitos no interior da esfera religiosa. Trata-se de um fenômeno que fica evidente quando observamos alguns estudos sobre os evangélicos pentecostais e o esforço de suas elites religiosas na conquista de fiéis. Como nota Freston (1993), tal característica proporciona desconforto em setores da sociedade (imprensa, líderes de outras religiões e entre intelectuais), pois ela nos aponta para algo pouco valorizado na esfera religiosa, que é o conflito, a competição: “o ‘mal’ do pentecostalismo consiste, sobretudo, em romper com o padrão brasileiro de organização do campo religioso a nível de massas”. Segundo o autor, “a tradição religiosa brasileira é sincrética, mas o modelo que se firma no país é o pluralista. A diferença é matemática: no sincretismo, as religiões se somam; no pluralismo, elas se subtraem” (Freston, 1993: 20)<sup>65</sup>.

Portanto, a tese de que não há um partido evangélico brasileiro devido à inexistência de condições históricas para isso se mostra frágil diante do quadro apresentado. Como foi visto, o Brasil tem passado por um processo de “divórcio” entre o Estado e a Igreja Católica que se iniciou na década de 50 e se acentuou nos anos 70 e 80. Tal fato contribuiu para uma maior diversificação na esfera religiosa, que passou a adquirir traços competitivos, até então impedidos ou ofuscados pelo monopólio católico. Certamente, não é possível atribuir ao aumento populacional e à competição por fiéis a existência de uma clivagem política pautada na religião, de um conflito que transcenda para a arena política. Entretanto, é possível afirmar que condições históricas

---

<sup>65</sup> Como aponta Pierre Sanchis, “espíritas, fiéis do candomblé, pentecostais e, agora, católicos carismáticos fazem a experiência fundamental de ‘ser o Outro’” (Sanchis, 1994:49).

existiram e alteraram sensivelmente a harmônica e sincrética experiência religiosa brasileira.

### 3. 2. *.Os Evangélicos e a Política*

Como foi afirmado, o aumento da diversidade religiosa populacional e do conflito dentro da esfera religiosa não leva necessariamente a um processo semelhante no plano político. É possível que demandas por representação e por políticas não surjam desse fenômeno social, entretanto esse não parece ter sido o caso brasileiro. Desde o início da década de 80, o país começou a presenciar a existência de deputados ligados a igrejas, a setores evangélicos da população. Os “Políticos de Cristo” não apenas são eleitos com apoio de fiéis e de igrejas evangélicas, como também enfatizam tal vínculo na atividade parlamentar. A criação da “Frente Parlamentar Evangélica” em 2003 exemplifica este ponto por tratar-se de um grupo que tem tido significativa representação no Congresso Nacional, constituindo-se em uma das mais numerosas “bancadas” supra partidárias.

É certo que a presença evangélica na política não é um fenômeno recente, porém a experiência anterior guarda sensíveis diferenças com o fenômeno atual. Leonildo S. Campos (2005) constata a presença de “políticos evangélicos” em cargos legislativos e executivos desde a década de 30. Freston (1993) chega a identificar cerca de 13 congressistas<sup>66</sup> na legislatura de 1963 a 1967 (Freston, 1993:167). A sua composição era majoritariamente de fiéis de igrejas evangélicas históricas (presbiteriana, metodista e batista), diferente do período atual em que as igrejas pentecostais têm maior presença. Talvez a fundamental diferença resida no tipo de ligação estabelecida entre o político e a igreja. Como sustenta Campos a respeito da primeira experiência de participação política evangélica, “a maioria desses políticos (...) foi eleita em função da transformação do capital econômico em capital político, o qual foi sendo acumulado por suas famílias ou por eles mesmos, por meio de prática de profissões liberais como médicos, advogados ou engenheiros” (Campos, 2005: 37).

Muito diversa é a atual participação dos “políticos de Cristo”, em que se destaca uma íntima relação com as igrejas de origem. Antes, “não havia ainda (...) estratégias corporativistas, que, fundamentalmente em condições objetivas, pudessem levar os

---

<sup>66</sup> Total de titulares e suplentes de deputados e senadores que assumiram nessa legislatura.

evangélicos a transformarem o capital religioso em capital político” (Campos, 2005: 37). Talvez devido ao crescimento populacional evangélico, uma nova geração de políticos passou a ter sustentação de suas igrejas, mudando em muito o padrão de representação:

“(...) essa nova geração de ‘políticos evangélicos’ nasceu em um contexto de explosivo crescimento pentecostal no Brasil, o que fez com que os evangélicos pentecostais saíssem do território marginalizado em que se situavam, para assumirem uma atuação mais sistemática e calculista tanto no espaço público como no espaço político” (Campos, 2005: 46).

Conforme aponta a Tabela 2, é possível afirmar que o aumento de evangélicos no conjunto da sociedade foi acompanhado pelo aumento da presença de deputados ligados a igrejas evangélicas na Câmara dos Deputados. Como fica evidente, a partir do início da Nova República, há um progressivo aumento de participação dos evangélicos na esfera política brasileira que continha 12 deputados, no início da década de 80, e passou a ter 59 (Oro, 2006)<sup>67</sup> na legislatura de 2003 a 2006. Mesmo com uma queda nas últimas eleições (32), a “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados ainda tem um volume significativo, superando a de muitos partidos brasileiros. Como havíamos sugerido, a secularização do Estado, acompanhada da democratização do sistema político, ofereceu a possibilidade da expressão política de demandas de outras religiões que não a majoritária. Trata-se de condição necessária, porém não suficiente para que grupos religiosos sejam incorporados ao sistema político. No Brasil, em que vemos um minoritário mas expressivo grupo religioso elegendo representantes e expressando suas demandas, é possível afirmar que tal incorporação ocorreu.

---

<sup>67</sup> Trata-se de um valor que não é consensual. Segundo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o valor aproximado seria de 50 parlamentares (Rodrigues, 2006). Ari Pedro Oro (2006) utiliza-se de um levantamento divulgado pelo jornal Folha de São Paulo (10/10/2002).

<b>Tabela 2- Deputados Evangélicos na Câmara dos Deputados (Titulares)</b>	
<b>Legislatura</b>	<b>Nº</b>
1983-1986*	12
1987-1990*	32
1991-1994*	23
1995-1998*	32
1999-2002*	51
2003-2006**	59
2007-2012***	32

Fonte: \*Fonseca (2002), \*\*Oro (2006), \*\*\*DIAP

Embora não existam dados precisos, é possível afirmar que a presença evangélica também é importante nas Assembléias Estaduais. O caso mais significativo talvez seja o do Rio de Janeiro, um dos estados de maior população evangélica do Brasil<sup>68</sup>. Maria das Dores C. Machado (2003, 2005) identifica 26 deputados estaduais eleitos em 2002 vinculados a igrejas evangélicas; cerca de 37 % dos parlamentares da legislatura em questão. Certamente, esta proporção não se repete em outros estados, porém trata-se de um fenômeno que está longe de ser restrito ao Rio de Janeiro. Julia Miranda (2005) aponta a presença significativa de evangélicos na política cearense, com representantes ligados à Assembléia de Deus e à Igreja Universal do Reino de Deus<sup>69</sup>.

Em seu estudo sobre o caso do Rio de Janeiro, Machado salienta que uma estratégia política frequentemente utilizada é a do estabelecimento de uma relação de clientelismo com fiéis/eleitores em que se destacam ações em “centros sociais localizados nas zonas mais carentes do Estado”: “esse é um expediente comum entre os políticos brasileiros, que seguem a lógica das permutas entre os pequenos serviços sociais e os votos dos eleitores de pouca escolaridade e baixa renda” (Machado, 2005: 112). Independentemente de qualquer consideração que possamos fazer sobre esse procedimento por parte dos evangélicos, o fato é que eles estabelecem uma ligação com os setores mais pobres da população. Por sua vez, Fonseca destaca como importante contribuição dos evangélicos a de levar “para o interior da comunidade religiosa discursos e práticas do mundo da política” e dar “instrumentais e acesso a setores

<sup>68</sup> No censo de 2002 (IBGE), constatou-se que o estado do Rio de Janeiro contava com 21,13% de evangélicos, a quarta maior proporção do país.

<sup>69</sup> Em uma consulta a portais de Assembléias Legislativas, constatou-se a presença de parlamentares ligados a igrejas evangélicas em grande parte dos estados brasileiros. Entretanto, trata-se de um levantamento que deve ser feito com maior cuidado em futuros estudos.

marginalizados da população que se encontravam à margem do processo político social” (Fonseca, 2002: 259).

Mas, afinal, quais são os motivos que levam pastores e outros personagens ligados às igrejas a entrarem na arena política? É possível identificar pelo menos cinco razões sugeridas pela literatura: 1- preocupação em evitar a aprovação de políticas que afetem a instituição familiar, como a permissão do aborto e do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Pierucci, 1996); 2- aumento da visibilidade das igrejas no espaço público, possibilitando a inserção dos evangélicos no debate político; 3- demanda por igualdade de status com a Igreja Católica (Freston, 1993); 4- busca de maior liberdade religiosa e preocupação em assegurar os direitos de livre credo conquistados, em situação percebida como sob ameaças (Pierucci, 1996; Mariano, Pierucci, 1996); 5- fortalecimento de lideranças internas às igrejas, um objetivo ligado diretamente à criação e ao aumento de legitimidade dentro das organizações religiosas (Freston, 1993).

É importante notar que grande parte dos objetivos acima citados está intimamente relacionada a uma percepção de persistência da ligação do Estado com a Igreja Católica. A participação dos evangélicos em instituições legislativas seria um meio de assegurar direitos, de defesa contra a erosão de um frágil (ou inexistente) “divórcio”, uma preocupação que pode ser denominada de “síndrome persecutória” (Mariano, Pierucci, 1996: 205)<sup>70</sup>. Como foi explorado, tal preocupação orientou a formação de partidos vinculados a Igrejas Protestantes, em países onde elas eram minoritárias. Todavia, novamente, a sensação de inexistência de uma separação entre a Igreja Católica e o Estado não pode ser lida como sua completa ausência, pois foi apenas a partir da secularização do Estado que ocorreram mudanças na esfera religiosa e política, tornando possível a participação política dos evangélicos.

Portanto, através das considerações acerca da clivagem religiosa brasileira, é possível argumentar que o vínculo entre o Estado e a Igreja Católica se reduziu a partir da segunda metade do século XX e foi acompanhado de um aumento do pluralismo religioso, com o crescimento de pessoas que declaravam pertencer a alguma igreja

---

<sup>70</sup> Segundo Mariano, em um recente artigo (2006), “os conflitos e escândalos que macularam a imagem dos evangélicos (...) reativam frequentemente a memória persecutória e reiteram narrativas e testemunhos sobre a velha ‘perseguição’ católica e policial aos pentecostais no Brasil. Cada novo conflito, cada nova acusação e cada novo escândalo envolvendo esses religiosos servem, portanto, de ensejo e pretexto para que suas lideranças tratem de reatualizar suas memórias e narrativas para caracterizar uma identidade religiosa, em parte, marcada pelo ressentimento de minoria religiosa menosprezada, discriminada e perseguida” (Mariano, 2006: 81).

evangélica. São fenômenos intimamente conectados que tornam a esfera política “aberta” e propícia para a livre representação e expressão de demandas de outros credos. No fim da década de 80, com a redemocratização, o crescimento evangélico não ficou restrito à esfera da sociedade, pois ele se expressou na arena política através de deputados ligados às igrejas. Assim, houve uma tradução política de tal fenômeno social, sem se converter na formação de um partido político. Talvez isso se deva ao fato de que, mesmo tendo havido tal processo, uma identidade entre os evangélicos não tenha sido criada. É em torno de tal questão que a derradeira parte do presente capítulo irá se debruçar, em uma tentativa de formular uma hipótese para ser investigada empiricamente nos capítulos que se seguem.

### *3. 3. Identidade Evangélica e a Não Formação de um Partido Confessional*

Apesar de ter sido constatado um desenvolvimento histórico que levou a uma sensível separação entre o Estado e a Igreja Católica e de ter sido verificada a expressão política significativa do grupo religioso minoritário evangélico, algumas questões permanecem sem respostas. Kalyvas aponta que a identidade entre grupos católicos europeus não foi atingida automaticamente a partir da secularização do Estado; esta foi construída a partir de conflitos internos, muitas vezes, refratários à participação política. A “identidade política cristã” não foi fruto apenas de desenvolvimentos exógenos (secularização do Estado, transformações socioeconômicas), mas também de um árduo processo de negociação entre os atores envolvidos, recheado de conflitos e tensões dentro de um mesmo grupo. Estas considerações parecem apropriadas para a discussão da presente dissertação, pois sugerem problemas em derivar identidades apenas de macro processos históricos. A existência de pontos de convergência entre deputados e grupos evangélicos, em contraposição com outros, não pode, portanto, ser pressuposta a partir de um desenvolvimento histórico específico, mas deve ser investigada empiricamente.

Partindo de tal questão, a parte final do capítulo dirigirá-se à construção de um problema de pesquisa a ser explorado a partir de dados empíricos. Como muitos trabalhos assinalam, há na experiência evangélica brasileira uma multiplicidade de denominações que, apesar de estarem agrupadas na mesma categoria, carregam enormes diferenças históricas (i), teológicas (ii) e político-ideológicas (iii).



Um considerável foco de heterogeneidade apontado é a singularidade histórica (i) de cada denominação, com especificidades que vão desde ao país de origem, à região e ao período histórico em que se instalaram no país. Como ficará evidente, muitas das classificações utilizadas por alguns estudos serão desprezadas com o intuito de não acrescentar demasiado número de elementos, de pouca relevância para a análise empírica. A primeira distinção a ser feita é entre “históricos” e “pentecostais”. Em relação ao primeiro grupo, Freston (1993) os divide em dois “sub-grupos” denominados de “imigração” e de “missão”. Enquanto o primeiro se instala no país na primeira metade do século XIX, o segundo aqui se estabelece a partir da segunda metade do mesmo século. Freston destaca a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) como exemplo de uma igreja de imigração, que tem como principal característica um estreito vínculo com um grupo étnico - os alemães - sem pretensões de se expandir para além de seus descendentes. Já entre as igrejas de “missão”, destacam-se a Metodista, a Presbiteriana e a Batista, denominações criadas por missionários, principalmente norte-americanos, que visavam conquistar fiéis. É importante destacar que enquanto as igrejas de “imigração” se concentravam no Sul do país, as de “missão” passaram a atuar, principalmente, nos grandes centros urbanos do Sudeste entre as classes mais ricas da população.

Em relação aos pentecostais, Freston (1993) os divide em três “ondas” de acordo com sua origem histórica<sup>71</sup>. A primeira “onda” surgiu no começo do século XX, com a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã, nas quais se destaca o sectarismo ante o restante da sociedade. Em relação à primeira, observa-se o processo de adaptação de uma denominação religiosa de origem sueca que passou a adotar práticas comuns na região onde se instalou: o “sistema de governo da AD é oligárquico e caudilhesco. Surgiu para facilitar o controle pelos missionários e foi reforçado pelo coronelismo nordestino” (Freston, 1994, 1993: 72). Como Freston alega, ocorreram enormes mudanças no decorrer da história dessa Igreja, porém certos elementos profundamente ligados à sua origem entram em conflito com as transformações ocorridas no decorrer do século: “há uma tensão entre o desejo de aderir explicitamente a valores burgueses, e

---

<sup>71</sup> O momento em que cada igreja é formada tem enorme importância em seu argumento, pois mesmo transformando, há uma significativa continuidade de traços de origem. Um pressuposto de sua abordagem é que certas características ligadas às origens se mantêm, apesar das mudanças pelas quais elas passam. Para Freston, cada igreja seria sensivelmente influenciada pelo ambiente político, econômico e social de origem, carregando determinadas características no decorrer de seu desenvolvimento. Para o autor, “a vantagem dessa maneira de colocar ordem no campo pentecostal é que ressalta, de um lado, a versatilidade do pentecostalismo e sua evolução após os anos e, ao mesmo tempo, as marcas que cada igreja carrega da época em que nasceu” (Freston, 1994: 71).

a tradição assembleiana de um certo populismo religioso que gloria-se na escolha dos humildes por parte de Deus” (Freston, 1994: 75).

A “segunda onda” situa-se nos anos 50, em um ambiente marcado por profunda urbanização. A utilização de meios de comunicação e a entrada de alguns evangélicos na esfera política marcam o novo período das denominações. Assim, o sectarismo está ausente na “Igreja do Evangelho Quadrangular”, na “Brasil pra Cristo” e na “Deus é Amor” que nasceram utilizando-se dos meios de comunicação de massa e também de espaços seculares (estádios de futebol, por exemplo) para realizar seus cultos. Foi nesse período que os primeiros representantes evangélicos apareceram na política brasileira, porém tal presença foi tímida e interrompida pelo Regime Militar. A “terceira onda” originou-se nos anos 80, com o início de um acentuado crescimento da adesão pentecostal, em uma realidade social diversa:

“O país é outro, e o pentecostalismo de terceira onda adapta-se às mudanças: aprofundamento da industrialização; o inchamento urbano causado pela expulsão de mão de obra do campo; a estrutura moderna de comunicação de massas que no final dos anos 70 já alcançava quase toda a totalidade da população; a crise católica e o crescimento da umbanda; e a estagnação econômica” (Freston, 1993: 95).

O maior expoente desse período é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que passou a ser marcada por uma atitude declarada de competição por fiéis e pela acentuada participação na política a partir da Constituinte. Assim, Freston ressalta a heterogeneidade pautada nas diferenças históricas, ao mostrar a manutenção de traços de origem no decorrer do desenvolvimento de cada denominação.

Ricardo Mariano (1999), ao utilizar a periodização de Freston, enfatiza uma segunda fonte de heterogeneidade entre os evangélicos pentecostais, a teológica (ii), principalmente entre as igrejas que surgem na Terceira Onda, denominadas pelo autor como Neopentecostais. Em relação às duas primeiras ondas (pentecostalismo clássico e deuteropentecostalismo), as divergências teológicas são pequenas, consistindo-se apenas na ênfase a determinado dom do Espírito Santo. Três características marcam a singularidade das igrejas neopentecostais: 1- acentuação de uma cosmologia dualista, que contém uma exacerbada guerra com o Diabo; 2- teologia da prosperidade, em que há aceitação do mundo por parte do fiel que deve buscar “o livre gozo do dinheiro, de

status social e dos prazeres deste ‘mundo’” (Mariano, 1999: 44); 3- apesar de continuar com fortes restrições aos jogos de azar, bebidas alcoólicas, sexo não marital, Mariano constata nos neopentecostais o rompimento com muitas regras que eram impostas aos fiéis que passaram a ter um comportamento semelhante ao de “não fiéis”. É importante ressaltar que os “evangélicos históricos” se diferenciam teologicamente dos pentecostais pela “não aceitação da doutrina e prática pentecostal de glossolalia, profecias, curas e exorcismos” (Freston, 1993: 47). Não é nosso intuito mergulhar-nos nesse complexo foco de distinção entre as denominações, mas apenas salientar que há importantes diferenças em aspectos da doutrina de cada igreja, embora todas recebam o mesmo rótulo (“evangélicos”).

Em estudos que procuram lidar diretamente com o comportamento político dos evangélicos (iii), é possível identificar alguns importantes argumentos em defesa da impossibilidade de uma unidade identitária. Joanildo Burity (2005) destaca a ausência de elementos claros que possam evidenciar a constituição de uma clivagem religiosa no Brasil. Segundo o autor, “não há um alinhamento evangélico com uma única tendência partidária ou ideológica. Todas as análises e os resultados eleitorais ressaltam a pluralidade de opções partidárias e as divisões entre os evangélicos (...) no que se refere ao campo ideológico” (Burity, 2005: 198). Burity argumenta que “ainda que as questões da sexualidade e da moral individual mobilizem os evangélicos e os aproximem em discussões e votações no parlamento, não se constituiu uma fronteira definidora de uma identidade englobante dos evangélicos na política” (Burity, 2005: 198).

Alexandre B. C. da Fonseca (2002) identifica um conjunto heterogêneo de políticos evangélicos composto por cinco grupos: 1- aqueles diretamente ligados às igrejas evangélicas; 2- políticos vinculados aos meios de comunicação, como radialistas; 3- empresários evangélicos que se elegem a partir de recursos próprios; 4- aqueles que se convertem depois de já terem vivenciado uma carreira política; 5- políticos ligados a movimentos sociais que se declaram evangélicos. Como tal heterogêneo grupo se comporta na Câmara dos Deputados? Para o autor, “uma observação das votações não nos permite identificar um padrão de votações da bancada evangélica. Na maioria das vezes, vemos os deputados seguindo o comportamento de seu partido” (Fonseca, 2002: 156). Portanto, Fonseca sustenta que a inserção política dos evangélicos é plural, sem a presença de uma unidade identitária entre eles<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> É digna de nota a escassa referência a instituições internas da atividade legislativa que inibiriam um comportamento coeso de um “grupo” disperso em mais de um partido.

Assim, para os autores citados, a explicação da inexistência de um partido que representasse os evangélicos residiria na ausência de vínculos históricos, políticos e teológicos entre as denominações que atuam nas casas legislativas. Entretanto, tal tese não é consensual. É possível identificar alguns trabalhos que procuram apontar a existência de um esforço das elites na construção de uma coesão no comportamento político dos evangélicos.

Um dos primeiros estudos a analisar o comportamento político dos evangélicos na Nova República é o de Pierucci (1996b), que busca explorar a atuação dos deputados ligados às igrejas evangélicas na Constituinte. Longe de constituírem uma camada homogênea, os deputados evangélicos tinham muitas divergências entre si, principalmente, em questões de ordem política e econômica. Assim, a estratégia foi de evitar que tais questões divergentes fossem colocadas em pauta, para que aquilo que os unisse fosse centralizado no debate: “ao evitarem as controvérsias e divergências em matéria econômica, tratavam de delimitar um espaço homogêneo de representação, o seu espaço de representação enquanto evangélicos” (Pierucci, 1996b: 183). Trata-se de um “recorte unificador e legitimador de seu espaço de representação como bloco, acima das divisões internas e aparentemente à margem dos grandes embates socioeconômicos” (Pierucci, 1996b: 183-4). Ao classificar temas “familiares” em oposição à política, Pierucci define a estratégia da bancada evangélica do seguinte modo: “as questões políticas e econômicas dividiam? Então o preço de sua unidade era a despolitização (...) da ação de cada um” (Pierucci, 1996b: 184). Assim, a atuação da “bancada evangélica” centrou-se na *Comissão da Família, Educação e Cultura*<sup>73</sup>, temas que constituíam uma estratégia de publicidade, mas também de fortalecimento identitário do grupo evangélico e de seus eleitores. Pierucci apresenta, portanto, um diagnóstico de coesão identitária em construção, baseado em orientações referentes a valores familiares<sup>74</sup>.

Leonildo Silveira Campos (2005) também reconhece um esforço das lideranças evangélicas de construir uma identidade política em que se destaca um comportamento pautado por oposição à Igreja Católica e a setores da sociedade hostis aos evangélicos. Para Campos, a unidade é menos fruto de valores compartilhados e mais uma

---

<sup>73</sup> “Com efeito, foi nesta subcomissão que os evangélicos mais estardalhaço fizeram, ocupando sistematicamente espaço da grande imprensa com seus pontos de vista moralistas, sua obstinada cruzada contra as medidas consideradas progressistas e anticristãs nas questões de aborto, planejamento familiar, casais não-casados” (Pierucci, 1996b: 185).

<sup>74</sup> “A estratégia tinha um duplo objetivo: centrar forças nas teses conservadoras de moral familiar privada e, com isso, criar perante a opinião pública uma imagem de marca bem diversa da pretendida pelos evangélicos progressistas” (Pierucci, 1996b: 184-5).

contraposição à instituição religiosa dominante: a “ligação entre todos esses grupos seria o antigo preconceito típico de todo grupo minoritário que se sente perseguido pela religião dominante, no caso a Igreja Católica” (Campos, 2005: 54). Segundo este autor, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tem se constituído como o ator que mais tem se esforçado para construir uma identidade evangélica, para criar a “‘unidade da Igreja de Cristo’ no Brasil” (Campos, 2005: 54). Nota-se que a idéia de identidade, para o autor, não depende necessariamente de valores e opiniões compartilhados, pois o que a constitui reside na relação com o “outro”. Trata-se de uma visão semelhante àquela apontada por Kathryn Woodward (2000) sobre as etnias na antiga Iugoslávia: “a identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um ‘não-croata’” (Woodward, 2000: 09).

É necessário destacar que o maior foco de oposição, sustentado pelos defensores da existência de uma identidade entre os evangélicos, é a contraposição aos católicos, além das questões de moral familiar. Os temas da liberdade religiosa, da disputa por privilégios com os partidos e com o Estado entram em cena, carregando discursos que, mesmo repletos de ambigüidades, colocam os evangélicos e os católicos em disputa não apenas na esfera religiosa, mas também na política. Maria das Dores Machado e Cecília Mariz (2004) constata o recente crescimento do interesse dos católicos em entrarem, de maneira mais clara, na arena legislativa brasileira, para se contrapor à “bancada evangélica”. Como notam as autoras, “em reação ao fortalecimento político dos evangélicos, observa-se que houve uma mudança no discurso e no estilo das campanhas dos católicos” (Machado, Mariz, 2004: 210). Assim, elas destacam uma contraposição que tem se estabelecido entre os dois grupos religiosos na esfera política. Portanto, a existência de vínculos identitários entre os evangélicos, em contraposição aos católicos, parece ser um interessante caminho para a análise empírica dos próximos capítulos.

Concluindo, a existência de uma identidade entre os evangélicos não é um ponto consensual na literatura, sendo possível a sua problematização nos próximos capítulos empíricos. Uma importante limitação da literatura explorada nos parágrafos anteriores reside na ausência de análise de dados quantitativos que explorem posicionamentos tanto dos eleitores quanto dos representantes evangélicos. Trata-se de uma lacuna que o presente trabalho procurará preencher com o teste da seguinte hipótese: *um partido evangélico não foi formado devido à ausência de uma identidade, tanto entre os*

*representantes evangélicos, quanto entre os eleitores que declaram pertencer a alguma igreja.*

## **CAPÍTULO 4**

### **ELEITORES EVANGÉLICOS E SUAS IDENTIDADES EM 2002**

Apesar de ter examinado os sistemas partidários que se constituíram no final do século XIX e no início do XX, o trabalho de Lipset e Rokkan (1990), de 1967, continua ainda sendo um referencial teórico importante para o estudo da questão do nascimento dos partidos. A existência de identidades permanece central na explicação do que leva à constituição de sistemas partidários, ou mesmo de um partido político (Kalyvas, 1996). A procedência e a suficiência de tal modelo para o caso brasileiro é outra questão que poderá ser explorada nas páginas finais da presente dissertação. Entretanto, antes de qualquer conclusão acerca da importação de modelos inadequados para o desenvolvimento político e social brasileiro, torna-se necessário um estudo empírico que busque confirmar ou não a necessidade de formulação de modelos alternativos. É esta a tarefa das páginas que se seguem, partindo da constatação da escassa utilização desse modelo para o estudo das formações dos partidos no Brasil.

Primeiramente, serão explorados os “vínculos identitários” entre os eleitores evangélicos, o que será feito através de uma análise comparativa desse grupo com os católicos e com o conjunto dos eleitores. No capítulo seguinte, os posicionamentos dos deputados estaduais serão analisados, em uma tentativa de encontrar traços distintivos da “elite política evangélica”. Assim, devido ao caráter relacional de uma identidade, o que se tentará identificar entre os evangélicos, em ambos os capítulos, é se existe uma singularidade de seus posicionamentos. Ou seja, não basta que existam posicionamentos majoritários entre os grupos; eles devem variar independentemente dos demais. A hipótese que norteará as análises que se seguem é a seguinte: a não constituição de um partido evangélico se deve à inexistência de traços identitários entre eles.

#### *4.1. Contexto Econômico-Político do ano de 2002*

Antes de mergulharmos na análise empírica, é importante apresentar uma breve contextualização do momento político em que foram coletados os dados, o ano eleitoral de 2002. Trata-se de um momento de extrema importância na história política brasileira,

com a vitória eleitoral de um partido de esquerda que tinha como candidato um ex-operário. Jairo Nicolau ressalta algumas particularidades das eleições de 2002:

“(...) a chegada ao Executivo Federal de um partido de esquerda, pela primeira vez, desde que esse foi fundado em 1985; o fato de o PFL ter ficado na oposição e a vitória do PT nas eleições para a Câmara dos Deputados. Sem mencionar o simbolismo que envolve a vitória de Luis Inácio Lula da Silva” (Nicolau, 2003:11).

A singularidade das eleições de 2002 também é salientada por André Marengo dos Santos:

“As eleições de 2002 ficarão marcadas pela vitória de Lula na disputa presidencial. A magnitude do fenômeno representado pela conquista da Presidência da República por um candidato de esquerda e o realinhamento provocado na distribuição das preferências eleitorais justifica a atenção conferida à competição eleitoral” (Santos, 2003: 21).

Mesmo correndo o risco de simplificar a realidade, é possível enumerar as seguintes características do período: 1. momento de certa instabilidade econômica, devido a temores dos investidores quanto à possibilidade de vitória de um partido de esquerda, o PT; 2. desgaste da administração FHC, após a crise cambial de 1999, que se acentuou no período da crise energética; 3. mudança dos temas da agenda política daquele ano, que passaram a se pautar menos na estabilidade econômica e mais em reformas sociais; 4. transformação da postura do principal partido de esquerda do país, que adotou uma atitude cada vez mais “pragmática” na disputa eleitoral.

Apesar da grave crise cambial que marcou o início do segundo mandato de FHC, a situação econômica em 2002 estava relativamente calma, se comparada com instabilidades do passado pré-Plano Real. As turbulências que ocorreram foram atribuídas à incerteza por parte dos investidores quanto à eleição de Lula. Entretanto, talvez devido à própria mudança de comportamento do candidato petista, não tenham chegado a se configurar em crise propriamente dita. Mesmo com relativa tranquilidade



econômica, registrava-se um aumento da avaliação negativa do governo FHC<sup>75</sup>, o que, para Alberto Almeida (2006), demonstrava uma mudança de “agenda” por parte da opinião pública, que passava a apontar a necessidade de se lidar com o desemprego: “Mudou a agenda do país. Antes era a inflação e FH e o PSDB encarnavam sua solução, em 2002 era o desemprego e um ex-operário e seu partido dos trabalhadores eram os donos deste tema” (Almeida, 2006: 26). Como também sugere Lamounier, o “foco na inflação, dominante nos anos 80 e 90, perdera terreno em favor de preocupações redistributivas” (Lamounier, 2005: 218).

Um ponto que merece ser destacado é que, em 2002, essa mudança na “agenda” não pode ser interpretada como uma guinada dos eleitores à esquerda ou à polarização ideológica. Não havia propostas de ruptura, de qualquer mudança radical no período, mesmo por parte do Partido dos Trabalhadores (PT) que, em eleições anteriores, defendia transformações mais significativas na política econômica. Para Lamounier, “o fato mais importante da política brasileira, desde o rompimento do círculo vicioso político-econômico pelo plano Real, foi sem dúvida a posição pragmática do PT, a partir de 2002, à medida que a vitória eleitoral foi se tornando palpável” (Lamounier, 2005: 220). Além da mudança do PT, Vianna também aponta a ausência do PFL, principal representante da direita<sup>76</sup>: “a esquerda míngua, a direita sucumbe e o centro torna-se a bandeira de todos” (Vianna, 2006: 107). Assim, uma certa homogeneidade ideológica é um traço que alguns autores indicam como característica do período eleitoral de 2002.

A transformação do PT não se deu apenas em relação à política econômica. Houve também uma adequação ao posicionamento do “eleitor médio”, uma adaptação do discurso do candidato, que se consagraria vencedor, às preferências majoritárias dos eleitores:

“Para vencer, Lula teve que defender a repressão ao movimento dos sem-terra. Isso ocorreu justamente por conta desse fenômeno: quase 70% do eleitorado era, na época da eleição, contra a ocupação de terras como uma maneira de protestar

---

<sup>75</sup> Em avaliação feita em 2002, no período de crise energética enfrentada pela administração de FHC, Renato Lessa aponta um declínio progressivo da avaliação do governo FHC: “os institutos de pesquisa não param de mensurar as declinantes taxas de aprovação do governo Fernando Henrique, desde o choque cambial de 1999” (Lessa, 2006: 181).

<sup>76</sup> “Agora, a esquerda busca o centro, seja em sua política de alianças, seja no discurso moderado de seu candidato à presidência, enquanto a direita, após a defenestração da candidatura de Roseana Sarney, não encontra quem a represente” (Vianna, 2006: 94-5);

contra o governo. (...) Os eleitores o convidaram a entrar no momento em que ele se enquadrava na realidade brasileira” (Almeida, 2006: 60)

As análises que serão feitas em seguida estão inseridas em tal contexto de profunda transformação da disputa política; em que havia uma mudança nos temas de preocupação de grande parte da opinião pública e na estratégia de lideranças no período. O primeiro *survey* (eleitores), cujos dados serão utilizados aqui, foi realizado logo após a eleição de Lula (PT) para Presidente da República; já os dados sobre os deputados estaduais, que serão analisados no quinto capítulo, foram obtidos no período que antecedeu a disputa, no primeiro semestre de 2002. Serão priorizadas análises de tabelas de contingência, de medidas de tendência central e dispersão. Infelizmente, devido à pequena quantidade de casos em muitas tabelas, medidas de associação e correlação não serão utilizadas.

#### *4.2. Considerações Preliminares sobre o Survey dos Eleitores*

Os dados que serão utilizados no presente capítulo são parte do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), realizado nos meses de novembro e dezembro de 2002, ou seja, após as eleições<sup>77</sup>. Trata-se de um amplo conjunto de dados, com questões relativas a diversas dimensões da vida social e política, como orientação partidária, satisfação com a democracia, participação política, moralidade, entre outros temas. Embora já tenha sido utilizada em outros estudos<sup>78</sup>, a análise que será desenvolvida terá como singularidade a hipótese em que a presente dissertação tem se debruçado: a existência de traços distintivos que unem os evangélicos.

A variável que foi escolhida para delimitar o “eleitor evangélico” foi a simples pergunta estimulada que identifica a religião do entrevistado, aplicada com a seguinte

---

<sup>77</sup> Pesquisa realizada através de uma amostragem probabilística estratificada e conglomerada em 4 estágios, com abrangência nacional. O período de campo foi de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002, logo após as eleições do mesmo ano.

<sup>78</sup> É importante mencionar o artigo de Simone Bohn, “Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral” (2004), em que a autora explora algumas teses correntes em relação à distribuição demográfica e ao comportamento político dos evangélicos. Apesar das semelhanças, é importante apontar algumas diferenças: 1. trata-se de uma análise que explora um maior conjunto de questões do ESEB, principalmente, por não buscar relacionar a análise a qualquer outro conjunto de dados; 2. os evangélicos, em grande parte do texto, são analisados desagregadamente, o que leva a algumas conclusões diversas; 3. em alguns momentos, há um esforço em comparar com os eleitores de outras religiões, não apenas com os católicos.

redação: “Eu vou ler uma lista de religiões para que o (a) Sr. (a) indique qual delas é a sua”. A Tabela 3 apresenta a frequência obtida por tal questão, em que se destaca o alto percentual de católicos - 70% dos eleitores - um valor próximo do obtido pelos dados populacionais do IBGE de 2000. Os evangélicos pentecostais correspondem a 11,5% dos entrevistados, seguidos pelos não pentecostais, com 6%. Assim, aproximadamente 17% dos entrevistados declararam pertencer a alguma denominação evangélica e é baseando-se nesse conjunto de casos (430) que a análise será construída. As outras religiões têm uma frequência pequena, o que torna desnecessário incluí-las na análise.

	<b>%</b>	<b>Casos</b>
<b>Católica</b>	69,8	1753
<b>Evangélica pentecostal</b>	11,5	288
<b>Evangélica não-pentecostal</b>	5,7	142
<b>Espírita kardecista</b>	3,0	75
<b>Santo Daime, Esotérica</b>	1,2	31
<b>Candomblé</b>	0,4	11
<b>Budista</b>	0,3	9
<b>Umbanda</b>	0,3	8
<b>Seicho-Nô-Iê, Messiânica</b>	0,3	8
<b>Ateu</b>	0,1	2
<b>Não tem religião</b>	7,1	178
<b>Não Respondeu</b>	0,3	7
<b>Total</b>	100	2513

Fonte: ESEB - 2002

Portanto, após a exclusão de outras religiões minoritárias, foram separados cinco “grupos” de eleitores, apresentados na Tabela 4. Em relação aos evangélicos, além de sua análise agregada, serão destacados aqueles que declararam pertencer a alguma denominação pentecostal, por estes se constituírem o “grupo” evangélico mais representativo, além de ser aquele que mais tem se destacado nas instituições políticas. Para a comparação, serão utilizados os eleitores “católicos”, aqueles “sem religião” (ateu, não tem religião) e o total dos entrevistados.

**Tabela 4 – “Grupos Religiosos” dos eleitores que serão analisados\***

	%	Casos
<b>Católica</b>	70,0	1753
<b>Evangélicos Total (pentecostais e não pentecostais)</b>	17,2	430
<b>Evangélicos Pentecostais</b>	11,5	288
<b>Sem Religião (ateus/sem religião)</b>	7,2	180
<b>Total dos eleitores**</b>	100	2513

\* Alguns percentuais foram alterados, pois os grupos não incluídos foram considerados “missing cases”.

\*\* Não se trata da soma das linhas anteriores, pois outros grupos religiosos foram omitidos na tabela.

Fonte: ESEB - 2002

Uma ressalva importante refere-se ao alto percentual de católicos, o que é esperado em um país com uma hegemonia histórica do catolicismo. Entretanto, como alguns estudos sugerem, a quantidade de católicos que de fato participam de cultos é bem menor de que o percentual apresentado na tabela anterior, o que enfraqueceria o modo como estão sendo delimitados os “grupos religiosos”. Para lidar com tal problema, será utilizada uma outra variável: a frequência com que participa de um culto. A seguinte questão foi formulada: ”Com que frequência vai o (a) Sr. (a) à missa ou a culto religioso?”. Para melhorar a visualização dos dados, os cinco pontos da escala de mensuração dessa questão (raramente, algumas vezes no ano, uma ou duas vezes por mês, uma vez por semana, mais de uma vez por semana) foram agrupados em apenas três (baixo, médio, alto). Como atestam os dados da Tabela 5, é evidente a maior participação dos evangélicos em cultos (86% entre os pentecostais e 83% entre os evangélicos totais têm alta participação), quando comparamos com os católicos (35% com participação alta). Tal variável norteará as análises subsequentes, em que será suavizada a fragilidade contida na simples escolha religiosa como meio de delimitação dos grupos de eleitores. Afinal, a pessoa pode ter afirmado ser evangélica, sem ter qualquer prática religiosa, o que dificulta o questionamento sobre “pontos em comum” distintivos de determinado grupo.

**Tabela 5 - Filiação Religiosa e Freqüência a Cultos dos Eleitores \*(%)**

<b>Freqüência</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Total dos Eleitores</b>
<b>Pequena</b>	3,4	6,5	23,6	23,9
<b>Média</b>	10,8	11,1	41,1	33,9
<b>Alta</b>	85,8	82,5	35,3	42,2
<b>Total =100%</b>	286	427	1741	2461

\*Para facilitar a visualização, os valores dos “missing cases” serão omitidos de todos os cruzamentos, o que proporcionará diferenças com os valores apresentados nas primeiras tabelas. Tal procedimento será feito em todas as tabelas.

Fonte: ESEB - 2002

Apenas para caracterizar com maior precisão os eleitores evangélicos, é importante observar a distribuição demográfica dos “grupos” em questão. A Tabela 6 nos apresenta um conjunto de variáveis demográficas que mostram que os evangélicos pouco se distinguem dos demais eleitores. Ou seja, não é possível destacar alguma singularidade demográfica dos evangélicos, nem em relação à Renda Familiar e Escolaridade<sup>79</sup>. Os evangélicos (também entre os pentecostais) tendem a ter um contingente maior entre as mulheres e entre os setores mais jovens, entretanto tratam-se de pequenas diferenças em relação ao restante dos eleitores. O percentual que mais nos chama a atenção é a maior concentração deles no Sudeste (62%), o que os difere de maneira mais significativa dos católicos (49%), e do total dos eleitores entrevistados (53%).

<sup>79</sup> Tais variáveis são apontadas pela literatura como distintivas dos evangélicos, por eles terem, em tese, menor escolaridade e renda.

**Tabela 6 - Informações Demográficas e Filiação Religiosa dos Eleitores (%)**

		<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Sexo</b>	<b>Masculino</b>	45,4	43,8	47,4	59,5	47,2
	<b>Feminino</b>	54,6	56,2	52,6	40,5	52,8
<b>Faixa Etária</b>	<b>16 a 24</b>	16,5	17,3	18,3	28,0	18,8
	<b>25 a 34</b>	28,3	28,5	20	25,1	21,8
	<b>35 a 44</b>	26,4	24,6	23,6	25,3	23,7
	<b>45 a 59</b>	17,2	18,1	22,9	15,8	21,7
	<b>60 ou mais</b>	11,6	11,5	15,2	5,8	13,9
<b>Região do País</b>	<b>Norte</b>	5,2	4,4	3,3	2,5	3,3
	<b>Centro-Oeste</b>	5,9	6,6	5,9	3,7	5,9
	<b>Nordeste</b>	17,2	17,2	28	20,8	24,7
	<b>Sudeste</b>	62,1	62,4	48,7	65,3	53,2
	<b>Sul</b>	9,7	9,5	14,1	7,7	13
<b>Nível de Instrução</b>	<b>Sem instrução</b>	9,5	7,2	9,1	2,4	7,9
	<b>Até 4a. série</b>	24,6	23,0	29,7	13,8	26,5
	<b>De 5a. a 8a. série</b>	29,2	24,9	21,1	23,6	21,5
	<b>2o. grau</b>	31,5	35,5	28,3	43,2	31,2
	<b>Superior ou mais</b>	5,2	9,4	11,8	16,9	12,8
<b>Renda Familiar Mensal</b>	<b>Até 350 Reais</b>	33,1	31,1	38,8	33,3	36,1
	<b>Entre 351 e 700</b>	30,0	28,4	24	21,6	24,3
	<b>Entre 701 e 1,750</b>	24,8	23,9	23	21,4	23,2
	<b>Entre 1751 e 3500</b>	9,6	13,0	9,8	15,4	11,1
	<b>Entre 3501 e 7000</b>	2,5	3,4	3,3	5,4	4,3
	<b>Mais de 7000</b>	-	0,2	1,0	2,8	1,0

Fonte: ESEB – 2002

Em relação às variáveis independentes, elas foram separadas em três temas para organizarmos melhor a investigação da existência de uma identidade de posicionamentos entre os evangélicos. A primeira etapa consistirá na análise de uma simples questão de auto posicionamento na escala ideológica esquerda-direita. Em seguida, questões relativas à postura que o governo deveria tomar diante de atos de protesto, como abaixo assinados, passeatas, comícios, greves, bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos e de terras. O tema da presença do Estado na economia será o terceiro a ser explorado, com uma questão relativa à gestão de diversas atividades, além de outras centradas no protecionismo que o estado deveria ou não

assumir<sup>80</sup>. Na última parte do capítulo, a escolha dos eleitores nas eleições de 2002 será explorada.

#### *4.3. Auto Posicionamento na Escala Esquerda- Direita*

O auto posicionamento na escala esquerda-direita recebeu atenção de alguns estudos recentes, principalmente na área de comportamento eleitoral, em busca de medir as orientações ideológicas no eleitor (Singer, 2000; Carreirão, 2002; Alves, 2002). Embora sua eficácia como modo de mensuração da ideologia seja questionável, trata-se de uma tentativa de relacionar a ideologia do eleitor às identidades entre os grupos religiosos. Longe de ser considerado suficiente, o auto posicionamento na escala esquerda-direita será apenas um dos meios utilizado para a análise empírica, o que reduz problemas que esta escala possa conter.

A seguinte questão foi feita aos entrevistados pelo ESEB: “Novamente pensando em esquerda e direita na política. O que o (a) Sr. (a) se considera? Zero significa que o (a) Sr. (a) é de esquerda e 10 significa que o (a) Sr. (a) é de direita”. Como a Tabela 7 aponta, não há diferenças significativas entre os grupos estudados: com exceção dos “sem religião” que se posicionaram majoritariamente no centro (55%), nos demais há uma preferência majoritária pela direita (50% entre os católicos e entre os evangélicos pentecostais, 47% entre o total dos evangélicos e 48% entre o total dos entrevistados). Assim, os eleitores evangélicos pouco se distinguem dos católicos e também do total dos entrevistados, constatando-se a ausência de uma singularidade quando perguntamos aos eleitores onde ele se localizaria em uma escala ideológica.

---

<sup>80</sup> Tais questões, embora não desfrutem de uma direta relação com as clivagens propostas por Lipset e Rokkan (1990) ou com aquelas organizadas por Arend Lijphart (2003), estão sustentadas em amplos debates sobre a posição do Estado frente à sociedade, que permeiam grande parte do pensamento político e econômico brasileiro. A necessidade de repressão ou a internalização de conflitos presentes na sociedade, o legado do Getulismo no que cerne a intervenção estatal na economia, são temas que têm enorme relevância no debate político brasileiro. (Lamounier, Souza, 1990; Singer, 2000; Kinzo, 1990; Nóbrega, 1992).

**Tabela 7 – Auto posicionamento\* e Filiação Religiosa dos Eleitores (%)**

	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Esquerda</b>	20,7	23,9	23,2	20,0	23,0
<b>Centro</b>	28,9	29,4	26,3	55,1	29,1
<b>Direita</b>	50,4	46,7	50,5	24,9	47,9
<b>Total= 100%</b>	121	173	672	75	1220

\* Foi feita a seguinte agregação: 0 ao 3 correspondeu a “esquerda”, 4 ao 7 o “centro” e de 8 a 10 o espaço da “direita”.

Fonte: ESEB - 2002

Há a possibilidade de essa indiferenciação ser devido ao fato de a filiação religiosa agregar tanto os praticantes como os não praticantes. Como foi visto, este aspecto é particularmente importante no caso dos católicos, porém o mesmo pode ser dito em relação aos evangélicos. A Tabela 8 mostra o cruzamento anterior controlado por “frequência a cultos”. O que se constata é que o quadro pouco se altera: quando aumenta a participação religiosa, não há um aumento significativo das distinções entre os evangélicos e os católicos. Embora exista uma redução do percentual dos evangélicos (principalmente entre o total deles) que se localizam à esquerda, conforme aumenta a frequência a cultos (de 50% para 20%), qualquer inferência sobre os percentuais dos evangélicos de pequena e média participação é inviabilizada devido à pouca quantidade de casos. Quando nos atentamos para o efeito da variável de controle nos católicos, observamos também pequenas diferenças em relação ao total dos eleitores. Apenas entre aqueles de menor participação religiosa, há uma leve tendência a se concentrar mais à esquerda, entretanto a diferença com o total dos entrevistados não ultrapassa 6%. Em relação àqueles de maior frequência a cultos, a auto localização à direita da escala continua a ser majoritária entre os católicos e entre os evangélicos (principalmente, os pentecostais), acompanhando o posicionamento do total dos eleitores.



**Tabela 8 - Auto Posicionamento Ideológico, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos dos Eleitores (%)**

<b>Frequência</b>	<b>Ideologia</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Total</b>
<b>Pequena</b>	<b>Esquerda</b>	20,0	58,3	30,3	24,2
	<b>Centro</b>	20,0	8,3	33,8	36,1
	<b>Direita</b>	60,0	33,3	35,9	39,7
	<b>Total= 100%</b>	5	12	145	219
<b>Média</b>	<b>Esquerda</b>	12,5	30,0	23	23,7
	<b>Centro</b>	0,0	0,0	27,3	27,1
	<b>Direita</b>	87,5	70,0	49,6	49,2
	<b>Total= 100%</b>	8	10	278	321
<b>Alta</b>	<b>Esquerda</b>	19,8	20,1	19,4	24,2
	<b>Centro</b>	32,1	33,6	36,3	32,4
	<b>Direita</b>	48,1	46,3	44,3	43,4
	<b>Total= 100%</b>	106	149	237	376

Fonte: ESEB – 2002

Um outro modo de explorar a variável é através da média do auto posicionamento em cada grupo. Foi incluído também o desvio padrão para analisarmos a distribuição das respostas. Em relação às médias, o mesmo padrão se observa: há uma equivalência dos evangélicos pentecostais (6,1) com os católicos (6,1), seguidos pelo total dos evangélicos (5,9), em se auto localizarem à direita, mais precisamente no espaço de “centro- direita”. Como se verifica, tais valores são muito similares ao do total dos eleitores (6,0). A análise das médias confirma que o grupo “sem religião” é o mais singular dos analisados, com uma majoritária adesão aos pontos centrais (5,1). Novamente, quando nos atentamos para os evangélicos, não há distinções significativas entre as médias dos grupos analisados, o que indica ausência de uma singularidade nos posicionamentos entre os eleitores evangélicos. Ao desagregarmos os grupos a partir da frequência a cultos, algumas diferenças podem ser notadas, entretanto as distinções parecem conter menos uma polarização e mais gradações. Embora com pouca relevância, devido à pequena quantidade de casos, é digno de nota que a maior distinção entre os católicos e os evangélicos se verifica, curiosamente, naqueles que têm frequência a cultos pequena e média, não alta.

O desvio padrão pode ser entendido como a “representação da ‘variabilidade média’ da distribuição, já que ela mede a média das discrepâncias em relação à X [Média]” (Levin, 1987: 69). Ou seja, quanto menor o desvio padrão, menor será a dispersão dos valores da distribuição e, por conseguinte, maior será a coesão do grupo em questão. Assim como as médias, os valores do desvio padrão pouco distinguem os grupos, havendo apenas uma maior “coesão” entre os eleitores “sem religião” (2,8), mas pouco pronunciada. Os evangélicos (3,2 entre os pentecostais e 3,3 no total de evangélicos) têm uma distribuição menos dispersa que os católicos (3,4), entretanto a diferença é irrisória, também muito próxima do desvio padrão do total de eleitores (3,4). Mesmo quando os desagregamos em relação à frequência a cultos, as distinções pouco se alteram. Esperávamos uma maior concentração na média à medida que aumentasse a frequência a cultos, porém, embora exista um certo movimento nesse sentido, as variações pouco divergem dos valores sem a variável de controle.

**Tabela 9- Auto Posicionamento Médio dos Eleitores na Escala Esquerda-Direita e Filiação Religiosa dos Eleitores**

	Total		Frequência a Cultos					
			Baixa		Média		Alta	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
<b>Evangélicos Pentecostais</b>	6,1	3,2	7,0	3,7	7,3	2,4	6,0	3,2
<b>Evangélicos Total</b>	5,9	3,3	5,2	3,6	6,2	3,5	6,0	3,2
<b>Católicos</b>	6,1	3,4	6,0	3,5	6,0	3,5	6,4	3,4
<b>Sem religião</b>	5,1	2,8	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	6,0	3,4	5,8	3,3	6,0	3,4	6,3	3,3

Fonte: ESEB – 2002

Logo, o auto posicionamento ideológico sugere uma indiferenciação dos eleitores evangélicos em relação aos demais “grupos”. A oposição entre católicos e evangélicos não se verifica a partir dessa variável, mesmo quando desagregamos os dados a partir da frequência a cultos. Embora insuficiente, o auto posicionamento na escala esquerda-direita nos oferece um importante ponto de partida para realizarmos os demais testes. Assim, é necessário verificar se essa conclusão se aplica a questões substantivas, como o posicionamento em relação à participação do Estado na economia e à repressão a movimentos contestatórios.

#### *4. 4. Posicionamento diante de Posturas Repressivas por parte do Estado*

Aos eleitores foi feita a seguinte pergunta: “Agora eu vou mencionar vários tipos de protesto contra o governo e gostaria que o (a) Sr.(a) dissesse se o protesto deve ser sempre permitido, deve ser permitido na maioria das vezes, deve ser proibido na maioria das vezes ou deve ser sempre proibido”. Assim, o intuito foi medir o posicionamento do eleitor em relação a posturas que o Estado deve adotar diante de movimentos contestatórios. Os “evangélicos” tenderiam a ser mais “autoritários” ou mais “progressistas”, quando estimulados a responder sobre a ação que o governo deveria ter quando sua autoridade é questionada a partir de greves, passeatas e entre outros protestos?

A tabela seguinte (Tabela 10) nos apresenta os percentuais de todos os tipos de protesto contidos na questão. Para facilitar a análise, foi feita a agregação das respostas “proibido sempre” e “na maioria das vezes”, passando a ser denominadas “deve ser proibido”. De modo geral, “bloqueio de estradas”, “ocupação de prédios públicos” e “ocupação de terras” são as ações que grande parte dos entrevistados, em todos os “grupos” analisados, responderam que deveriam ser proibidas (acima de 65%). Em contraposição, apenas para uma pequena parte dos entrevistados (menos que 30%), as passeatas, os comícios e os abaixo-assinados para protestar contra o governo não deveriam ser permitidos.

Quando comparamos os “grupos” em questão, fica evidente que há poucas diferenças entre os percentuais, com uma grande similitude dos evangélicos com os católicos e com o total dos eleitores. O item que mais diferencia os evangélicos (53%), principalmente, os pentecostais (56%), é o que se refere à “greve”, seguido por “comícios” e “passeatas”. É importante destacar que as diferenças são pequenas, quando comparamos com os católicos e com o total dos entrevistados. A última linha refere-se à simples média dos percentuais que indica, com maior clareza, uma reduzida diferença, de apenas 2%, entre os evangélicos pentecostais e os católicos. Quando lidamos com o total dos evangélicos, verifica-se uma equivalência com os católicos. Os posicionamentos dos três grupos em todos os “protestos” acompanham os do total dos eleitores, ou seja, não há nenhuma diferenciação entre os eleitores cristãos e o conjunto total de entrevistados. O grupo que se mostrou mais diferenciado, que tende a defender menos proibições que os demais, foi o daqueles que declaram não ter religião (41,5%).

Entretanto, com exceção de “greve”, que dista cerca de 20 pontos percentuais dos demais, as diferenças são reduzidas, não chegando a se constituir uma polarização.

**Tabela 10 - Itens de Autoritarismo e Filiação Religiosa dos Eleitores (%)**

<b>Deve ser <u>Proibido</u> (Na maioria das vezes/ sempre)</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Bloqueio de Estradas</b>	81,4	79,8	78,4	74,3	78,9
<b>Ocupação de Prédios Públicos</b>	79,6	76,5	77,7	70,6	77
<b>Ocupação de Terras</b>	71,6	71,1	71,7	67,0	71
<b>Greve</b>	56,2	52,8	50,6	36,2	48,6
<b>Passeatas</b>	29,2	26,6	26,1	16,1	24,9
<b>Comício</b>	19,8	18,1	16,5	17,8	16,9
<b>Abaixo Assinado</b>	17,2	15,1	18,9	8,7	17,2
<b>Média Percentual</b>	<b>50,7</b>	<b>48,6</b>	<b>48,6</b>	<b>41,5</b>	<b>47,8</b>

Fonte: ESEB - 2002

Para facilitar a análise, foram reduzidos os itens da tabela anterior em um único índice através de um procedimento de soma, aliado a um teste que mede a relação estatística entre os itens<sup>81</sup>. A partir dos valores obtidos, foi feita uma agregação em uma escala de três pontos – do mais permissivo ao mais autoritário (progressista, moderado e autoritário). Como a Tabela 11 nos mostra, confirmando as tendências da tabela anterior, os eleitores evangélicos pouco se distinguem do restante dos entrevistados. Quando os comparamos com os católicos, os percentuais são muito semelhantes, com uma leve tendência dos evangélicos a serem mais autoritários (20% do total dos evangélico e 17% apenas dos pentecostais, contra 24% dos católicos, no item de baixo autoritarismo). De um modo geral, os pentecostais apresentam mais distinções que o total dos evangélicos, entretanto as diferenças entre os percentuais são pequenas, o que impede que se possa afirmar que há um traço distintivo entre esse grupo. A maior singularidade dos eleitores “sem religião” se confirma, com um pequeno percentual de “autoritários” (9%).

<sup>81</sup> Conforme foi sugerido por Júlio César R. Pereira (2004), para o teste das relações entre as variáveis agregadas, foi utilizado o coeficiente Alfa de Cronbach, que nos apresentou o valor de 0,909. Ou seja, tal índice está medindo cerca de 90% do impacto real. De qualquer modo, a utilização de uma agregação ou de variáveis depende muito da escolha do pesquisador.

**Tabela 11 - Índice de Autoritarismo\* e Filiação Religiosa dos Eleitores (%)**

	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Progressista</b>	17,3	21,2	24,2	26,6	23,8
<b>Moderado</b>	62,4	60,5	57,8	64,0	59,2
<b>Autoritário</b>	20,3	18,3	18,0	9,3	17,0
<b>Total = 100%</b>	263	392	1601	173	2310

\* Cornbach Alfa: 0,909

Fonte: ESEB - 2002

Como foi feito anteriormente, a frequência a cultos foi utilizada para delimitar com maior precisão os grupos religiosos. A Tabela 12 mostra que a inclusão de tal variável pouco alterou as conclusões apontadas nas tabelas anteriores: mesmo entre aqueles que têm alta frequência a cultos, a diferenciação dos evangélicos com os demais é pequena (por exemplo, 21% dos evangélicos pentecostais defendem posturas mais repressivas, contra 18% dos evangélicos totais e 17,5% dos católicos). A maior divergência dos evangélicos ocorre entre aqueles de baixa frequência a cultos, o que, novamente, pode ser atribuído ao pequeno número de casos. De qualquer modo, a partir da frequência “média” a cultos, os valores voltam praticamente a acompanhar os referentes aos católicos e ao total dos entrevistados, com uma pequena inclinação dos pentecostais mais praticantes a serem menos progressistas e mais autoritários.

**Tabela 12 - Autoritarismo, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos dos Eleitores (%)**

		<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Total</b>
<b>Pequena</b>	<b>Progressista</b>	11,1	25,0	26,8	25,1
	<b>Moderado</b>	66,7	60,7	54,6	58,8
	<b>Autoritário</b>	22,2	14,3	18,6	16,1
	<b>Total = 100%</b>	9	28	377	546
<b>Média</b>	<b>Progressista</b>	23,3	25,0	24,7	25,5
	<b>Moderado</b>	63,3	56,8	57,4	57,9
	<b>Autoritário</b>	13,3	18,2	17,9	16,6
	<b>Total = 100%</b>	30	44	652	764
<b>Alta</b>	<b>Progressista</b>	17,1	20,2	21,9	21,7
	<b>Moderado</b>	62,2	61,5	60,5	60,8
	<b>Autoritário</b>	20,7	18,3	17,5	17,5
	<b>Total = 100%</b>	222	317	565	948

Fonte: ESEB- 2002

A Tabela 13 mostra a média do posicionamento dos eleitores na escala obtida a partir da soma descrita anteriormente. É importante apontar que os valores oscilam de 7 a 28 pontos (valores obtidos antes da agregação das últimas duas tabelas), das orientações mais progressistas às mais autoritárias. Novamente, não há qualquer distinção dos evangélicos (18,0 entre apenas os pentecostais e 17,6 entre o total dos evangélicos) com os demais (17,5 entre os católicos; 16,6 entre os “sem religião”; 17,4 entre o total dos entrevistados), mesmo quando incluímos a frequência a cultos como variável interveniente. O que se verifica é a inexistência de influência do fato de a pessoa ser evangélica ou católica (praticante ou não) em relação a tais posicionamentos. Os pentecostais se mostram mais autoritários que os outros grupos, mas a diferença com os demais é reduzida.

Quando observamos os valores do desvio padrão, nota-se que também há pequena diferença entre os grupos. Os pentecostais (4,1) e os “sem religião” (3,9) têm uma concentração de seus posicionamentos maior que os demais, entretanto a diferença é ínfima (4,3 entre os católicos e 4,2 entre o total dos eleitores). Mesmo entre aqueles de alta frequência, faixa que esperávamos maior coesão, o quadro não se altera, com

desvios padrões praticamente idênticos ao observado no total dos entrevistados (4,1). Desse modo, também em questões sobre a postura do Estado diante de ações contestatórias, os evangélicos, mesmo os pentecostais, não se mostraram mais coesos que os demais grupos.

<b>Tabela 13 - Autoritarismo Médio (7-28) e Filiação Religiosa dos Eleitores</b>								
	<b>Total</b>		<b>Frequência a Cultos</b>					
			<b>Baixa</b>		<b>Média</b>		<b>Alta</b>	
	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<b>Evangélicos pentecostais</b>	18,0	4,1	18,2	3,2	16,9	6,1	18,0	4,1
<b>Evangélicos total</b>	17,6	4,2	16,5	3,7	17,8	4,6	17,7	4,1
<b>Católicos</b>	17,5	4,3	17,3	4,5	17,4	4,3	17,6	4,1
<b>Sem religião</b>	16,6	3,9	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	17,4	4,2	17,2	4,3	17,3	4,3	17,6	4,1

Fonte: ESEB - 2002

Assim, os dados evidenciam que a conclusão destacada em relação ao auto posicionamento ideológico se confirma: não há qualquer traço distintivo dos evangélicos, quando observamos seus posicionamentos diante de posturas que o governo deveria ter em relação a protestos. Também não há resultados que apontem uma maior coesão dos evangélicos em relação aos demais grupos. Certamente, tais resultados colocam dúvida sobre a existência de uma identidade entre os evangélicos, que ainda terá de ser investigada a partir de outras questões.

#### *4. 5. Presença do Estado na Economia*

O terceiro conjunto de questões refere-se à presença do Estado em diversas atividades da economia. Em um estudo sobre tal temática, no início da década de 90, Maílson da Nóbrega (1992) constatou uma tendência dos cidadãos entrevistados a avaliar negativamente a gestão do Estado em diversas atividades, além de aceitar as privatizações como alternativa para a melhoria de determinados serviços. Porém, tal percepção “liberal” convive com a necessidade de que o Estado regule especificamente os preços dos produtos oferecidos pela empresa. Ou seja, segundo os dados analisados por Nóbrega, há, no início da nova experiência democrática brasileira, um

posicionamento ambíguo em relação à atividade do Estado na economia. É possível verificar algum traço distintivo dos evangélicos em relação a tal importante temática?

A Tabela 14 reúne itens que buscam medir a posição dos eleitores quanto a posturas de intervenção do estado em atividades econômicas. Também serão incluídas questões que lidam diretamente com o protecionismo que um Estado possa vir a ter em relação ao mercado interno, o que indicaria uma forma específica de intervenção em atividades econômicas. Como no conjunto de questões anteriores, para facilitar a visualização, foram agregados dois pontos da escala (concordo muito e um pouco) em apenas um (concordo). Os dados apontam, de um modo geral, que o controle, tanto de preços quanto de serviços, é uma iniciativa aceita por grande parte dos entrevistados em todos os segmentos (89% entre os pentecostais, 87% entre o total dos evangélicos, 86% entre os católicos e 78% entre os “sem religião”). “O governo deve socorrer as empresas quando essas se encontram em dificuldade”, é outro item com que grande parte dos eleitores concorda: 86% entre os pentecostais, 82% do total dos evangélicos, 79% entre os católicos, 70% entre os “sem religião” e 78% no total dos entrevistados.

O que é importante explorar é a diferenciação dos evangélicos com os demais grupos contidos na tabela. Como fica evidente, há poucas diferenças quando os comparamos com os católicos e com o total dos entrevistados. As maiores diferenças estão nos itens “socorrer as empresas em dificuldades” (83% entre os evangélicos e 79% entre os católicos) e “definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil” (50% entre os evangélicos e 56% entre os católicos). Entretanto, as diferenças entre os percentuais pouco ultrapassam seis pontos, mesmo quando comparamos com o total dos entrevistados. Ou seja, os percentuais de ambos os grupos religiosos variam de acordo com o posicionamento do conjunto total dos eleitores, não existindo significativas distinções. Como nos temas anteriores, há uma sensível diferença dos eleitores “sem religião”. Novamente, mesmo sem uma polarização, os eleitores que declaram não ter nenhuma religião se destacaram, posicionando-se mais contrários a posturas intervencionistas do Estado (a média de seus percentuais é aproximadamente 48%, contra 63% dos pentecostais, 60% do total dos evangélicos e 60% dos católicos).



**Tabela 14 - Itens de Estatismo/Protecionismo e Filiação Religiosa dos Eleitores (%)**

<b>O Governo deve: (Concorda Muito/Pouco)</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Controlar o preço de todos os serviços básicos, como, por exemplo, do transporte.</b>	89,0	87,1	86,5	79,7	85,6
<b>Socorrer as empresas em dificuldades</b>	85,9	81,8	78,8	70,1	78,4
<b>Controlar os preços de todos os produtos produzidos no Brasil</b>	81,8	77,4	76,6	61,9	74,9
<b>Dificultar mais a entrada de produtos estrangeiros no Brasil</b>	74,4	72,3	74,0	64,2	72
<b>Proibir que estrangeiros comprem terras no Brasil</b>	55,9	52,7	50,5	35,6	49
<b>Proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil.</b>	53,8	51,3	48,1	32,5	46,2
<b>Definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil</b>	54,5	51,8	56,2	39,3	53,1
<b>Dizer tudo o que as empresas têm que fazer, como, por exemplo, quantos banheiros ela deve ter.</b>	50,8	47,2	49,3	30,0	46,4
<b>Sempre obrigar todas as empresas estrangeiras a irem embora do Brasil</b>	22,5	19,3	23,1	16,4	21,1
<b>Média Percentual</b>	<b>63,2</b>	<b>60,1</b>	<b>60,3</b>	<b>47,7</b>	<b>58,5</b>

Fonte: ESEB - 2002

Como foi feito em relação ao conjunto de questões anteriores, foi construído um índice em que foram reunidas as questões exploradas na tabela anterior. A partir da soma, foram agregados os resultados em uma escala de três pontos (liberal, moderado e estatista). Quando nos atentamos para a distribuição da quinta coluna (total) da Tabela 15, constatamos um pequeno percentual dos eleitores que defende uma postura menos intervencionista do governo (13%). Apesar da postura “estatista” ter um alto percentual (39%), é majoritária a moderação em relação a tal tema (48%). Os evangélicos possuem uma distribuição próxima do total dos entrevistados, com um percentual mais elevado no ponto “moderado” da escala (52%). Como foi constatado na tabela anterior, os “sem religião” apresentam as maiores diferenças, com 28% que preferem medidas liberais, contra 8% entre os evangélicos e 4% entre os católicos. Assim, mesmo a maioria caracterizando-se pela moderação, os eleitores religiosos (católicos e evangélicos) tendem a ser mais estatistas que os não religiosos.

**Tabela 15 - Índice de Estatismo/Protecionismo\* e Filiação Religiosa dos Eleitores(%)**

	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Liberal</b>	8,1	3,9	11,0	27,9	12,9
<b>Moderado</b>	51,9	52,1	45,9	51,7	47,8
<b>Estatista</b>	40,0	44,0	43,1	20,4	39,3
<b>Total= 100%</b>	377	253	1542	168	2224

\* Cornbach Alfa: 0,685

Fonte: ESEB – 2002

A Tabela 16 mostra os resultados com a inclusão da “frequência a cultos”, para precisarmos melhor os grupos religiosos. Com exceção daqueles de baixa frequência a cultos, os evangélicos, novamente, pouco se diferenciam em relação aos demais. Quando se controla por tal variável, espera-se que exista uma maior diferenciação à medida que aumenta seu valor, o que não ocorre: mesmo entre aqueles de alta frequência a cultos, não há diferenças significativas com os católicos e com os demais eleitores. É curioso notar que a maior diferença em relação aos católicos e ao total de entrevistados se dá no item de pequena frequência a cultos, o que pode ser explicado novamente pela pequena quantidade de casos. Portanto, não se altera o posicionamento em relação à intervenção do Estado na economia e à filiação religiosa quando é incluída a frequência a cultos na análise. É digna de nota a redução de uma postura “liberal” entre os pentecostais, conforme aumenta a frequência a culto, com apenas 3% entre aqueles de alta frequência.

**Tabela 16 – Estatismo/ Protecionismo, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos dos Eleitores (%)**

<b>Frequência a Cultos</b>	<b>Estatismo</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Total</b>
<b>Pequena</b>	<b>Liberal</b>	20,0	14,3	15,8	17,4
	<b>Moderado</b>	50,0	64,3	44,9	49,9
	<b>Estatista</b>	30,0	21,4	39,3	32,7
	<b>Total = 100%</b>	10	28	354	517
<b>Média</b>	<b>Liberal</b>	3,6	9,8	10,4	11,8
	<b>Moderado</b>	50,0	46,3	46,1	47,1
	<b>Estatista</b>	46,4	43,9	43,5	41,2
		100,0	100,0	100	100
	<b>Total= 100%</b>	28	41	635	746
<b>Alta</b>	<b>Liberal</b>	3,3	7,5	9	10,7
	<b>Moderado</b>	52,1	51,0	45,9	47,2
	<b>Estatista</b>	44,7	41,5	45,2	42,2
	<b>Total = 100%</b>	215	306	547	920

Fonte: ESEB -2002

Na Tabela 17, estão contidas as médias e os desvios padrões obtidos do índice derivado da soma já descrita anteriormente (os valores vão de 9 a 45, dos mais “liberais” aos mais “estatistas”). Quando observamos as médias, as conclusões se repetem: 1- há uma tendência de todos os “grupos” a optarem por medidas intervencionistas e protecionistas, embora isto não exista de forma polarizada; 2- não há grandes distinções dos evangélicos, mesmo em relação aos pentecostais, com os católicos, em médias que apresentam poucas diferenças das do total dos entrevistados; 3- os eleitores “sem religião” são aqueles que mais se diferenciam em relação aos demais; 4- o controle por frequência a cultos não traz nenhuma diferenciação em relação aos posicionamentos dos evangélicos com os demais.

Em relação ao desvio padrão, constata-se que os evangélicos (7,2), principalmente os pentecostais (6,8), possuem uma maior concentração na média do que os católicos (7,9) e os “sem religião” (7,6), porém a diferença é pequena. Ao incluir a “frequência a cultos”, a concentração em torno da média pouco se altera, embora existam apenas reduções dos valores à medida que a frequência a cultos aumenta (por exemplo, entre os pentecostais, de 8,9 para 6,7; e entre o total dos evangélicos, de 8,5

para 7,4). Tal crescimento na “coesão” ocorre também entre o total dos eleitores (de 8,2 para 7,6). Assim, com o aumento da frequência a cultos a coesão dos evangélicos se altera, entretanto os valores pouco diferem dos valores do total dos eleitores. Os pentecostais se mostram um grupo mais coeso que os demais, principalmente entre aqueles de alta frequência a cultos, mas com uma diferença de apenas 0,9 em relação ao total dos entrevistados. Logo, segundo os dados relativos ao índice de “estatismo/protecionismo”, é incorreto afirmar que há entre os eleitores evangélicos um vínculo identitário mais elevado e diferenciado, mesmo entre aqueles de alta frequência a cultos.

**Tabela 17 - Estatismo/Protecionismo Médio (9-45) e Filiação Religiosa dos Eleitores**

	Total		Frequência a Cultos					
			Baixa		Média		Alta	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
<b>Evangélicos Pentecostais</b>	31,4	6,8	27,6	8,9	31,6	6,4	31,6	6,7
<b>Evangélicos Total</b>	30,3	7,2	27,2	7,2	30,0	7,2	30,6	7,2
<b>Católicos</b>	30,4	7,9	29,0	8,5	30,8	7,8	31,0	7,4
<b>Sem religião</b>	26,2	7,6	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	29,8	7,9	28,2	8,2	30,3	7,8	30,5	7,6

Fonte: ESEB - 2002

Portanto, os dados oferecidos pelo ESEB nos apontam a inexistência de vínculos distintivos dos evangélicos, quando os comparamos com os católicos e com o total dos entrevistados. *A maior distinção observada nos temas desenvolvidos não foi entre evangélicos e católicos, mas sim entre eleitores cristãos e aqueles que declararam não ter religião.* É importante apontar que tal diferenciação sugere não uma polarização, mas gradações em relação ao posicionamento total dos eleitores. Assim, com base em tais conclusões, há poucos incentivos para um grupo religioso, cujos posicionamentos pouco se distinguem dos demais em relação a dois temas centrais no debate político, se mobilizar para constituir um partido político, uma vez que inexistente uma identidade política distintiva entre os eleitores evangélicos que o justifique.

#### *4. 6. O Comportamento do Eleitor Evangélico nas Eleições Presidenciais de 2002*

Para finalizarmos a análise, é importante investigarmos a influência desempenhada pela escolha religiosa na decisão eleitoral, especificamente, na eleição presidencial de 2002. É interessante notar a escassez de estudos de comportamento eleitoral que se utilizam da variável “religião”, talvez por ela, historicamente, pouco dividir a população brasileira. Devido ao crescimento recente dos evangélicos e de sua inserção na arena política, é curioso que poucos estudos recentes tenham explorado a relação entre religião e voto. Essa parte do capítulo não terá como objetivo direto sanar tal lacuna, mas apenas investigar se há traços distintivos no comportamento dos eleitores que declararam pertencer a alguma igreja evangélica.

Um dos únicos estudos sobre o tema é o de Pierucci e Prandi (1996) sobre as eleições de 1994, quando se constatou uma rejeição dos evangélicos, principalmente dos pentecostais, a Lula (PT) e também a Fernando Henrique (PSDB). Os autores apontam que houve uma maior preferência dos evangélicos por Quéricia (PMDB) e por Esperidião Amim (PPB), em detrimento dos dois principais candidatos da disputa. O comportamento eleitoral dos católicos, em 1994, acompanhou o conjunto total dos eleitores, entretanto, quando são desagregados em subgrupos (carismáticos e CEBs), constatam-se algumas diferenças. Assim os autores concluem: “a distribuição do eleitorado pelas diferentes religiões, sua composição religiosa, acaba afetando de modo considerável a distribuição de votos num determinado momento da campanha e, conseqüentemente, também o resultado das urnas” (Pierucci, Prandi, 1996: 212). Com base nas análises dos autores, é possível afirmar que, em 1994, o comportamento dos eleitores evangélicos se diferenciava dos demais. É possível ver o mesmo fenômeno em 2002, a partir de uma nova base de dados?

Uma singularidade da disputa de 2002 é o fato de haver um candidato que se declarava evangélico e desfrutava de forte aproximação com igrejas, principalmente, pentecostais. Antony Garotinho (PSB) apareceu como um candidato intimamente vinculado ao grupo dos evangélicos, o que tornou 2002 um pleito diferente dos anteriores. Nota-se que tal fato auxilia o presente estudo, porém deve ser explorado com cautela, por não ter se repetido em outros anos, com a presença de um candidato evangélico à presidência da República. Um ponto que merece ser lembrado é o fato de a pesquisa ter sido realizada em um período pós-eleitoral, logo após a vitória de Lula

(PT). Ou seja, os percentuais que serão expostos nas tabelas que se seguem têm o viés da vitória do candidato petista já ter ocorrido.

Como mostram os dados da Tabela 18, o divulgado vínculo de Garotinho com evangélicos teve significativo efeito, pois se constata um alto percentual dos evangélicos que preferem o candidato do PSB (46%), principalmente, entre os pentecostais (53%). Trata-se de uma preferência distintiva que não acompanha os outros grupos que optam majoritariamente por Lula (58% entre os católicos e entre os “sem religião”). Ou seja, *apesar de poucos vínculos em relação às temáticas analisadas anteriormente, os evangélicos mostraram ter significativa unidade e singularidade na escolha eleitoral*. Quando observamos as demais colunas, há uma preferência majoritária pelo candidato petista em todos os “grupos”, acompanhando a tendência do conjunto de entrevistados (53%).

	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Lula (PT)</b>	30,1	33,4	57,6	58,4	53,6
<b>José Serra (PSDB)</b>	12,8	15,6	25,6	14,0	23,5
<b>Garotinho (PSB)</b>	53,2	46,4	5,9	14,3	13,1
<b>Ciro Gomes (PPS)</b>	3,9	4,6	10,9	13,3	9,8
<b>Total = 100%</b>	224	320	1438	126	2004

\* “Branco e nulo” e “não sabe/ não respondeu” foram considerados “missing cases”.

Fonte: ESEB - 2002

É interessante notar que a escolha em Garotinho está altamente associada à frequência a cultos (Tabela 19): 58% entre os pentecostais e 52% entre o total dos evangélicos com alta frequência a cultos optaram por Garotinho; valores que muito diferem quando comparamos com aqueles de baixa frequência, 14% entre os pentecostais e 18% no total dos evangélicos. Portanto, o candidato do PSB tem maior adesão apenas dos evangélicos praticantes: *a frequência a cultos, ineficaz para segmentar os evangélicos nos temas explorados, mostra-se um importante preditor do voto em Garotinho*. Em relação aos demais grupos, essa variável tem pouco efeito. Mesmo com pequeno número de casos, é possível concluir que o candidato do PSB parece ter conseguido mobilizar apenas os evangélicos praticantes, uma vez que aqueles de baixa frequência a cultos manifestaram preferência por Lula (PT).

**Tabela 19 - Intenção de voto no 1º turno em 2002, Filiação Religiosa e Frequência a Cultos (%)**

<b>Frequência a Cultos</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélico Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Total</b>
<b>Pequena</b>	<b>Lula (PT)</b>	85,7	66,7	57,3	56,8
	<b>José Serra (PSDB)</b>	0,0	5,6	22,9	21,4
	<b>Ciro Gomes (PPS)</b>	0,0	11,1	12,8	12,8
	<b>Garotinho (PSB)</b>	14,3	16,7	7,0	9,0
	<b>Total = 100%</b>	7	18	328	454
<b>Média</b>	<b>Lula (PT)</b>	60,9	61,8	58,9	59,2
	<b>José Serra (PSDB)</b>	13,0	17,6	25,6	24,9
	<b>Ciro Gomes (PPS)</b>	0,0	0,0	9,4	9,1
	<b>Garotinho (PSB)</b>	26,1	20,6	6,1	6,9
	<b>Total = 100%</b>	23	34	577	671
<b>Alta</b>	<b>Lula (PT)</b>	24,2	27,7	56,2	47,1
	<b>José Serra (PSDB)</b>	13,4	16,1	27,3	23,9
	<b>Ciro Gomes (PPS)</b>	4,6	4,5	5,1	8,6
	<b>Garotinho (PSB)</b>	57,7	51,7	11,4	20,4
	<b>Total = 100%</b>	100,0	100,0	100,0	100,0
	<b>Total = 100%</b>	194	267	527	852

Fonte: ESEB-2002

É importante investigar como tal grupo declara sua escolha eleitoral em uma situação sem um candidato evangélico, como no segundo turno das eleições do mesmo ano, em que ficaram na disputa Lula (PT) e José Serra (PSDB). A Tabela 20 mostra que o comportamento distinto e relativamente coeso dos evangélicos ficou restrito à escolha no 1º turno, pois volta a se constatar uma indistinção dos percentuais com os dos demais grupos. Há apenas uma maior preferência por Serra (37% dos pentecostais e 36,5% do total dos evangélicos, contra 30% dos católicos e 31% entre o total dos entrevistados), entretanto é uma diferença pequena, insuficiente para atribuir singularidade à escolha eleitoral dos evangélicos no segundo turno de 2002.

**Tabela 20 - Intenção de voto no 2º turno em 2002 e Filiação Religiosa (%)**

	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Lula (PT)</b>	63,0	63,5	69,5	78,5	68,6
<b>José Serra (PSDB)</b>	37,0	36,5	30,5	21,5	31,4
<b>Total = 100%</b>	215	315	1426	124	1984

Fonte: ESEB - 2002

A freqüência a cultos, que no 1º Turno teve grande importância, passa a não alterar os dados de maneira significativa (Tabela 21). Embora, entre os evangélicos, seja baixo o número de casos da freqüência a cultos “pequena” e “média”, nota-se um movimento de redução do apoio a Lula à medida que a freqüência a cultos aumenta: de 87,5% entre os pentecostais e entre o total dos evangélicos, para aproximadamente 61%. Todavia, mesmo entre aqueles de alta freqüência a cultos, há uma semelhança muito grande com a preferência dos outros grupos e com o total dos eleitores.

**Tabela 21 - Intenção de voto no 2º turno em 2002, Filiação Religiosa e Freqüência a Cultos (%)**

<b>Freqüência a Cultos</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Católicos</b>	<b>Total</b>
<b>Pequena</b>	<b>Lula (PT)</b>	87,5	87,0	69,2	71,3
	<b>Serra (PSDB)</b>	12,5	13,0	30,8	28,7
	<b>Total = 100%</b>	8	23	325	457
<b>Média</b>	<b>Lula (PT)</b>	72,7	67,6	71,2	70,4
	<b>Serra (PSDB)</b>	27,3	32,4	28,8	29,6
	<b>Total = 100%</b>	22	34	579	670
<b>Alta</b>	<b>Lula (PT)</b>	60,5	60,9	67,9	65,2
	<b>Serra (PSDB)</b>	39,5	39,1	32,1	34,8
	<b>Total = 100%</b>	185	258	514	828

Fonte: ESEB - 2002

É interessante explorar um pouco do comportamento dos evangélicos nas eleições de 2006, quando não havia um candidato que se associava a esse grupo religioso, embora vários candidatos tenham trabalhado para conquistar o voto desse



segmento. Dados de uma pesquisa realizada no mês de setembro de 2006<sup>82</sup> são apresentados na Tabela 22, em que fica evidente a ausência de qualquer traço distintivo no comportamento eleitoral dos evangélicos: há uma elevada preferência por Lula (52%), o que também se constata nos demais grupos. Um ponto interessante é o percentual maior de apoio a Heloisa Helena (14%)<sup>83</sup>, quando os comparamos com os católicos (7%) e com o total dos entrevistados (9%).

Em relação à simulação de 2º turno entre os dois principais candidatos na disputa, Lula (PT) e Alckmin (PSDB), o mesmo padrão ocorre: a decisão dos eleitores varia independentemente de sua filiação religiosa. Há uma menor preferência pelo candidato petista entre os evangélicos em relação aos católicos, mas a diferença não passa de três pontos percentuais. Assim, o comportamento eleitoral dos evangélicos, surpreendentemente distinto no 1º Turno de 2002, não se repete em 2006, em que se verifica que o voto nos candidatos não esteve relacionado com a religião do eleitor.

**Tabela 22 - Intenção de Voto em 2006 e Filiação Religiosa (%)**

<b>1º Turno</b>	<b>Católica</b>	<b>Evangélica</b>	<b>Sem Religião</b>	<b>Total</b>
<b>Lula (PT)</b>	56,7	52,3	55,8	55,6
<b>Alckmin (PSDB)</b>	34,8	33,9	29,0	34,1
<b>Heloísa Helena (PSOL)</b>	7,2	13,6	13,8	9,0
<b>Cristovam Buarque (PDT)</b>	1,3	0,3	1,5	1,3
<b>Total = 100 %</b>	1559	380	120	2141
<b>Simulação 2º Turno</b>				
<b>Lula (PT)</b>	58,5	55,8	55,6	57,8
<b>Alckmin (PSDB)</b>	41,5	44,2	44,4	42,2
<b>Total = 100 %</b>	1609	389	127	2205

Fonte: Consultoria Analítica – 2006

Portanto, quando havia um candidato com estreitos vínculos com os evangélicos, este grupo demonstrou ter um comportamento eleitoral coeso e singular, como no caso do apoio eleitoral ao candidato Antony Garotinho (PSB). Mas é importante destacar que tal unidade foi circunstancial, não se repetindo no 2º turno do mesmo ano e nem nas

<sup>82</sup> A pesquisa foi realizada nos dias 23 ao dia 27 de setembro, com uma amostra de 2400 casos.

<sup>83</sup> Esse ponto é curioso, pois Heloisa Helena (PSOL) aparentava pertencer a alguma igreja evangélica, embora jamais tenha declarado tal ligação. Ou seja, apesar de algumas evidências, é difícil afirmar que havia um vínculo claro da candidata com igrejas evangélicas.

eleições presidenciais de 2006. Tais resultados nos levam à seguinte conclusão: embora exista um potencial de votação distinto por parte dos evangélicos, tal padrão não é estável; o que talvez possa ser explicado pela ausência de laços identitários entres eles, em relação às temáticas aqui desenvolvidas.

Antes de finalizar o capítulo, é importante considerar a possibilidade de os evangélicos já desfrutarem de preferências partidárias, o que poderia ser considerado um constrangimento para a criação de um partido que buscasse apoio de tal grupo. Ou seja, em uma situação em que o grupo de eleitores em questão já estivesse fortemente identificado com os partidos tradicionais, a emergência de um partido que o representasse teria custos muito altos. A Tabela 23 contém duas questões que buscam responder a tal indagação. Ao eleitor foi perguntado se havia algum partido que represente a maneira dele pensar. As primeiras linhas da tabela mostram o resultado de tal questão, em que se constata que grande parte dos evangélicos (65% dos pentecostais, 64% do total) afirma não ter nenhum partido político que represente seu modo de pensar. Tal percentual acompanha o do total dos entrevistados (59%), em que se encontra uma baixa identificação dos eleitores brasileiros com os partidos. Quando solicitados a especificar um partido, o percentual de “Não Sabe/ Não Respondeu/ Não se aplica” se eleva para 70,5% entre os pentecostais e 69% para o total dos evangélicos. Portanto, de acordo com tais dados, haveria poucos constrangimentos para a criação de vínculos entre um novo partido e os evangélicos, já que grande parte desses não se sente representada por nenhum partido existente.

<b>Tabela 23 - Partidos Políticos e os Eleitores Evangélicos (%)</b>				
		<b>Evangélicos Pentecostais</b>	<b>Evangélicos Total</b>	<b>Total</b>
<b>Algum partido político representa sua maneira de pensar</b>	<b>Não</b>	65,2	63,8	59,3
	<b>Sim</b>	34,8	36,2	40,7
	<b>Total = 100%</b>	278	413	2379
<b>Partido Político que melhor representa</b>	<b>PT</b>	19,1	22,0	23,1
	<b>PSDB</b>	3,3	3,1	3,7
	<b>PMDB</b>	2,7	2,0	3,8
	<b>PFL</b>	1,7	1,4	2,2
	<b>PRONA</b>	1,0	0,6	0,2
	<b>PTB</b>	0,6	0,6	0,5
	<b>PL</b>	0,6	0,4	0,1
	<b>PDT</b>	0,4	0,2	0,5
	<b>PSDC</b>	0,2	0,2	0,0
	<b>NS/NR/NA</b>	70,5	69,2	64,8
	<b>Total = 100%</b>	288	430	2505

Fonte: ESEB - 2002

Todavia, em todos os temas investigados, não foi possível destacar qualquer traço que distinga os eleitores evangélicos dos demais, o que torna a criação de um novo partido pautado em uma base eleitoral evangélica improvável. É possível afirmar, portanto, que não foram constatados incentivos no plano dos eleitores que justifiquem a constituição de um novo partido político.

Em relação ao comportamento eleitoral dos evangélicos, constatou-se, na eleição presidencial de 2002, a existência de uma majoritária preferência por Antony Garotinho (PSB), o que imprimiu singularidade na escolha eleitoral de tal grupo. Este fenômeno não se repetiu no segundo turno do mesmo ano nem nas eleições presidenciais de 2006. Entretanto, o evento de 2002 nos aponta para uma capacidade de mobilização política importante que talvez ajude a compreender a razão do sucesso evangélico em eleições proporcionais. Devido à constatação da inexistência de uma singularidade pautada nas questões analisadas, é possível inferir que a mobilização eleitoral se move estritamente por questões religiosas, sem vínculo com outras questões, o que torna o padrão de voto singular dos evangélicos circunstancial e pautado exclusivamente no apelo religioso das lideranças. A estabilidade de tal apelo pode ser questionada, pois os eleitores

evangélicos voltam a acompanhar o total dos eleitores, voltam a ter um comportamento similar aos demais, conforme se alteram os candidatos na disputa.

## **CAPÍTULO 5**

### **OS DEPUTADOS ESTADUAIS DE BASE ELEITORAL EVANGÉLICA E SEUS VÍNCULOS IDENTITÁRIOS**

Conforme foi apontado nos capítulos anteriores, a existência de questões identitárias entre as elites muitas vezes independe de sua presença entre os eleitores. Cada um a seu modo, Aldrich e Kalyvas enfatizam a distinção analítica entre lideranças (partidárias ou eclesiais) e o restante da população, sugerindo, inclusive, que os primeiros influenciam os demais na constituição de vínculos políticos em determinadas questões. Entretanto, a similitude entre os dois “planos” não pode ser pressuposta, tal como Lipset e Rokkan abordam, mas sim investigada. Como foi visto no capítulo anterior, os eleitores evangélicos não possuem vínculos identitários claros e distintos, quando comparados com os católicos e com o conjunto dos eleitores nos temas investigados. Porém, resta a questão sobre a elite política que declara representar tal camada da sociedade brasileira. Afinal, a mesma indistinção ocorre entre os “políticos de Cristo”?

A elite política evangélica será abordada a partir dos dados de uma pesquisa com os Deputados Estaduais de 22 Unidades da Federação, coletados no período pré-eleitoral de 2002. Como no capítulo anterior, a leitura dos dados, principalmente na primeira parte, será feita a partir de um duplo movimento analítico: o primeiro tratará de identificar o posicionamento entre os evangélicos, em que serão explorados pontos em comum e divergências apenas entre o grupo de deputados que declarou ter base eleitoral evangélica; o segundo buscará comparar tais posicionamentos com os de outros grupos. É com base na comparação que poderemos observar se comportamentos majoritários entre os evangélicos correspondem a algo singular entre os deputados, ou se obedecem à média geral. Em um primeiro momento, será feita uma comparação dos deputados de base evangélica com os deputados de base católica e com aqueles sem ligação com qualquer religião. Conforme alguns autores sustentam, a identidade dos evangélicos pode ser encontrada, quando os confrontamos com os católicos, ou seja, em oposição à religião majoritária brasileira.

A segunda parte comparativa do capítulo corresponderá a um esforço de imaginar a existência de um “Partido Evangélico” dentro do atual sistema partidário

brasileiro. A proposta desta última parte é observar os limites e critérios para julgarmos se a existência ou não de determinados posicionamentos majoritários são suficientes para tirarmos conclusões acerca da possibilidade de constituição de um partido. Logo, verificar a magnitude das distinções necessárias para a constituição de um partido político no Brasil será o objetivo da etapa empírica que finaliza a análise em relação aos deputados estaduais brasileiros.

### 5.1. Considerações Preliminares

Algumas informações preliminares sobre o material que será utilizado são necessárias. Os dados foram coletados no final da legislatura 1999-2003, no período pré-eleitoral de 2002 e são frutos de um amplo projeto de pesquisa, que buscava explorar características dos partidos brasileiros através do estudo dos deputados estaduais de todo Brasil<sup>84</sup>. Sendo assim, o material empírico que será utilizado não foi coletado exclusivamente para os propósitos da presente dissertação, entretanto, por ser um conjunto de dados único sobre os deputados e ter muitas medidas adequadas, foi escolhido para possibilitar a análise da “elite política evangélica”.

Os “deputados estaduais evangélicos” serão identificados a partir da seguinte questão: “Do ponto de vista dos setores da sociedade, seus eleitores são provenientes de grupos religiosos? Quais?”. Trata-se de uma questão aberta em que o deputado especifica um grupo religioso, sem o estímulo do questionário. Portanto, todas as categorias apresentadas nas tabelas seguintes foram construídas *a posteriori*, no decorrer da análise.

A Tabela 24 nos mostra uma simples frequência das respostas obtidas pela questão descrita no parágrafo anterior. Uma importante ressalva é o fato de a pergunta em questão ser de múltipla resposta, ou seja, o entrevistado pode escolher mais de um grupo religioso como parte de sua base de votação. Por isto, o número de respostas (808) não corresponde ao número de entrevistados (770). Trata-se de um ponto que nos oferece alguns problemas, porém, infelizmente, alguns entraves analíticos terão de ser ignorados para possibilitar a análise. Quando observamos o percentual em relação ao total de respostas (Coluna 2), uma primeira observação a ser feita refere-se ao fato de

---

<sup>84</sup> Fez parte do Projeto Temático “Partidos e Representação Política”, coordenado pela Profa. Maria D’Alva G. Kinzo (DCP-USP). O questionário foi aplicado entre os meses de setembro de 2001 e junho de 2002, em que foram feitas 770 entrevistas, 70% do total dos deputados estaduais brasileiros, abrangendo todas as regiões brasileiras.

estarmos lidando com um fenômeno minoritário, embora relevante: aproximadamente 80% dos deputados entrevistados não destacam a existência de qualquer base religiosa. Entre os 20% restantes, há uma superioridade da base evangélica (10,5%), seguida pela católica (8%).

A primeira coluna refere-se ao percentual dos grupos, quando consideramos apenas aqueles que especificaram alguma base eleitoral, aproximadamente 20% do total de entrevistados. De maneira mais clara, constata-se a superioridade daqueles que declaram possuir base eleitoral evangélica (53%), seguido pelos deputados de base católica (40%). Ou seja, os dois “grupos” englobam mais de 90% das respostas conferidas à pergunta. Assim, as duas religiões que protagonizam os dados censitários de filiação religiosa do brasileiro também aparecem como sendo de grande importância para aproximadamente 20% dos deputados. Como pode ser observado, as demais bases religiosas, assim como no capítulo anterior, foram citadas por um pequeno número de deputados, o que inviabiliza qualquer análise a partir delas.

**Tabela 24 - Os Deputados Estaduais e suas Bases Eleitorais Religiosas**

	<b>% Base Religiosa</b>	<b>% Total</b>	<b>Respostas</b>
<b>Evangélica (Pentecostais e Históricos)</b>	53,2	10,5	84
<b>Católica</b>	40,0	8,3	64
<b>Espírita</b>	2,5	0,5	4
<b>Maçom</b>	2,5	0,5	4
<b>Afro-Brasileira</b>	1,3	0,3	2
<b>Budista</b>	0,6	0,1	1
<b>Não Especificou</b>	-	4,7	36
<b>Sem Base Religiosa</b>	-	79,1	609
<b>Total</b>	100,0	100,0	804

Fonte: DCP-USP-2002

É curioso notar a superioridade dos deputados estaduais de base religiosa evangélica em relação aos católicos, contrariando os dados eleitorais e censitários. Como fica claro, a maior quantidade populacional dos católicos não é traduzida nos percentuais apresentados na tabela anterior. Ou seja, mesmo sendo uma religião minoritária no conjunto da população, no mercado eleitoral, há, entre aqueles que afirmaram ter base religiosa, uma superioridade de respostas que localizam nos evangélicos sua base eleitoral. Logo, é possível ver um fenômeno importante a respeito

dos evangélicos: *apesar de ser um grupo minoritário na população, sua identificação como base eleitoral é maior de que com a religião majoritária.*

Assim, devido a pouca presença de outros grupos religiosos, além dos evangélicos e católicos, a variável utilizada no presente capítulo será reduzida a três categorias, além do total de entrevistas, conforme indica a Tabela 25. Como foi salientado, os “católicos” e os deputados sem base religiosa serão analisados apenas na primeira parte do capítulo. A discriminação dos pentecostais, feita no capítulo anterior, não será realizada devido ao fato de eles representarem mais de 90% do total dos evangélicos<sup>85</sup>.

**Tabela 25. “Grupos” de Deputados que serão analisados**

	%	N
<b>Evangélica</b>	10,9	84
<b>Católica</b>	8,3	64
<b>Sem Base Religiosa</b>	79,1	609
<b>Total dos entrevistados</b>	100,0	770

Fonte: DCP-USP - 2002

Devido à pequena quantidade de casos, a análise da influência de variáveis demográficas será inviabilizada, todavia é importante localizarmos os deputados de base religiosa nas regiões do país. Como a Tabela 26 nos mostra, há maior concentração dos deputados de base evangélica (42%) e católica (55%) no Sudeste. Quando comparamos com os católicos, outro ponto a ser enfatizado é a maior dispersão de “deputados evangélicos” que possuem significativa presença no Nordeste (29%) e no Centro-Oeste (12%), aproximando-se mais da distribuição total do que os deputados de base católica. Outra evidência interessante é que a região Sul tem menos deputados de base religiosa.

<sup>85</sup> Os deputados que afirmam ter uma base eleitoral pentecostal representam 92% (78 casos) daqueles de base evangélica.



**Tabela 26 - Distribuição Regional dos Deputados de Bases Religiosa (%)**

	<b>Evangélicos</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Sudeste</b>	41,7	54,7	24,8	27,8
<b>Nordeste</b>	28,6	23,4	32,2	30,5
<b>Centro-Oeste</b>	11,9	6,3	13,5	13,5
<b>Sul</b>	10,7	7,8	20,4	18,2
<b>Norte</b>	7,1	7,8	9,2	10,0
<b>Total = 100%</b>	84	64	609	770

Fonte: DCP - USP - 2002

Em relação às variáveis independentes, serão utilizadas as seguintes, de acordo com a disponibilidade do banco de dados e com as medidas utilizadas no capítulo anterior: 1. auto posicionamento ideológico na escala esquerda-direita e filiação partidária; 2. posicionamento diante de posturas repressivas do Estado; 3. posicionamento em relação a iniciativas do Estado na esfera econômica. Assim como no capítulo anterior, foram privilegiados métodos de análise mais simples (tabelas de contingência, análises de medidas de tendência central e dispersão), pelo fato de estes se mostrarem mais adequados e suficientes para o problema proposto.

Embora tenha limitações, o conjunto de dados utilizado é um interessante instrumento para investigarmos a existência de singularidades entre os deputados de base evangélica, diante de temas que têm norteado o debate público. É possível afirmar que os deputados que se declararam eleitos por evangélicos possuem algum posicionamento em comum, algum traço identitário? Tendo esses deputados uma base eleitoral evangélica, há algum traço que os singulariza frente aos católicos? E quais os parâmetros identitários oferecidos pelo sistema partidário brasileiro? É a partir de tais questões que a análise empírica iniciar-se-á e nela serão realizados cruzamentos com questões e temas correntes na política brasileira.

## 5.2. Comparação I – Evangélicos e Católicos

### A. Auto Posicionamento na Escala Esquerda-Direita

Aos deputados foi feita a seguinte pergunta: “Agora, vamos supor que aqui nesta reta o número 1 corresponda à esquerda e o número 10 à direita. Como o Sr.(a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. Onde é que o Sr.(a) se colocaria?”. Para facilitar a análise, foi feita uma agregação em uma escala de três pontos: do 1 ao 3, corresponderia à Esquerda, do 4 ao 7, ao Centro, e do 8 ao 10 ao espaço da Direita. A última coluna da Tabela 27 nos mostra a frequência da variável obtida no conjunto dos deputados, em que se nota maior presença da auto localização ao “centro” (68%), seguida pela esquerda (22%). Assim, os deputados tendem a se posicionar menos à “direita” do *continuum* ideológico, o que pode ser atribuído à dificuldade de se declararem pertencentes a esse espaço, em um país de tamanha desigualdade social.

Apesar de ser um fenômeno generalizado, constata-se um maior percentual dos “evangélicos” que se posicionam ao centro (76%), quando comparamos, principalmente, com os católicos (62%). Outro dado relevante é o fato de os evangélicos se auto localizarem mais à direita (15,5%) do que os católicos (11%) e também do que os deputados sem base religiosa (8%). Talvez a mais importante constatação, a partir desta tabela, é a pequena presença de “esquerdistas” nos evangélicos. Certamente, o traço distintivo mostrado é a “não-preferência” pela esquerda, pois apenas 8% se auto localizaram à esquerda da escala ideológica, enquanto entre os católicos esse percentual aumenta para 27%. No conjunto dos deputados (22%) e entre aqueles sem base religiosa (23%), a auto localização na esquerda é igualmente distinta da dos evangélicos.

**Tabela 27 – Deputados de Base Eleitoral Religiosa e Auto Posicionamento Ideológico (%)**

	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Direita</b>	15,5	11,1	8,5	9,5
<b>Centro</b>	76,2	61,9	68,4	68,2
<b>Esquerda</b>	8,3	27,0	23,1	22,3
<b>Total=100%</b>	84	64	609	761

Fonte: DCP – USP – 2002

As evidências da tabela anterior se tornam mais claras, quando comparamos a média das auto localizações na escala ideológica (Tabela 28). Novamente, há uma concentração em posições mais centrais da escala (a distribuição média dos grupos oscila entre os valores 4 e 6). Em segundo lugar, a média dos deputados de base eleitoral evangélica (5,6) apresenta uma diferença significativa das demais (4,9 entre os católicos e 4,8 entre aqueles sem base religiosa), com uma auto localização mais próxima ao espaço da direita. Portanto, os dados mostram a preferência por um posicionamento mais “à direita” como uma singularidade dos evangélicos, quando comparados com os católicos, com os não religiosos e com o conjunto dos entrevistados.

Em relação ao desvio padrão, valor que indica a concentração/dispersão dos posicionamentos, observa-se que os evangélicos possuem o menor valor (1,8), o que indica uma maior proximidade dos deputados em torno da média. Os deputados católicos apresentam uma maior dispersão (2,2), mas os valores dos grupos analisados não são contrastantes, com valores próximos ao do total dos deputados entrevistados.

**Tabela 28 - Média do Auto Posicionamento Ideológico e Deputados de Base Eleitoral Religiosa**

<b>Base eleitoral</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Casos</b>
<b>Evangélica</b>	5,6	1,8	84
<b>Católica</b>	4,9	2,2	63
<b>Não religiosa</b>	4,8	1,9	601
<b>Total dos Deputados</b>	4,9	1,9	761

Fonte: DCP- USP -2002

Um outro modo de verificar a presença de uma singularidade ideológica entre os deputados protestantes é através da alocação de seus partidos em uma escala esquerda-direita. Uma das vantagens de tal estratégia é o fato de eliminarmos problemas que a auto classificação traz (como a recusa a se considerar de direita, ou a tendência de se auto localizar em posições centrais). A classificação ideológica do deputado é, assim, feita de maneira indireta, a partir de uma atribuição prévia dos partidos em um espaço ideológico. Utilizando a classificação proposta por Figueiredo e Limongi (1999), os partidos foram organizados da seguinte forma: PT, PSB, PDT, PC do B na Esquerda da escala; PSDB e PMDB no centro e PFL, PP, PTB, PL e PRONA na Direita. Em relação

aos pequenos partidos, PMN, PSD, PRP, PT do B, PTC, PSL, PST, PSC, PAN, PSDC, PRTB, PGT e PHS serão considerados de direita e PPS, PC do B e PV de esquerda<sup>86</sup>.

Os resultados da Tabela 29 apresentam evidências semelhantes aos da anterior; entretanto há grandes diferenças proporcionadas por essa mudança de medida. Em primeiro lugar, a distribuição dos deputados altera-se sensivelmente: há maior dispersão nos três pontos da escala, com uma superioridade moderada nos partidos direitistas. Apesar dessa importante diferença, os padrões encontrados na tabela anterior se confirmam, agora com maior clareza: quando comparados com os católicos e com aqueles sem base religiosa, os deputados evangélicos têm como singularidade uma majoritária adesão a partidos considerados de direita (62%). Outro dado intimamente conectado a esse é a pequena adesão dos evangélicos a partidos de esquerda (17%), quando comparados com outros grupos (37,5% entre os católicos e 27% entre os deputados sem base eleitoral religiosa) e com o conjunto dos entrevistados (27%).

**Tabela 29 - Filiação Partidária\* e Deputados de Base Eleitoral Religiosa (%)**

<b>Partidos</b>	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Direita</b>	61,9	46,9	38,8	41,3
<b>Centro</b>	21,4	15,6	34,5	31,9
<b>Esquerda</b>	16,7	37,5	26,8	26,8
<b>Casos =100%</b>	84	64	609	761

\*A pergunta escolhida refere-se à filiação partidária atual, não àquela pela qual o parlamentar foi eleito.

Fonte: DCP-USP 2002

Ainda em relação à escala esquerda-direita, é possível verificar como os deputados localizam seu próprio partido nela. De acordo com a Tabela 30, constata-se que os evangélicos do PSDB (7,6), do PMDB (6,6), do PSB (4,5) e do PDT (3,4) tendem a localizar seus partidos mais à direita que os demais grupos e o conjunto total dos entrevistados. É interessante destacar a magnitude da diferença em relação aos deputados do PSDB: enquanto sua localização média na escala esquerda-direita é de 4,0 entre os católicos, 5,7 entre os deputados sem base religiosa e 5,8 do conjunto total dos deputados, quando observamos os de base evangélica, seu valor se eleva para 7,6. Logo,

<sup>86</sup> Tal é a classificação utilizada por Kinzo (2007), embora os pequenos partidos alocados à direita do espaço ideológico tenham sido denominados pela autora de “pequenos partidos de centro e de direita”.

é possível identificar uma tendência dos deputados evangélicos a localizarem seus próprios partidos à direita na escala ideológica, o que se confirma quando calculamos a média geral (5,3). Entretanto, as diferenças com os demais grupos e com o conjunto total dos entrevistados são reduzidas, principalmente, em relação aos deputados sem base religiosa (5,1) e ao conjunto total dos entrevistados (5,0). Outro ponto que pode ser constatado é o fato de a distinção ser mais acentuada com os católicos (4,9).

**Tabela 30 - Localização Ideológica à Direita (0-10) do Próprio Partido e Deputados de Base Eleitoral Religiosa**

Partido	Evangélica		Católica		Sem Religião		Total	
	Média	Casos	Média	Casos	Média	Casos	Média	Casos
PT	2,3	3	2,6	14	2,7	55	2,7	74
PSB	3,4	8	3,0	1	2,6	32	2,8	44
PDT	4,5	2	2,5	4	3,3	38	3,2	45
PL	4,9	9	5,0	4	5,9	22	5,3	35
PTB	5,1	10	5,5	4	5,7	39	5,6	52
PMDB	6,6	13	7,0	8	5,5	104	5,6	122
PSDB	7,6	5	4,0	2	5,7	104	5,8	120
PPB	5,4	8	6,4	9	6,8	56	6,7	74
PFL	7,7	14	8,2	6	7,5	84	7,6	104
<b>Média Geral</b>	<b>5,3</b>		<b>4,9</b>		<b>5,1</b>		<b>5,0</b>	

Obs. Apenas os partidos mais tradicionais com presença de deputados de base protestante foram incluídos na tabela.

Fonte: DCP-USP- 2002

Embora insuficiente para considerações conclusivas, a escala esquerda-direita nos aponta para um quadro que nos sugere ressalvas em relação à tese de inexistência de uma identidade política entre as elites políticas evangélicas. Em primeiro lugar, tanto a auto localização, quando a atribuição indireta das categorias (através dos partidos) nos sugere a seguinte conclusão: *o espaço político ideológico da direita é preferido pelos deputados de base eleitoral evangélica, principalmente quando mensurado a partir do partido do deputado*. Mesmo com tal tendência, *não há uma nítida diferenciação entre os grupos investigados, pois os percentuais e as médias nos mostram apenas uma leve gradação dos “grupos” em valores muito próximos do padrão observado no conjunto total dos entrevistados*.

### *B. Postura Repressiva do Estado*

Tal como no capítulo anterior, o segundo modo de investigar a existência de singularidades entre os evangélicos, quando confrontados com os católicos e o restante dos deputados, consiste na observação de seus posicionamentos em relação a algumas posturas que o governo poderia tomar em situações de turbulências na vida social, como a violência urbana ou a ação de movimentos sociais. Embora essas duas questões (movimentos sociais e violência) tenham grande diferença, o que está sendo analisado é o posicionamento de como o Estado deve proceder diante de uma situação de instabilidade social.

Como André Singer (2000) sugere em relação aos eleitores, a direita está intimamente ligada à aceitação de posturas repressivas por parte do Estado. Como foi visto, há uma maior inclinação dos deputados de base evangélica a se posicionarem à direita da escala ideológica em relação, principalmente, aos católicos. Assim, é possível constatar também essa tendência quando analisamos os posicionamentos diante de medidas repressivas que o Estado possa vir a tomar? A intenção é menos de questionar a validade da escala ideológica utilizada e mais de adicionar elementos para testar e enriquecer a análise do problema proposto.

Para realizar essa análise, foram reunidos itens que incidem na possibilidade de o Estado restringir a ação de movimentos sociais, particularmente, em demandas relativas à Reforma Agrária: “acredita que o MST não traz nenhum benefício”, “contra a desapropriação de propriedades improdutivas e produtivas para a Reforma Agrária” e “contra o direito de greve irrestrito”. Também foram incluídas questões que buscam medir posicionamento diante de posturas repressivas por parte do Estado para resolver o problema da violência (“combate da violência apenas através de repressão policial”, “adoção da pena de morte”). Como fica evidente, a seguinte escala está sendo proposta: daqueles que defendem uma intervenção repressiva por parte do Estado no combate a turbulências sociais, ao negar e coibir reivindicações, àqueles que defendem uma postura do Estado de apoio a iniciativas populares, lidando com problemas através de reformas sociais.

A Tabela 31 nos mostra um quadro mais complexo do que o apresentado na escala esquerda-direita, em que se verificam poucas distinções entre os grupos analisados. Uma postura mais repressiva do estado no combate à violência e em questões relativas à Reforma Agrária mostrou poucas distinções entre os deputados

evangélicos e os demais. O repúdio à “instituição da pena de morte” é um ponto de concordância entre católicos (12,7%) e evangélicos (13%), distinguindo-os dos deputados sem base religiosa (23%) e mesmo do conjunto total (21%). O item “contra o direito irrestrito de greve” distingue os evangélicos (54%) mais dos católicos (44%) do que do restante dos deputados (57% entre o grupo sem religião e 55% no total dos deputados). Assim, as greves são aceitas por um maior percentual entre os católicos do que entre os evangélicos, entretanto tal questão pouco confere singularidade aos últimos, por não haver diferença com os demais.

Apenas em dois itens há diferenças mais marcantes dos deputados evangélicos com os demais: “atribuição de força de polícia às Forças Armadas” (52%) e “acredita que o MST não traz benefícios” (65%). Tais itens denotam maior apoio à ação repressiva no combate aos problemas de instabilidades sociais e menor aceitação à ação de movimentos sociais, embora tenha sido uma resposta dirigida apenas ao MST. É importante, portanto, salientar a existência de alguns traços que distinguem os evangélicos, apesar de o quadro apresentado ser pouco claro, talvez devido à heterogeneidade dos itens. O que pode ser concluído a partir dessa tabela é que há tendências de maior aceitação a medidas repressivas por parte dos evangélicos, embora a distinção maior se apresente quando confrontados com os católicos, não com o restante dos deputados. Na verdade, como mostra a média dos percentuais, são os católicos (35%) que se distinguem como contrários às medidas sugeridas pela pesquisa.

**Tabela 31 - Itens de Autoritarismo e Deputados de Base Eleitoral Religiosa (%)**

	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Contra a desapropriação de propriedades produtivas para a Reforma Agrária</b>	84,5	81,3	90,8	89,9
<b>Acredita que o MST não traz nenhum benefício</b>	65,1	46,9	54,4	54,3
<b>Contra o direito de greve irrestrito</b>	53,6	43,8	57,0	55,0
<b>Favorável a atribuição de força de polícia às Forças Armadas</b>	52,4	37,5	37,8	39,2
<b>Favorável ao uso apenas de medidas de repressão para combater a violência</b>	16,7	18,8	18,6	18,6
<b>Favorável à instituição da pena de morte</b>	13,3	12,7	23,4	21,0
<b>Contra a desapropriação de propriedades improdutivas para a Reforma Agrária</b>	6,1	3,2	4,7	4,4
<b>Média dos Percentuais</b>	<b>41,7</b>	<b>34,9</b>	<b>41,0</b>	<b>40,3</b>

Fonte: DCP -USP – 2002

Para simplificar a análise, foram agregados os itens anteriores e foi construído um único índice, a partir do qual dois procedimentos foram adotados: o primeiro foi a agregação do índice criado em uma escala de 3 pontos; o segundo consistiu na obtenção das médias alcançadas pelos “grupos”. Em relação ao primeiro, a Tabela 32 nos apresenta o cruzamento do índice com as bases religiosas dos deputados. Em primeiro lugar, é possível destacar a existência de um posicionamento mais “progressista” por parte dos evangélicos (41% contra 31% dos autoritários), porém é importante destacar a inexistência de um relativo consenso, de uma postura majoritária acentuada. Quando comparados com os outros grupos, nota-se que esse traço se repete, ou seja, há uma tendência de todos os deputados defenderem medidas mais progressistas. Como fica evidente, o padrão encontrado na tabela anterior se repete: há distinção maior entre os evangélicos e os católicos do que com o restante dos deputados. Ou mais precisamente, se há um grupo que tem se diferenciado é o dos católicos que tem tendência a um menor autoritarismo. Os deputados de base eleitoral evangélica, portanto, tendem a apoiar mais medidas repressivas por parte do Estado no combate a instabilidades sociais, em comparação com os católicos; todavia este não se trata de um traço exclusivo dos “evangélicos”, pois o mesmo padrão é encontrado no restante dos entrevistados. Porém



é preciso enfatizar que é majoritária em todos os “grupos”, uma postura mais “progressista” dos deputados, alterando-se apenas sua magnitude.

**Tabela 32- Índice de Autoritarismo e Deputados de Base Eleitoral Religiosa (%)**

	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Autoritário</b>	31,3	22,9	34,8	32,6
<b>Moderado</b>	27,5	22,9	23,1	24,3
<b>Progressista</b>	41,3	54,1	42,0	43,1
<b>Total = 100%</b>	80	61	571	724

\*Cronbach Alpha: 0,562.  
Fonte: DCP- USP - 2002

A Tabela 33 nos mostra a comparação do posicionamento médio entre os grupos de parlamentares. Com a soma dos itens destacados na Tabela 31, foi obtido um índice de 8 pontos, e a próxima tabela refere-se à média do posicionamento dos deputados em tal índice. A similitude dos evangélicos (4,2) com o restante dos deputados fica mais clara (4,2); há apenas uma diferença com os deputados católicos (4,6), mas ela não é acentuada, não constituindo, por isso, uma polarização quanto a este item, apenas uma leve gradação. De um modo geral, os dois grupos de base religiosa se concentram na posição central da escala, com uma tendência maior dos evangélicos a apoiarem medidas repressivas. Em relação ao desvio padrão, há uma maior concentração dos valores dos evangélicos em torno da média (1,3), porém a diferença é ínfima em relação aos demais grupos (1,4 entre os católicos, 1,5 entre os “sem religião” e 1,4 no total dos entrevistados).

**Tabela 33 - Média do Índice de Autoritarismo (0-8) e Deputados de Base Eleitoral Religiosa**

<b>Base Religiosa</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<b>Evangélica</b>	4,2	1,3
<b>Católica</b>	4,6	1,4
<b>Não Religiosa</b>	4,2	1,5
<b>Total dos Deputados</b>	4,2	1,4

Fonte: DCP-USP - 2002

Portanto, como os dados indicam, não é possível encontrar posições opostas entre os grupos investigados. Os evangélicos apresentam uma tendência semelhante à do conjunto total dos deputados. Na verdade, o grupo que mais se mostrou distinto dos demais é o dos deputados de base eleitoral católica que tem uma posição mais acentuada contra “medidas autoritárias”.

### *C. Intervenção Estatal na Economia*

O segundo conjunto de questões que será testado refere-se à postura do Estado em atividades econômicas, assim como no capítulo anterior. Novamente, há uma heterogeneidade entre os itens reunidos, incidindo em uma gama de temas centrais no debate político brasileiro. O protecionismo econômico e a presença do Estado na economia nacional serão os dois temas explorados, que podem ser unidos no grau de liberdade conferido a instituições e relações na esfera econômica. Tratam-se de temas de grande importância na vida política brasileira, por possuírem enorme centralidade nos debates acerca do neoliberalismo e da formação dos blocos comerciais internacionais. Uma ilustração da relevância de tal temática refere-se à constatação de Kinzo (1993) de uma significativa distinção dos deputados estaduais no final dos anos 90 no que cerne a estes temas (nacionalismo, estatismo)<sup>87</sup>.

A Tabela 34 nos mostra o cruzamento das medidas escolhidas com a variável dependente, em que se constata, como na parte anterior, um padrão pouco claro. De qualquer modo, a tendência anterior se destaca: as distinções dos evangélicos com os católicos são mais acentuadas do que com o restante dos entrevistados. Por exemplo, a posição contrária ao “fim da estabilidade dos funcionários públicos” é uma opinião compartilhada por 58% dos evangélicos, por 57% dos sem base religiosa e por 59% do total dos deputados entrevistados. Já entre os católicos o percentual se eleva a 70%. O mesmo ocorre em relação ao item “desregulamentação de mercado”, em que há uma diferença de 17,5 pontos percentuais entre os evangélicos e os católicos. Há itens que proporcionam pouca diferenciação entre os “grupos”, entretanto é possível constatar o seguinte padrão segundo a média dos percentuais: os deputados de base evangélica (61%) tendem a aceitar mais medidas “liberalizantes” do que os católicos (69%), porém

---

<sup>87</sup> Embora sua análise sobre a legislatura de 1999-2002 não tenha chegado à mesma conclusão (Kinzo, 2007).

não há qualquer traço distintivo dos primeiros com os deputados sem base religiosa (61%) e com o total dos entrevistados (62%). Ou seja, novamente, se há um grupo que se diferencia, este é o dos católicos, embora não seja uma diferença acentuada.

**Tabela 34 - Itens de Estatismo e Protecionismo Econômico e Deputados de Base Eleitoral Religiosa (%)**

<b><u>Contrários</u> às seguintes medidas:</b>	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Postura dependente do Brasil</b>	84,3	88,9	76,2	78,4
<b>Privatização da Petrobrás</b>	79,5	90,5	80,8	81,1
<b>Privatização de Empresas Estatais</b>	73,8	77,8	75,3	75,4
<b>Fim da Estabilidade dos Funcionários Públicos</b>	58,3	71,0	57,0	59,0
<b>Desregulamentação do Mercado de trabalho</b>	52,5	70,0	59,3	59,6
<b>Banco Central em Instituição Independente</b>	51,2	50,8	49,0	48,9
<b>Integração à ALCA</b>	46,3	55,0	52,1	51,9
<b>Integração à economia internacional</b>	42,2	49,2	40,8	41,6
<b>Média dos Percentuais</b>	<b>61,0</b>	<b>69,1</b>	<b>61,3</b>	<b>62,0</b>

Fonte: DCP-USP – 2002

Como no conjunto de questões anteriores, foi realizada uma agregação dos itens apontados em um único índice. Em um movimento de investigação idêntico ao de muitas passagens abordadas, a análise dirigir-se-á, primeiramente, a um cruzamento a partir de uma agregação em uma escala de 3 pontos. Em seguida, uma comparação de médias será feita, com o propósito de ter, de maneira mais precisa, a magnitude das distinções.

Conforme a Tabela 35 nos mostra, há uma concentração dos deputados (coluna 4) no primeiro ponto da escala (60%), ou seja, mais da metade dos deputados entrevistados possui um posicionamento favorável a uma intervenção estatal na regulação do mercado. Os evangélicos têm uma postura que acompanha esse padrão, porém há menor tendência a apoiar uma acentuada intervenção estatal na economia (57%). Como na tabela anterior, há diferenciação maior entre os evangélicos e os católicos, do que entre todos os deputados entrevistados. Como fica evidente, os católicos são mais “estatistas” que os demais, apesar deste traço ser majoritário em todos os “grupos”.

**Tabela 35 - Índice de Estatismo e Protecionismo Econômico  
\* e Deputados de Base Eleitoral Religiosa (%)**

	<b>Evangélica</b>	<b>Católica</b>	<b>Não Religiosa</b>	<b>Total dos Deputados</b>
<b>Estatismo</b>	56,6	66,7	58,1	58,8
<b>Moderado</b>	32,9	25,9	28,3	28,8
<b>Liberalismo</b>	10,5	7,4	13,6	12,4
<b>Total=100%</b>	76	54	532	670

\*Cronbach Alpha: 0,656

Fonte: DCP-USP- 2002

Quando observamos as médias (Tabela 36), em que os valores vão de 0 a 10 (do mais estatista ao mais liberal), o padrão constatado se confirma com maior clareza: os evangélicos (3,2) pouco se diferenciam do total dos deputados (3,0) e daqueles sem base religiosa (3,1), entretanto há uma sensível diferença em relação aos católicos (2,5). A diferenciação com os católicos é mais acentuada do que a encontrada no índice de autoritarismo, porém permanece a constatação de que se trata de uma gradação e não de uma polarização, dentro de um posicionamento majoritário de rejeição a medidas liberalizantes. Em relação ao desvio padrão, novamente, não há diferença dos evangélicos (2,0) com o total dos entrevistados (2,0) e com os deputados sem base religiosa (2,0). É importante notar que a menor concentração dos católicos em torno da média se repete (2,2), demonstrando ser este o grupo menos coeso.

**Tabela 36 - Média do Índice de Estatismo/  
Protecionismo (0-10) e Deputados de Base  
Eleitoral Religiosa**

<b>Base Religiosa</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<b>Evangélica</b>	3,1	2,0
<b>Católica</b>	2,5	2,2
<b>Não Religiosa</b>	3,1	2,0
<b>Total dos Deputados</b>	3,0	2,0

Fonte: DCP-USP- 2002

Como foi visto, o grupo que se mostrou mais singular, em relação às questões de “autoritarismo” e “estatismo”, foi o dos católicos. Provavelmente, a postura mais “estatista”, “protecionista” e “progressista” dos deputados de base religiosa católica pode estar ligada a um maior vínculo deste grupo com movimentos e partidos de

esquerda, principalmente com o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>88</sup>. Diferentemente, os evangélicos que tendem a concordar mais com posturas repressivas do Estado em momentos de instabilidade e a defender medidas de liberalização econômica, podem estar alocados em partidos mais de centro e direita; aspecto que trataremos a seguir.

### 5.3. Comparação II - Posicionamentos dos Deputados e o Sistema Partidário Brasileiro

Como foi visto, com exceção da localização na escala ideológica, os deputados de base eleitoral evangélica apresentam poucas distinções com o restante dos deputados, existindo escassa singularidade identitária entre eles. Antes de finalizar este capítulo e dar mais sustentação a esta conclusão, é importante analisarmos os deputados a partir de seus partidos, a fim de compará-los com os posicionamentos dos deputados estaduais de base evangélica.

A última parte do presente capítulo procurará simular uma situação em que exista um “Partido Evangélico (PE)” no atual sistema partidário brasileiro. Afinal, o espaço político ideológico evangélico, nas dimensões analisadas, já está ocupado por outras forças? Como os partidos têm se distribuído em relação aos temas e qual a magnitude da diferenciação entre eles? A diferenciação de posicionamentos nas questões exploradas importa no sistema partidário brasileiro? Três elementos serão trabalhados empiricamente: 1- localização, por parte dos partidos existentes, dos posicionamentos diante dos temas propostos nas partes anteriores; 2- grau de diferenciação entre os partidos políticos; 3- coesão entre os membros dos partidos políticos em torno dos posicionamentos médios. *Em uma situação hipotética em que o espaço político ideológico identificado já estivesse preenchido e o grau de diferenciação entre os partidos fosse elevado (pois seria necessário o estabelecimento de maiores focos de oposição em relação aos partidos existentes), os incentivos para a constituição de um partido evangélico seria reduzido. É tal hipótese que será investigada na análise empírica que se segue.*

Para realizar tal análise, os deputados de base eleitoral evangélica foram retirados de seus partidos e reunidos no fictício “Partido Evangélico (PE)”, evitando, assim, que os mesmos sejam contados duas vezes. A tabela seguinte (Tabela 37) mostra

---

<sup>88</sup> Embora não esteja incluída uma tabela a respeito dos partidos dos “grupos” de deputados, é importante destacar os partidos mais frequentes entre os católicos: PT (23%), PTB (14%), PMDB (12,5%) e PFL (9%). Assim, há, segundo os dados utilizados, um maior pertencimento dos católicos ao PT.

a distribuição dos deputados no sistema partidário real e no fictício. Note que há poucas diferenças na quantidade de partidos, apesar da eliminação de três pequenos (PSDC, PTN e PRTB). Os outros apenas têm suas bancadas reduzidas, entretanto a ordem de representação dos partidos pouco foi alterada. Certamente, a existência real de um “Partido Evangélico” está sendo superestimada a partir dos dados disponíveis (84), porém trata-se apenas de um exercício que proporcionará uma melhor compreensão da questão aqui analisada. Foram mantidos os micropartidos que contam, inclusive, com apenas um entrevistado, o que torna a média apresentada nas medidas apenas a resposta do único caso explorado. Trata-se de uma limitação justificada por estarmos lidando com um fenômeno de representação de uma minoria religiosa; os pequenos partidos foram mantidos, em um esforço de compreender diferenças nos posicionamentos que possam justificar sua existência.

**Tabela 37 - Tabela Comparativa: Sistema Partidário com e sem Partido Evangélico (PE)**

Partido atual*			Simulação com PE		
Partido	%	N	Partido	%	N
PMDB	16,1	124	PSDB	15,2	117
PSDB	15,8	122	PMDB	14,4	111
PFL	13,9	107	PFL	12,1	93
PT	9,9	76	<b>"PE"</b>	<b>10,9</b>	<b>84</b>
PPB	9,7	75	PT	9,5	73
PTB	6,9	53	PPB	8,7	67
PDT	6,0	46	PDT	5,7	44
PSB	6,0	46	PTB	5,6	43
PL	4,8	37	PSB	4,9	38
PPS	3,0	23	PL	3,5	27
PSL	1,3	10	PPS	3,0	23
PSD	1,3	10	PSL	1,2	9
PST	1,2	9	PC DO B	1,2	9
PC DO B	1,2	9	PSD	1,0	8
PSC	0,6	5	PST	0,9	7
PV	0,5	4	PV	0,5	4
PGT	0,4	3	PSC	0,4	3
PMN	0,3	2	PGT	0,4	3
PT do B	0,3	2	PT do B	0,3	2
PTN	0,1	1	PAN	0,1	1
PAN	0,1	1	PHS	0,1	1
PSDC	0,1	1	PMN	0,1	1
PRTB	0,1	1	PRP	0,1	1
PHS	0,1	1	PTC	0,1	1
PRP	0,1	1	-	-	-
PTC	0,1	1	-	-	-
Total	100	770	Total	100	770

\*A pergunta escolhida refere-se à filiação partidária atual, não àquela pela qual o parlamentar foi eleito.

Fonte: DCP- USP

Quando analisamos a média da questão relativa ao auto posicionamento na escala esquerda/ direita (tabela 38), constatamos uma distribuição interessante dos partidos analisados, em que há distinções significativas entre os extremos da tabela apresentada. Por exemplo, o PT (2,5) apresenta um auto posicionamento ideológico médio de seus deputados, sensivelmente distinto do PFL (6,0). De um modo geral, os valores baixos da escala (esquerda) são citados mais que os valores altos (direita). Embora exista essa concentração, é possível afirmar que os partidos se diferenciam significativamente quando comparamos os maiores com os menores valores obtidos. O fictício “Partido Evangélico” (5,6), a partir da média obtida, localizar-se-ia na posição

“centro-direita” do *continuum* ideológico. Trata-se de um espaço político ocupado por outros sete partidos, entre eles o PSDB (5,6), PTB (5,3) e PL (5,5). Ou seja, a partir dessa constatação, a inexistência do PE estaria justificada, devido ao fato de o espaço político que ele ocuparia já conter outros partidos.

Entretanto, quando examinamos os partidos de maneira mais cuidadosa, comparando-os com seus “iguais”, entre aqueles que se localizam na mesma categoria ideológica, as conclusões mudam. Como se nota, por exemplo, na esquerda, as distinções entre PPS (3,9), PDT (3,9) e PV (4,0) são da mesma magnitude da encontrada entre o fictício “PE” (5,6) e o PL (5,5), o PSC (5,7), o PGT (5,7). Entre as outras categorias ideológicas, a conclusão se repete: na direita, a magnitude das diferenças entre PFL, PT do B, PPB e PST não ultrapassa 0,1. Nas categorias centrais, a indistinção também ocorre: não há distinções significativas que justifiquem a existência de tantos partidos, quando analisamos o auto posicionamento médio dos deputados estaduais.

Os valores dos desvios padrões nos evidenciam que a concentração em torno da média do Partido Evangélico (1,8) é inferior à de partidos como PC do B (0,9), PPS e PT (1,0), porém é equivalente à de outros partidos, como o PL (1,8), o PSDB (1,8) e do PPB (1,9). Ou seja, embora não seja um valor muito reduzido, o desvio padrão dos evangélicos pouco dista do encontrado nos outros partidos, em que se constata um padrão de concentração em torno da média dos posicionamentos muito próximo ao encontrado no fictício “Partido Evangélico”.



**Tabela 38 - Sistema Partidário Hipotético e o Auto-Posicionamento Ideológico**

<b>Categoria (Quartis)</b>	<b>Partido</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Casos</b>
<b>Esquerda</b>	PC do B	1,6	0,9	9
	PT	2,5	1,0	71
	PSB	3,4	1,3	37
	PPS	3,9	1,0	23
	PDT	3,9	1,6	44
	PV	4,0	-	4
<b>Centro - Esquerda</b>	PMDB	4,8	1,4	110
	PAN	5,0	-	1
	PHS	5,0	-	1
	PMN	5,0	-	1
	PTC	5,0	-	1
<b>Centro - Direita</b>	PSDB	5,2	1,8	116
	PTB	5,3	1,8	42
	PSL	5,4	1,0	9
	PL	5,5	1,8	27
	<b>"PE"</b>	<b>5,6</b>	<b>1,8</b>	<b>84</b>
	PSC	5,7	2,1	3
	PGT	5,7	1,2	3
	PSD	5,9	1,1	8
<b>Direita</b>	PFL	6,0	1,4	90
	PT do B	6,0	1,4	2
	PPB	6,0	1,9	67
	PST	6,7	1,9	7
	PRP	7,0	-	1
<b>Total</b>		<b>4,9</b>	<b>1,9</b>	<b>761</b>

Fonte: DCP - USP - 2002

A Tabela 39 nos mostra os posicionamentos médios dos deputados no índice de apoio a medidas repressivas para solucionar instabilidades sociais. Em uma escala de 0 a 8, os mais altos valores correspondem à menor aceitação a essas medidas. Novamente, há distinções significativas entre, por exemplo, o PC do B (61,1) e o PPB (3,2), ou mesmo entre micro partidos, como o PT do B (5,0) e o PRP (2,0). O fictício “Partido Evangélico”, novamente se localizaria no centro da escala, pendendo um pouco mais para o “progressismo”. O valor médio do partido evangélico está próximo ao PMDB e PL, com apenas 0,1 de diferença. Logo, as opiniões dos integrantes deste hipotético partido não diferem das posições dos partidos existentes, o que o torna dispensável sob esta perspectiva.

Entretanto, quando comparamos os partidos com seus “pares”, o mesmo padrão encontrado na tabela anterior se repete, isto é, constata-se a pequena magnitude das diferenças entre muitos partidos. Não se encontram distinções quando observamos a localização média de alguns pequenos partidos, como o PSC, o PSD e o PTC (3,0). Entre os partidos tradicionais, a pequena diferenciação dentro das categorias se repete: PT (6,0) e PC do B (6,1); PL e PMDB (4,1); PFL e PTB (3,7). Todos são exemplos de casos em que a diferenciação é equivalente àquela encontrada no fictício “PE” e nos partidos tradicionais que estão próximos dele. Em relação aos valores do desvio padrão, novamente observa-se que a concentração em torno da média dos evangélicos (1,3) pouco dista de grande parte da encontrada nos partidos tradicionais.

**Tabela 39 - Sistema Partidário Simulado e o Índice de Autoritarismo (0-8)**

<b>Categorias (Quartis)</b>	<b>Partido</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Casos</b>
<b>Autoritário</b>	PRP	2,0	-	1
	PSC	3,0	1,0	3
	PSD	3,0	1,2	8
	PTC	3,0	-	1
<b>Autoritário Moderado</b>	PPB	3,2	1,0	61
	PSL	3,4	1,0	9
	PFL	3,7	1,2	83
	PTB	3,7	1,4	42
	PST	3,7	1,3	7
	PSDB	3,9	1,3	112
<b>Progressista Moderado</b>	PHS	4,0	-	1
	PMN	4,0	-	1
	PL	4,1	1,4	23
	PMDB	4,1	1,3	105
	<b>"PE"</b>	<b>4,2</b>	<b>1,3</b>	<b>80</b>
	PDT	4,4	1,4	43
	PPS	4,6	1,3	20
<b>Progressista</b>	PAN	5,0	-	1
	PGT	5,0	1,2	3
	PV	5,0	0,8	4
	PT do B	5,0	2,8	2
	PSB	5,1	1,3	34
	PT	6,0	0,8	71
	PC DO B	6,1	0,6	9
<b>Total</b>		<b>4,2</b>	<b>1,4</b>	<b>724</b>

Fonte: DCP – USP- 2002

Também em relação ao índice de “Estatismo e Protecionismo Econômico”, que varia de 0 a 10 (tabela 40), o mesmo fenômeno se verifica, com significativas distinções apenas quando comparamos os partidos localizados em pólos opostos, em diferentes categorias, como, por exemplo, o PT que apresenta uma postura estatista acentuada (0,6) e o PFL, que tende mais para a liberalização do mercado (4,3). O fictício “PE” possui uma postura central, mais próxima do liberalismo (3,2). Trata-se de um espaço amplamente ocupado por partidos tradicionais brasileiros, como o PMDB (3,1), o PSDB (3,9), o PTB (3,6), o PPB (3,9). Ou seja, com base nesses dados, é possível compreender a não constituição de um PE, pelo fato de o espaço estar densamente ocupado por outros partidos.

Porém, como nas tabelas anteriores, por esse raciocínio, outros partidos não teriam também sua existência justificada, dada sua proximidade na escala. PT (0,6) e PC do B (0,2), PV (2,8) e PL (2,8), PSDB e PPB (3,9) são exemplos da pequena diferenciação dos partidos brasileiros, em que se constatam gradações tênues semelhantes às do PE e seus “iguais”. O mesmo padrão é encontrado também quando observamos o desvio padrão do fictício “Partido Evangélico” (1,9); embora seja um valor elevado, ele é muito semelhante aos valores encontrados no PFL, PSDB, PTB, PL (1,8).

**Tabela 40 - Sistema Partidário Simulado e o Índice de Estatismo/Protecionismo (0-10)**

<b>Categorias (Quartis)</b>	<b>Partido</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Casos</b>
<b>Estatismo</b>	PC do B	0,2	0,4	9
	PT	0,6	0,6	69
	PHS	1,0	-	1
<b>Estatismo Moderado</b>	PSB	1,4	1,4	30
	PRP	2,0	-	1
	PT do B	2,0	1,4	2
	PPS	2,1	1,1	19
	PDT	2,2	1,6	41
	PGT	2,5	2,1	2
	PV	2,8	2,2	4
	PL	2,8	1,8	22
	PSC	3,0	1,0	3
<b>Liberalismo Moderado</b>	<b>"PE"</b>	<b>3,2</b>	<b>1,9</b>	<b>76</b>
	PMDB	3,1	1,6	96
	PTB	3,6	1,8	38
	PSDB	3,9	1,8	96
	PPB	3,9	1,8	60
	PSL	4,0	1,6	8
	PAN	4,0		1
<b>Liberalismo</b>	PFL	4,2	1,8	83
	PST	4,3	1,8	7
	PSD	4,3	1,1	7
	PMN	5	-	1
	PTC	6	-	1
<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>2,0</b>	<b>677</b>

Fonte: DCP- USP - 2002

Como fica claro nas três medidas utilizadas, a questão identitária tem tido pouca relevância na constituição dos partidos brasileiros, embora existam diferenciações entre os pontos extremos da distribuição. De um modo geral, a fragilidade dos vínculos entre os deputados de base eleitoral evangélica, a pouca singularidade de alguns posicionamentos convivem em um ambiente partidário que possui as mesmas características. Ou seja, embora os vínculos entre os evangélicos não tenham se mostrado diferenciados, há um ambiente de representação partidária em que tal padrão é comum. Assim, o mesmo acontece com a maioria dos partidos brasileiros, o que significa que os parlamentares evangélicos não necessitam de uma organização à parte.

A partir da primeira parte do capítulo, é possível afirmar que inexistiu uma identidade evangélica distintiva entre os deputados, o que justificaria a não criação de um partido pautado exclusivamente nesse grupo. Mas a análise dos dados mostra também que não existem perfis diferenciados para um grande número de partidos. Partidos pequenos compartilham de posições muito próximas dos grandes, o que traz dúvidas sobre o princípio que rege a criação deles. Mesmo entre alguns partidos maiores, há semelhanças em todos os itens, não existindo claras diferenças entre muitos deles. Ou seja, a ausência de traços distintivos não é um privilégio do grupo supra partidário evangélico, mas um padrão que se observa na comparação entre muitos partidos.

É digno de nota que Kinzo (2007), utilizando os mesmos dados, mas a partir de uma análise diferente (focalizando na clivagem socioeconômica), chega a conclusões semelhantes acerca do sistema partidário: “vê-se que a dimensão ideológica ou sócio-econômica constitui-se em fator importante quando se trata de explicar o jogo competitivo que envolve a disputa política no Brasil. No entanto, esta dimensão apenas, mostra-se insuficiente para explicar a elevada pluralidade de partidos, dado que a distância entre alguns é tão ínfima que não os colocaria em posições diferenciadas no espaço ideológico” (Kinzo, 2007: 126).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Ricardo Mariano, “hoje não é mais possível analisar e compreender a democracia brasileira sem levar em consideração a participação dos evangélicos em praticamente todas as eleições, assim como nos partidos políticos, nas frentes parlamentares, nos sindicatos e em diversas associações civis” (Mariano, 2006b: 246). Assim, a presente dissertação procurou compreender um fenômeno que tem tido centralidade no debate sobre a experiência democrática brasileira, bem como a maneira como se configura a relação entre as instituições políticas e o conjunto da sociedade. A preocupação com a representação partidária norteou esta dissertação, que procurou explorar os fatores que levaram os “políticos de Cristo” a não constituírem um partido político. Afinal, por que um “Partido Evangélico” não foi formado, apesar da presença significativa de tal grupo nas últimas eleições? A explicação pode ser encontrada apenas endogenamente no grupo religioso investigado ou em fatores exógenos que merecem ser enfatizados?

O debate foi iniciado com o clássico estudo de Lipset e Rokkan (1990), em que se destacou a relevância das identidades políticas na formação dos partidos políticos europeus, as quais foram geradas a partir de conflitos existentes na sociedade, inseridos em amplas seqüências históricas. Mesmo quando foram analisados estudos que focalizavam as estratégias individuais dos políticos, foi ressaltada também a existência de “princípios”, de “pontos em comum” que, entendida como incentivo para a constituição dos partidos, denota a persistência da importância das identidades nos estudos sobre a origem dos sistemas partidários. Dessa forma, durante todo o desenvolvimento do trabalho, a importância das identidades políticas foi ressaltada como fundamental para a compreensão da representação partidária, sobretudo no que diz respeito ao modo como se constituem os principais veículos de representação em democracias modernas.

Conforme foi analisado no segundo capítulo, os sistemas partidários brasileiros, em contextos democráticos (1946 a 1964; 1985 até os dias de hoje), foram formados a partir de fatores que fogem ao modelo de Lipset e Rokkan. A formação dos partidos brasileiros foi marcada pela forte presença de elites que tiveram importante atuação nos períodos autoritários que precederam as experiências democráticas, sem a ação de setores da população que se encontravam fora do sistema político. De modo geral,

constatou-se a existência de questões distintivas entre as elites apenas circunstanciais que se vinculavam, fundamentalmente, aos períodos de democratização, de construção de instituições. Assim, após os momentos iniciais, os partidos brasileiros passaram a se caracterizar pela ausência de clara diferenciação. Ou seja, os trabalhos analisados nos sugeriram a falta de nítidas “identidades políticas” que pudessem distinguir os partidos entre si, que justificassem a existência de grande parte dos partidos brasileiros. O principal fator atribuído a tal “homogeneidade” reside na estrutura institucional que muito se assemelha em ambos os períodos democráticos e é caracterizada por oferecer poucos constrangimentos para a formação de partidos e por valorizar o político individualmente. Trata-se de uma estrutura institucional que também minou o estabelecimento de vínculos com o conjunto da população, devido aos conflitos que permeiam a vida social brasileira. Para grande parte da literatura, os partidos políticos brasileiros, majoritariamente nascidos “dentro” dos Parlamentos e do Estado, sem nítidas distinções, se caracterizam por conterem frágeis laços com os eleitores.

Mesmo em um ambiente político marcado pela indiferenciação e pela ausência de estreitos laços com o conjunto da sociedade, um grupo de políticos, em praticamente todas as regiões do país, se declara “singular” por pertencer a uma prática religiosa e afirma ter sua sustentação eleitoral nos fiéis de determinadas igrejas. Afinal, como compreender esse fenômeno? Por que a prática dos membros de tal grupo tem sido a dispersão em diversos partidos e não a agregação em um único?

A primeira hipótese suscitada, em que foi analisado o desenvolvimento da relação entre a Igreja Católica hegemônica e o Estado brasileiro (desenvolvida no terceiro capítulo), refere-se à possibilidade de inexistirem condições históricas para que tal fenômeno ocorra. Através de diversos trabalhos que lidaram com tal questão, constatou-se que, a partir da década de 50, tem se estabelecido um contínuo processo de distanciamento entre Igreja Católica e Estado, um fenômeno fundamental, não apenas para o aumento da diversificação religiosa, mas também quando aliado à existência de instituições democráticas, para expressão política de demandas de minorias religiosas. Deste modo, é possível afirmar que condições históricas existiram para a constituição de um partido evangélico, com a emergência de um processo, ainda em curso, de divórcio entre Estado e Igreja Católica, aliado à criação de um ambiente religioso mais plural.

No caso brasileiro, a possibilidade de expressão política de minorias religiosas se concretizou com os evangélicos que têm elegido bancadas supra-partidárias expressivas desde a Constituinte de 1987-88, não apenas no Congresso Nacional, como

também em Assembléias estaduais e em outras instituições políticas. Assim, a questão da inexistência de um partido religioso permaneceu sem resposta quando nos atentamos apenas para o desenvolvimento histórico da relação Igreja/ Estado. Isto nos levou a um ponto decisivo: as identidades políticas, embora sejam influenciadas pelas seqüências históricas, não podem ser pressupostas a partir delas, devendo ser investigadas empiricamente. Dessa forma, os últimos capítulos se orientaram pela investigação da hipótese *da inexistência de uma identidade política entre os evangélicos que justificasse a formação de um partido político*.

Nos capítulos empíricos, a análise foi dirigida para a visualização dos padrões de posicionamentos dos evangélicos que divergissem dos de outros grupos (católicos e “sem religião”) e do total dos entrevistados (eleitores e deputados). Em relação aos eleitores, foi constatado que aqueles que declararam não ter religião alguma se mostraram mais “singulares” do que os demais; entretanto havia apenas uma tendência levemente distinta, sem profundas diferenciações em relação às questões referentes à postura do Estado em ocasiões de contestação e na gestão da economia. Já os eleitores evangélicos não demonstraram ter um posicionamento singular diante dos temas explorados. Logo, no plano do conjunto da sociedade, mais especificamente dos eleitores, *a inexistência de um partido pautado em uma base eleitoral evangélica pôde ser explicada a partir da constatação da ausência de uma identidade política entre os evangélicos*.

É importante destacar a impressionante mobilização eleitoral dos evangélicos no primeiro turno da eleição presidencial de 2002, vale dizer, o apoio deste grupo à candidatura de Garotinho. Porém, tal padrão não se repetiu no segundo turno das eleições do mesmo ano, tampouco na disputa presidencial de 2006, quando os percentuais da intenção de voto dos evangélicos voltaram a se assemelhar aos do restante dos entrevistados. Assim, embora não existam posicionamentos sobre questões sócio-econômicas e políticas que os distingam dos demais eleitores ou de outros grupos religiosos, a base de apoio dos representantes evangélicos mostrou-se mais unida e distinta apenas quando foi claramente mobilizada por um candidato presidencial, parecendo se orientar pela questão estritamente religiosa que, como se viu, depende do momento e das lideranças inseridas na disputa, carecendo de estabilidade.

No quinto capítulo, os posicionamentos dos deputados estaduais de base eleitoral evangélica foram analisados e averiguou-se um padrão semelhante, sem a presença de distinções significativas dos evangélicos em relação aos demais. Ou seja, também entre



as elites, não há uma identidade política evangélica, que seria fundamental em uma iniciativa de influenciar os eleitores na criação de sólidos vínculos políticos. Logo, talvez a ausência de “pontos em comum” distintivos entre eleitores evangélicos possa ser explicada pela sua inexistência também entre seus representantes.

Mas ter pontos em comum “singulares” é importante no sistema partidário brasileiro? Confirmando muitas das conclusões levantadas no segundo capítulo, a análise do posicionamento dos deputados, desagregados a partir de seus partidos, nos mostra que o padrão observado nos evangélicos não difere do encontrado nos partidos brasileiros que se distinguem apenas entre os pontos extremos das escalas investigadas; entre seus “pares” há uma quase equivalência dos posicionamentos, o que dificulta a compreensão da existência de uma alta quantidade de partidos, através do modelo de explicação utilizado em toda a presente dissertação.

A partir das conclusões apontadas, a não constituição de um “Partido Evangélico” continua sem uma explicação clara, pois o fator identitário parece pesar pouco na formação de muitos partidos brasileiros. As considerações feitas no segundo capítulo a respeito do sistema partidário se confirmam com a constatação de escassas e flexíveis distinções entre os partidos. Deste modo, a dispersão de forças no sistema partidário brasileiro pode ser atribuída à existência de um ambiente institucional de poucos incentivos para a agregação de “grupos” em partidos políticos. Assim, algumas respostas poderão ser obtidas quando passamos a lidar com as estratégias dos atores envolvidos na disputa em meio a tal estrutura de oportunidades, embora os parágrafos que se seguem consistam apenas em um esforço de reflexão a partir das conclusões.

No caso dos evangélicos, é possível imaginar que, devido à inexistência de perfis diferenciados, de partidos que se contraponham a eles, de um “fechamento” do espaço político partidário, seus deputados puderam se acomodar facilmente em vários partidos do abundante *menu* oferecido pelo sistema partidário brasileiro. Por outro lado, as lideranças partidárias, ao invés de rechaçar, buscam atrair os “políticos de Cristo” para, assim, conquistarem para sua legenda mais votos de uma parcela significativa e crescente do eleitorado brasileiro. Portanto, é possível visualizar um incentivo às lideranças partidárias para que tal situação permaneça, pois, em tal ambiente, é possível atrair “puxadores de voto” sem grandes constrangimentos identitários, ideológicos, religiosos.

Outro ponto a ser levantado é a respeito da diferenciação dos políticos individuais em um ambiente sem grandes distinções partidárias: a probabilidade de

sucesso de uma candidatura de um evangélico (e mesmo de se distinguir como parlamentar) talvez seja maior se ele for um dos poucos de um partido “laico” ao invés de ser um entre muitos num partido religioso. Ou seja, o político evangélico também desfruta de incentivos de tal estrutura institucional, pois esta permite que ele se diferencie individualmente ao se declarar “evangélico” em um partido “laico”. Assim, trata-se de uma prática que agrada a todos e que contém elevados incentivos para sua manutenção, tanto das lideranças partidárias quanto dos “políticos de Cristo”.

Estas considerações são aspectos que merecem análises mais aprofundadas em trabalhos futuros, mas que não devem ser descartadas. É possível afirmar que permanecem pouco compreendidos os pilares em que se sustenta a representação política no Brasil. Certamente, o presente trabalho deixou muitas lacunas que podem levar ao surgimento de novas reflexões em futuras produções que desejem compreender o sistema político brasileiro a partir de suas singularidades históricas e institucionais, um debate que incide na perspectiva de aperfeiçoamento de nossa democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, John (1995). Why Parties? The Origin and Transformation of Party Politics in America. Chicago: Chicago University Press.

ALMEIDA, Alberto Carlos (2006). Por que Lula? O contexto e as estratégias políticas que explicam a eleição e a crise. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.

ALMEIDA, Ludmila Chaves (2004). PPB: origem e trajetória de um partido de direita no Brasil. Dissertação de mestrado, USP, Departamento de Ciência Política.

ALMOND, Gabriel (1948). “The Christian Parties of Western Europe” in World Politics, Vol. 1, nº1, Outubro.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga (2000). “Conteúdos Ideológicos da Nova Direita do Município de São Paulo: análise de surveys”. Opinião pública, Vol. IV, nº 2.

AMES, Barry (2003). Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter (1990). Identity, Competition, and Electoral Availability: the stabilization of European electorates 1885-1985. New York: Cambridge University Press.

BASTIAN, Jean-Pierre (2001). “La recomposición religiosa de América Latina en la modernidad tardía”. In: BASTIAN, Jean-Pierre (org). La modernidad religiosa: europa latina y la America Latina en perspectiva comparada. México: Fondo de Cultura Economica.

BASTOS, Ana Marta Rodrigues (1997). Católicos e cidadãos: a Igreja e a legislação eleitoral no Império. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

BENEVIDES, Maria Victoria (1989). O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Brasiliense.

BERGER, Peter (1985), O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus.

BOHN, Simone R (2004). “Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral”. *Opinião Publica*, , vol.10, nº. 2.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos (2006). As Revoluções Utópicas dos anos 60: a revolução estudantil e a revolução política na Igreja. São Paulo: Editora 34.

BURITY, Joanildo A. “Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002”. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org) Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Editora Massangana.

BURKE, Edmund (1942). Textos Politicos. México: Fondo de Cultura Económica.

BURKS, R. V (1952). “Catholic Parties in Latin Europe” in The Journal of Modern History, Vol. 24, nº 3.

CAMARGO, Cândido Procópio F. (1973). Católicos protestantes e espíritas. Petrópolis: Vozes.

CAMPOS, Leonildo Silveira (1997). Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. São Paulo: Unesp, 1997

\_\_\_\_\_ (2005). “De Políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil”. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org) Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Editora Massangana.

CARDOSO, Fernando Henrique (1975). “Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política”. In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (org.), Os partidos e as Eleições no Brasil, São Paulo: Cebrap/Paz e Terra.

CARREIRÃO, Yan de Souza (2002). A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora UFSC e Editora FGV.

CARVALHO, José Murilo de (2001). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CHAVES, Mark (1994). “Secularization as Declining Religious Authority” in Social Forces, Vol. 72 nº 03.

CHAVES, Mark; SCHRAEDER; Peter, SPRINDYS, Mario (1994). “State Regulation of Religion and Muslim Religious”, Journal of Politics, Vol. 56, Nº. 4

COX, Gary (1987). The Efficient Secret: the Cabinet development of political parties in Victorian England. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

DAHL, Robert (1997). Poliarquia, São Paulo: Edusp.

DELLA CAVA, Ralph (1975). “Igreja e estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/1964”, Estudos Cebrap. nº 12 Abril/ Junho.

\_\_\_\_\_ (1988). “A Igreja e a Abertura, 1974-1985” in STEPAN, Alfred (orgs.) Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DOWNS, Antony (1999). Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp.

D’EPINAY, Chistian Lavile (1970). O refúgio das massas. Rio de Janeiro: Paz e terra.

DIX, Robert (1989). "Cleavage Structures and Party Systems in Latin America" in Comparative Politics. Vol. 22, No. 1.

DOWNS, Antony (1999). Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp.

DUVERGER, Maurice (1957). Los Partidos Políticos. México: Fondo de Cultura Economica.

ELSTER, Jon (1989). Nuts and Bolts. Cambridge: Cambridge University Press.

EPSTEIN, Leon (1967). "Political Parties in western Democratic Systems". In: ACRIDIS, Roy (eds.) Political parties: contemporary trends and ideas. New York: Harper Torchbooks.

FARIAS, Damião Duque de (1998). Em Defesa da ordem. São Paulo: HUCITEC/ História Social USP.

FAUSTO, Boris (1994). História do Brasil. São Paulo: Edusp

FERNANDES, Rubem César (et. Al) (1998). Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro: MAUAD.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando (1999). Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FINKE, Roger, STARK, Rodney (1998). "Religious Choice and Competition" in American Sociological Review, Vol. 63, N° 05.

FONSECA, Alexandre B. C. da (2002). "Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil: Um estudo sobre evangélicos na política nos anos 90". Tese de Doutorado, Sociologia (USP).

FOX, Jonathan, SANDLER, Shmuel (2005). "Separation of religion and State in the twenty-firts century: comparing the Middle East and Western democracies". Comparative Politics, Vol. 37, nº 03

FRESTON, Paul (1993). Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de Doutorado, sociologia (UNICAMP).

\_\_\_\_\_ (1994). "Breve História do Pentecostalismo Brasileiro". In: ANTONIAZZI, Alberto et. al. (eds) Nem Anjos, Nem Demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2004). Protestant Political Parties: A Global Survey. Londres: Ashgate Publishing.

\_\_\_\_\_ (2006) Religião e Política, Sim. Igreja e Estado, Não. Viçosa: Ultimato.

GIUMBELLI, Emerson (2002). O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França, São Paulo: Attar Editorial.

\_\_\_\_\_ (2003). "O 'baixo espiritismo' e a história dos cultos mediúnicos". Horizontes.Antropológicos Vol.9, Nº.19.

HALL, Peter, TAYLOR, Rosemary (1996). "Political Science and the Three New Institutionalisms" ([http://www.mpifg.de/pu/mpifg\\_dp/dp96-6.pdf](http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp96-6.pdf)).

IANNACCONE, Laurence (1992), "Sacrifice and stigma: reducing free-riding in cults, communes and other collectives". Journal of Political Economy, Vol. 100, Nº. 2.

JIMENEZ, Alfredo Ramos (2001). Los partidos políticos latinoamericanos: um estudo comparativo, Mérida: Universidad de Los Andes.

JACOB, Cesar Romero *et al.* "A diversificação religiosa". Estudos Avançados, Vol. 18, Nº 52.

KALYVAS, Stathis (1996). The Rise of Christian Democracy in Europe. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

\_\_\_\_\_ (2003). “Unsecular Politics and Religious Mobilization: beyond Christian Democratization” in KSELMAN, Thomas, BUTTIGIEG, Joseph (eds.). European Christian Democracy. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

KINZO, Maria D’Alva (1988). Oposição e Autoritarismo – Gênese e trajetória do MDB, São Paulo: IDESP/Vértice

\_\_\_\_\_ (1990). “O quadro partidário e a Constituinte”. In: LAMOUNIER, Bolivar (org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: IDESP

\_\_\_\_\_ (1993). Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. São Paulo: Konrad Adenauer.

\_\_\_\_\_ (2004). “Partidos, eleições e Democracia no Brasil pós 1985”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, nº 54

\_\_\_\_\_ (2007). “Partidos, deputados estaduais e dimensão ideológica”. In: KINZO, Maria D’Alva G., BRAGA, Maria do Socorro (orgs). Eleitores Partidos e Representação política na Democracia Brasileira, São Paulo, Humanitas

KSELMAN, Thomas, BUTTIGIEG, Joseph (2003) (org). European Christian Democracy. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

LAMOUNIER, Bolívar (1988). “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. In: STEPAN, Alfred (org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1989). Partidos e Utopia: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola.



\_\_\_\_\_ (1992). “Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990” In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.), O Brasil e as Reformas Políticas. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

\_\_\_\_\_ (2005). Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium Editora.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELO, Rachel. (1986), Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de (1990). “A feitura da nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo, IDESP.

LAPALOMBARA, Joseph, WEIMER, Myron (1966). “The Origin and Development of Political Parties”. In: LAPALOMBARA, Joseph and WEIMER, Myron (eds.), Political Parties and Political Development, Princeton: Princeton University Press

LAVALLLE, Adrián, HOUTZAGER, Peter, CASTELLO, Graziella (2006). “Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil”. Lua Nova: O futuro da Representação, nº 67.

LAVAREDA, Antônio (1991). A Democracia nas urnas. Rio de Janeiro, Iuperj: Revan.

LEAL, Vitor Nunes (1949). Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega.

LESSA, Renato (2006). Presidencialismo de Animação e outros ensaios sobre a política brasileira (1993-2006). Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

LEVIN, Jack (1987). Estatística aplicada para Ciências Humanas. São Paulo: Habra.

LIJPHART, Arend (2003). Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIMA JR., Olavo Brasil (1983). Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal.

LIPSET, Seymour (1967). O Homem Político. Rio de Janeiro: Zahar.

LIPSET, Seymour. ROKKAN, Stein (1990). “Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments”. In: MAIR, Peter (org). The West European Party System. Oxford: Oxford University Press.

LÖWY, Michael (2000). A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (1977). A presença da igreja no Brasil. São Paulo: Giro.

MACHADO, Maria das Dores Campos (2003). “Existe um estilo evangélico de fazer política?”. In: BIRMAN, Patrícia (org.). Religião e Espaço Público. São Paulo: Attar.

\_\_\_\_\_ (2005). “Evangélicos e as eleições de 2002 no Rio de Janeiro: as disputas pelo poder legislativo em perspectiva”. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org) Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana.

\_\_\_\_\_ (2006). Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MACHADO, Maria das Dores Campos, MARIZ, Cecília Loreto (2004). “Evangélicos e católicos: as articulações da religião com a política”. In: PEREIRA,

Mabel Salgado; SANTOS, Lyndon de A. (org.). Religião e violência em tempos de globalização. São Paulo: Paulinas.

MAINWARING, Scott (1989). Igreja católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_ (1991) "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais" Novos Estudos CEBRAP, nº 29.

\_\_\_\_\_ (2001). Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Mercado Aberto e Editora FGV.

\_\_\_\_\_ (2003). "Party Objectives in authoritarian regimes with elections or fragile democracies: a dual game". In: MAINWARING, Scott, SCULLY, Timoty (2003) (eds.). Christian Democracy in Latin America. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, Scott, MENEGUELO, Rachel, POWER, Timothy (2000). Partidos Conservadores do Brasil no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra.

MAINWARING, Scott, SCULLY, Timoty (2003) (eds.). Christian Democracy in Latin America. Stanford: Stanford University Press.

MARIANO, Ricardo (1999). Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (2001). Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. Tese de Doutorado, Sociologia (USP).

\_\_\_\_\_ (2006b). "A reação dos evangélicos ao Código Civil". Civitas: Revista de Ciências Sociais. PUC- RS, Volume 6, Nº 2.

\_\_\_\_\_ (2006b). “Secularização na argentina, no Brasil e no Uruguai: suas lutas no passado e no presente”. In: ORO, Ari Pedro (org.). Religião e Política no Cone Sul: argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antonio Flávio (1996) “O Envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor”. In: PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. (org). A Realidade social das Religiões no Brasil, São Paulo: HUCITEC.

MARTINS, Carlos Estevam (1975) “O Balanço da campanha”. In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (org.), Os partidos e as Eleições no Brasil, São Paulo: Cebrap/Paz e Terra.

MARX, Karl (2002). O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. São Paulo: Paz e Terra.

MAYHEW, David (1974). Congress: The Electoral Connection. New Heaven: Yale University Press.

MENEGUELO, Rachel (1989). PT: a formação de um partido 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e terra.

MICELLI, Sérgio (1988). A elite eclesiástica brasileira (1890-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MIRANDA, Júlia (2005). “Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in) desejada”. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org) Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana.

MOUFFE, Chantal (2005). “Religião, Democracia Liberal e Cidadania”. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores (org) Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana.

MUHALL, Terry, MORAIS, Jorge Ventura de (1998). “‘Mapeando o Reino’ da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”. BIB, nº 45, Rio de Janeiro: ANPOCS.

NEGRÃO, Lísias Nogueira (1996). Entre a Cruz e a Encruzilhada. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_ (2002). “Nem ‘jardins encantados’, nem ‘clube dos intelectuais desencantados’”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 20, Nº59.

NEUMANN, Sigmund (1965). “En torno a un estudio comparativo de los Partidos Políticos”. In: NEUMANN, S. (ed.), Partidos Políticos Modernos. Madrid: Editorial Tecnos.

NICOLAU, Jairo Marconi (1996). Multipartidarismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_ (1999). Sistemas eleitorais: uma introdução. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_ (2003). “Notas sobre as eleições de 2002 e o sistema partidário brasileiro”. Eleições e Partidos, Cadernos Adenauer, ano IV, n 01. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

NÓBREGA, Maílson (1992). “Presença do Estado na Economia e na Sociedade”. In: LAMOUNIER, Bolívar. Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje. São Paulo: Sumaré.

NUNES, Edson (1997). A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ORO, Ari Pedro (2006). “Religião e Política no Brasil”. In: ORO, Ari Pedro (org.). Religião e Política no Cone Sul: argentina, Brasil e Uruguai. São Paulo: Attar.

PANEBIANCO, Angelo (2005). Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues (1999). Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Edusp.

PEREIRA, Nilo (1970). Conflitos entre a igreja e o estado no Brasil. Recife Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco.

PIERSON, Paul (2004). Politics in Time: History, Institutions and Social Analysis, Princeton e Oxford: Princeton University Press.

PIERUCCI, Antônio Flávio (1996). “Liberdade de culto na sociedade de serviços”. In: PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. (org). A Realidade social das Religiões no Brasil, São Paulo: HUCITEC.

\_\_\_\_\_ (1996b). “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. (org). A Realidade social das Religiões no Brasil, São Paulo: HUCITEC.

\_\_\_\_\_ (2004). “‘Bye bye, Brasil’ – o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000”. Estudos Avançados, Vol. 18, Nº 52.

\_\_\_\_\_ (2004b). “Secularização e declínio do catolicismo” in SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Mauro Sá (org.). Sociologia da religião e Mudança Social. São Paulo: Paulus.

\_\_\_\_\_ (2006). “Cadê nossa diversidade religiosa? – Comentários ao texto de Marcelo Camurça”: In TEIXEIRA, Faustino, MENEZES, Renata (orgs.) As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes.

PIERUCCI, Antonio Flávio; PRANDI, Reginaldo (1996). “Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994”. In PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. (org). A Realidade social das Religiões no Brasil, São Paulo: HUCITEC.

PRANDI, Reginaldo (1996) “Religião paga, conversão e serviço” in PIERUCCI, A. F., PRANDI, R.. A Realidade social das Religiões no Brasil, São Paulo: HUCITEC.

RODRIGUES, Leôncio Martins (1987). Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese.

\_\_\_\_\_ (1990). Partidos e sindicatos. São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_ (2002). Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos deputados. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_ (2006). Mudanças na Classe Política Brasileira. São Paulo: Publifolha.

ROMA, Celso. (1999), A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PDSB, 1988-1998. Dissertação de mestrado, USP, Departamento de Ciência Política.

ROMANO, Roberto (1979). Brasil: Igreja contra Estado, São Paulo: Kairós.

SANCHIS, Pierre (1994). “O repto Pentecostal à cultura católica-brasileira”. In: ANTONIAZZI, Alberto et al (org.). Nem Anjos nem demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2001). “Religiões, religião ... Alguns problemas do sincretismo no campo religioso”. In: SANCHIS, Pierre (orgs.) Fiéis e Cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ.

SANTOS, Wanderley Guilherme (2003). O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ.

SANTOS, André Marenco dos (2003). “Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002”. Eleições e Partidos, Cadernos Adenauer, ano IV, n 01. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SARTORI, Giovanni (1982). Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Brasília, Rio de Janeiro: Editora da UNB/ Zahar.

\_\_\_\_\_ (1990). “The Sociology of Parties: a Critical View”. In: MAIR, Peter (org). The West European Party System. Oxford: Oxford University Press.

SCHATTSCHEIDER, E.E. (1965). “Los Estados unidos: Estructura funcional del Gobierno de Partidos”. In: NEUMANN, S. (ed.), Partidos Politicos Modernos. Madrid: Editorial Tecnos.

SCHMITT, Rogério (2000). Partidos Políticos no Brasil: (1945 - 2000). Rio de Janeiro: Zahar.

SCHLESINGER, Joseph. (1991). Political Parties and The Winning Office. Ann Arbor: Michigan University Press.

SCHUMPETER, Joseph (1975). Capitalism, Socialism and Democracy. New York: Harper Perennial.

SCULLY, Timothy (1995). “Reconstituting Party Politics in Chile”. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. Building Democratic Institutions. Stanford: Stanford University.

SHEPSLE, Keneth, BONCHEK, Mark (1997). Analysing Politics: Rationality, Behaviour and Institutions. New York: Norton.

SINGER, André (2002). Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. São Paulo: Edusp.



SKOCPOL, Theda, SOMERS, Margaret (1980). "The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry". Comparatives Studies in Society and History, Vol. 22, nº 02. Cambridge: Cambridge University Press.

SKOCPOL, Theda, WEIR, Margaret, ORLOFF, Ann S. (1988) "Understanding American Social Politics". In: The Politics of Social Policy in the U. S.. SKOCPOL, T. WEIR, M. ORLOFF, A. (ed.). Princeton: Princeton University Press.

SOARES, Gláucio Ary Dillon (1964). "Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria". In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17.

\_\_\_\_\_ (2001). A Democracia interrompida. Rio de Janeiro: FGV.

SOUZA, Beatriz Muniz de (1969). A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo. São Paulo, Duas Cidades.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1990). Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964, São Paulo: Editora Alfa-Omega.

TAROUCO, Gabriela da Silva (2002). "Fatores do desenvolvimento do Partido da Frente Liberal" In: PINTO, Célia Regina Jardim; SANTOS, André Marengo. Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

VIANNA, Luiz Werneck (1981). "O sistema Partidário e o PDC". In: FLEISCHER, David (org.). Os partidos Políticos no Brasil. Vol. 1. Brasília: Editora UNB.

\_\_\_\_\_ (2006). Esquerda Brasileira e tradição Republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan.

YOUNG, Laurence (1997). Rational choice theory and religion: summary and assessment. New York: Routledge.

WEBER, Max (1991). Ciência e Política: duas Vocações. São Paulo: Cultrix.

WOODWARD, Kathryn (2006). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e Diferença: a perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.